



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

**UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO
SEXUAL COMO ELEMENTO
REFLEXIVO DO COTIDIANO
ESCOLAR**

José Barbosa de Sousa Junior



Periodicojs
EDITORA ACADÊMICA

**UM ESTUDO SOBRE EDUCAÇÃO
SEXUAL COMO ELEMENTO
REFLEXIVO DO COTIDIANO
ESCOLAR**

José Barbosa de Sousa Junior

Equipe Editorial

Abas Rezaey	Izabel Ferreira de Miranda
Ana Maria Brandão	Leides Barroso Azevedo Moura
Fernado Ribeiro Bessa	Luiz Fernando Bessa
Filipe Lins dos Santos	Manuel Carlos Silva
Flor de María Sánchez Aguirre	Renísia Cristina Garcia Filice
Isabel Menacho Vargas	Rosana Boullosa

Projeto Gráfico, editoração e capa

Editora Acadêmica Periodicojs

Idioma

Português

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sousa Junior, José Barbosa de

Um estudo sobre educação sexual como elemento reflexivo do cotidiano escolar [livro eletrônico] / José Barbosa de Sousa Junior. -- João Pessoa, PB : Periodicojs, 2023.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-6010-053-4

1. Ambiente de sala de aula 2. Ambiente escolar
3. Educação sexual para adolescentes 4. Sexualidade -
Abordagem educacional I. Título.

23-186536

CDD-372.372

Índice para catálogo sistemático:

1. Educação sexual nas escolas 372.372

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Obra sem financiamento de órgão público ou privado

Os trabalhos publicados foram submetidos a revisão e avaliação por pares (duplo cego), com respectivas cartas de aceite no sistema da editora.

A obra é fruto de estudos e pesquisas da seção de Estudos Interdisciplinares em Ciências Humanas da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



Filipe Lins dos Santos
Presidente e Editor Sênior da Periodicojs

CNPJ: 39.865.437/0001-23

Rua Josias Lopes Braga, n. 437, Bancários, João Pessoa - PB - Brasil
website: www.periodicojs.com.br
instagram: @periodicojs

Prefácio



A coleção de ebooks intitulada de Humanas em Perspectiva tem como propósito primordial a divulgação e publicação de trabalhos de qualidade nas áreas das ciências humanas que são avaliados no sistema duplo cego.

Foi pensando nisso que a coleção de ebooks destinou uma seção específica para dar ênfase e divulgação a trabalhos de professores, alunos, pesquisadores e estudiosos das áreas das ciências humanas. O objetivo dessa seção é unir o debate interdisciplinar com temas e debates específicos da área mencionada. Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área da ciências humanas.

Esse novo ebook produzido pelo pesquisador José Barbosa de Sousa Junior discute como a Educação Sexual pode refletir o cotidiano dos estudantes no contexto da sala de aula, permitindo que se possa adentrar a conjuntura social que envolve o estudante.

Filipe Lins dos Santos

Editor Sênior da Editora Acadêmica Periodicojs

Sumário



INTRODUÇÃO

6

Capítulo 1

REFERENCIAL TEÓRICO

14

Capítulo 2

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

72

Capítulo 3

RESULTADOS E DISCUSSÃO

78

Considerações Finais

124

Referências Bibliográficas

130

5

INTRODUÇÃO



A presente pesquisa esta focada no estudo da Educação Sexual, um tema que envolve aspectos de múltiplas ordens, desde a pessoal, religiosa e familiar até a profissional. Não se restringe só as questões anatômicas e fisiológicas, ela deve ser vista também em seu aspecto cultural da sexualidade, onde se faz necessário a compreensão da realidade em que estamos inseridos. É por meio do conhecimento que nos damos conta de que as questões relacionadas à sexualidade são tratadas de forma diferenciada, de acordo com o momento histórico em que vive (DINIZ; LUZ, 2007).

Para os mesmos autores, esta educação engloba as relações de gênero, não proibição, mas educação, não indisciplina, mas controle, não impulso livre, mas responsabilidade, o respeito a si mesmo, ao próximo e a diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Ela contribui para a quebra de tabus e preconceitos ainda estampado fortemente no contexto sociocultural na sociedade que vivemos.

É uma temática que além de ser vinculada aos PCN's passa a se articular também com os vários componentes curriculares, devido ao crescente aumento da gravidez na adolescência, o risco de contaminação pelas Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) entre elas o Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) entre os adolescentes. Solidificando assim sua presença neste documento (BRASIL, 1998a).

Este termo Educação Sexual é similar ao adotado pelo Ministério da Educação, como Orientação Sexual, que nas escolas está prevista nos Parâmetros dos Currículos Nacionais (PCN's), desde 1997, como um dos temas transversais, e que nos faz entender que independente de termos, passa a tratar e considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, desde o nascimento até a morte (BRASIL, 1997).

Neste estudo segundo Oliveira et al. (2009), se destaca uma fase da vida humana complexa e dinâmica, que é a adolescência. Marcada por uma intensa mudança biopsicossocial e que é influenciada pela ação hormonal, a qual caracteriza a puberdade. Um período em que se percebe um turbilhão de transformações emocionais, que vão refletir diretamente no desenvolvimento da personalidade e consequentemente no seu modo de ser e agir na sociedade. É na luz desses acontecimentos que os

adolescentes estabelecem novas relações interpessoais, expressões de sentimentos e atitudes, resultando na formação de sua identidade inerente a si próprio.

O adolescente ao buscar a sua identidade e autonomia vai geralmente se rebelando aos valores estabelecidos. Aparecem os primeiros conflitos com a família e a sociedade, que precisa acolhê-los cada vez mais e ser menos aversiva a esses comportamentos instáveis desses jovens, que não passa apenas de uma tempestade sazonal (OLIVEIRA et al., 2009).

Segundo Brasil (1998a), na adolescência, destaca-se também características relacionadas à sexualidade humana, que segundo os PCN's (1998), ela tem importância no desenvolvimento da vida afetiva, social e cultural das pessoas, independentemente de questões relacionadas não só à vida reprodutiva, mas sim, com a necessidade motivadora do prazer, que é algo inato e singular no ser humano. O sexo é algo que está ligado a questões biológicas, indissociadas as características anatômicas e fisiológicas, enquanto a sexualidade representa uma expressão holística e cultural do ser humano.

Para Demartini e Silva (2016, p.3), a sexualidade é “parte fundamental da dimensão humana” e ao ser trabalhado no currículo escolar mesmo diante das turbulências socioemocional e cultural gera inquietações e desafios a serem desenvolvidas na práxis pedagógica escolar. Que para estes mesmos autores as referidas inquietações de acordo com as palavras de Figueiró (1996 apud DEMARTINI; SILVA, 2016, p.3), serviu para identificar várias formas de Educação Sexual, como a “religiosa católica, religiosa protestante, médica, pedagógica e política – resultantes das diferentes concepções filosóficas, pedagógica e metodológicas” atuantes entre vários estudos brasileiros.

Neste contexto, a escola necessita estar cada vez mais receptiva e engajada com os princípios da Educação Sexual, algo discutível, elaborado com mais tranquilidade, para que o ser humano possa relacionar-se melhor com ele próprio e com os outros. Atualmente o pensamento sugestivo de que para viver democraticamente em uma sociedade pluralista precisamos respeitar a cultura e os seus diferentes grupos em que está inserida (PEREIRA; BAHIA, 2011).

Para Mosé (2013), o ambiente anteriormente referido deve ser de vida justa e democrática na produção do conhecimento, do saber, da arte e da cultura. Cabe a mesma desenvolver ação crítica,

reflexiva e educativa. Um local de aprendizagem, de debate, de argumentos e ao mesmo tempo democráticos e éticos, com regras claras, relacionadas à necessidade de discussão, em que se exercita a cidadania.

Assim, por vivermos em uma sociedade globalizada, na era das novas tecnologias, em meio às redes sociais, reafirmamos como dito no início deste discurso, ser bastante necessário a presença de um tipo de educação emancipatória, crítica e reflexiva que trate o ser humano com respeito e dignidade, como afirma Bonfim (2012, p. 16):

A educação afetiva sexual emancipatória se dá por meio do diálogo, da reflexão histórica, do autoconhecimento, da ética, da unificação do instinto, do sentimento, do erotismo, do pensamento e da ação. Amiúde, precisamos abrir espaços de diálogo com os adolescentes e jovens, aos pais, aos professores, a todas as gerações para que possa juntas rememorar, reviver, trocar experiências, rever conceitos, quebrar preconceitos, criar novos conceitos, pensar as entrelinhas dos discursos, estabelecer a vivência de uma sexualidade baseada na humanização, na afetividade e no prazer (BONFIM, 2012, p.16).

Partindo desses pressupostos relacionados à Educação Sexual, este estudo se propõe em promover reflexões numa perspectiva de encorajamento e reorganização do saber. E mais ainda suas implicações de acordo com a realidade em que estão inseridos seus principais protagonistas, o corpo docente, discentes e os respectivos pais desses adolescentes nas duas instituições escolares neste estudo a luz da Educação Sexual que se intensificou de acordo com o ministério da educação a partir de 1997 por meio dos PCN's como tema transversal que norteiam a prática pedagógica e sua relação com as diversas áreas do conhecimento escolar (PAIVA; ARANHA; BASTOS, 2008).

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Compreender a importância do trabalho pedagógico, suas respectivas dificuldades, reflexões e perspectivas na Educação Sexual vivenciada por docentes, discentes e pais de uma escola municipal nos Anos Finais do Ensino Fundamental e de uma escola estadual no Ensino Médio.

Objetivos Específicos

- Conhecer a opinião de docentes, discentes e pais acerca de questionamentos relacionados à Educação Sexual.
- Identificar o nível de conhecimento dos docentes, discentes e pais a luz da Educação Sexual.
- Verificar as dificuldades enfrentadas por docentes, discentes e pais ao lidarem com conteúdos ligados a sexualidade humana.

JUSTIFICATIVA

Atualmente é notório que o entendimento biológico, apesar de importante, é insuficiente para a compreensão total do indivíduo. E, com isso, a leitura dos aspectos emocionais, sócio-culturais, históricos, entre outros, tornam-se fundamentais quando pensamos em trabalhar educação e sexualidade.

Quando se fala em “sexualidade” o que mais impressiona é que muitas vezes, ela é vista como tabu, como algo que não precisa ser comentado para não despertar o interesse dos adolescentes. Porém, diante da realidade atual, observa-se que a desinformação só tem contribuído para o aumento do índice de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's), Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

(AIDS), gravidez na adolescência e experiências psicosssexuais prematuras as quais podem acarretar prejuízos no desenvolvimento psicológico (VIANNA, 2012).

A convivência diária com adolescentes durante alguns anos de docência nos leva a compreender uma característica comum entre jovens: a de questionar a si mesmos, e, ao mesmo tempo, a busca da construção de sua própria identidade. São observadas, por exemplo, questões relacionadas à sexualidade que nem sempre são vistas de modo a expor as opiniões dos próprios jovens, os quais estão mais sujeitos as cobranças, como disciplina e obediência, do que as orientações para o enfrentamento de desafios cotidianos.

Para Brasil (1998a), Geralmente no cenário brasileiro, a maioria das famílias dos adolescentes não cuida da Educação Sexual por não saber como lidar com esta questão. Em decorrência disto, evidencia-se a relevância de se tratar as questões de sexualidade na escola, visto ser este um local privilegiado de educação para adolescentes.

A ideia dos PCN's, (1997), é de que,

A inclusão dos Temas Transversais exige, portanto, uma tomada de posição diante de problemas fundamentais e urgentes da vida social, o que requer uma reflexão sobre o ensino e a aprendizagem de seus conteúdos: valores, procedimentos e concepções a eles relacionados (BRASIL, 1997, p.35).

Com base nesse pressuposto a que se precede, percebe-se que a abordagem da Educação Sexual, a qual faz parte de um desses temas, entra em cena para “favorecer a compreensão da multidisciplinaridade de aspectos que compõem a realidade, uma vez que permite a articulação de contribuições de diversos campos de conhecimento” (BRASIL, 1997, p. 41).

Diante de uma ótica filosófica, histórica, cultural, pedagógica, metodológica e socioafetiva este estudo se propõe a estimular reflexões para incentivo e reestruturação do saber pedagógico caracterizadas nos mecanismos investigatórios para a realização deste trabalho. Foi realizado numa perspectiva de enfrentamento e conhecimento de uma população cientificamente pouco preparada

ou simplesmente dotada de uma neutralidade frente aos questionamentos inquiridos nesta pesquisa.

Por tudo isso já visualizado neste contexto acima e pela carência de uma orientação pedagógica mais atuante nas instituições escolares em estudo, que estimule o corpo docente a trabalhar de forma interdisciplinar e transversalizada, os quais levem seus discentes a pensar, a se concentrar e raciocinar possibilitando reflexões, discussões, e que valorize suas decisões de escolha, inclusive a sexual, baseada na ética humana e racional. Esse estudo se propõe em identificar como os docentes destas instituições estão trabalhando ou não a Educação Sexual de seus discentes e observando também a maneira como essa clientela e seus pais encaram esse tipo de educação.

ESTRUTURAÇÃO DA TESE

O presente estudo está estruturado em três capítulos. O primeiro capítulo contém a Introdução do tema abordado, os Objetivos, a Justificativa e a Estruturação da Tese.

O segundo capítulo apresenta uma pesquisa bibliográfica que contém o Referencial Teórico, onde são abordados os temas: Reflexão e Compreensão da Adolescência; Estudando Sexualidade; Contexto Escolar e Sexualidade – Expectativas e Possibilidades; Currículo em meio à Sexualidade; Educação Sexual na Escola junto a Família; Cotidiano Escolar acerca da Educação Sexual; Influências da Tecnologia de Informação e Comunicação na Educação Sexual; Recortes do Ensino de Ciências e Biologia junto a Educação Sexual; Perspectivas acerca da Educação Sexual no Cotidiano Escolar.

O terceiro capítulo refere-se aos Procedimentos Metodológicos, constituído pela Especificidade do Estudo, apresentando os métodos usados para a realização da pesquisa, como: delineamento da pesquisa, o tipo de abordagem e a sua natureza; o local de estudo e seus Participantes; a Coleta dos Dados; a Análise dos Dados e as Considerações Éticas.

O quarto capítulo apresenta os Resultados e Discussão, apresentando os dados coletados, comparando as teorias abordadas e alcançando os objetivos propostos neste trabalho.

O quinto capítulo destina-se as Considerações Finais, apresentando limitações e reflexões

de um estudo fecundo, laborioso e extremamente prazeroso na arte de lidar com a Educação Sexual.

Capítulo

1

REFERENCIAL TEÓRICO



Reflexão e Compreensão da Adolescência

Uma fase da vida inerente ao ser humano que o distancia da infância e o aproxima da vida adulta é a adolescência. Segundo Brasil (2014) este é um período de transformações que vai dos 12 aos 18 anos, e que para Valle e Mattos (2010) consideram de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) uma fase que cronologicamente é percebida dos 10 aos 19 anos, levando em consideração a puberdade que é inerente a todos os seres humanos e que se manifesta de forma aleatória de acordo com cada ser, “mas previsível de acordo com os parâmetros próprios da espécie” (p.18).

Para Brandão (2006), esta se caracteriza por um conjunto de transformações sócio-psicológicas e anátomo-fisiológicas, levando o ser a um modelo de vida desconhecido, mas que estabelece padrões e comportamentos que irão perdurar por toda a vida. Nesta fase este ser procura assumir a sua própria identidade, afastando-se de regras e padrões estabelecidos pelos pais ao passar por mudanças na percepção acerca do seu corpo, despertar para a sexualidade e novos valores de vida.

Em seus estudos Valle e Mattos (2010, p. 18-19), referem que:

A adolescência dos pais de hoje não é como a dos filhos. Em meio a tantas mudanças sociais, assistimos a uma adolescência que convive com muitas emboscadas, com as transformações que ocorrem do ponto de vista sistêmico, na vida de todos, mas que atingem aqueles que mais precisam de estabilidade para lidar com as próprias mudanças. Hoje, temos recursos para compreender mais a adolescência, porém nossos jovens permanecem desgovernados e sofrem, em uma época em que os prestigia pela supervalorização da ousadia e da juventude, em si (VALLE; MATTOS, 2010, p. 18-19).

Ser adolescente é tentar compreender as mudanças que o corpo físico está passando desde as questões funcionais, como as hormonais e principalmente mudanças anatômicas como a corporal. É a perda da infância para a uma fase da vida cheia de atribulações, com o surgimento de comportamentos oriundos deste momento da vida que transcende até a fase adulta, um luto incondicional que

só cessa ao atingir a plena função de desenvolvimento corporal físico e principalmente psíquico na fase adulta, além da formação de uma identidade nova (BRASIL, 2011).

O mesmo autor refere que essa metamorfose pela qual passa essa população por sua vez diante da instabilidade emocional, sentimental e cognitiva na maioria das vezes chega até a mobilizar sentimentos de tensão, questionamento e às vezes sofrimento por parte dos pais, professores e por todos que se encontram ao seu redor (BRASIL, 2011). Pois “sabemos que as transformações sociais existem e que as dúvidas são frequentes e graves”, o adolescente precisa de um tempo para ser compreendido para a formação de uma nova personalidade de forma segura e saudável, no sentido de que a partir daí possa ser percebido e fazer valer suas necessidades acerca de suas imaginações, fantasias, medos e inseguranças do mundo em que vivem (VALLE; MATTOS, 2010, p.20-21).

De acordo com Cruzeiro et al (2010), a adolescência é uma fase crucial cheia de preocupações, que requer cuidados por parte dos pais ou responsáveis devido a falta de preparo físico e emocional desses jovens por estarem despreparados em lidar com os significados da sexualidade, a saúde reprodutiva ligada a comportamentos sexuais de risco acerca das ISTs, por exemplo. Não se sabe exatamente em que nível de conhecimento cada um deles têm relacionado à prevenção de doenças com quem estão estabelecendo vida de relação interpessoal e íntima.

O autor supracitado ainda refere que as ansiedades, os desajustes sociais e emocionais desses jovens devem ser analisados à luz das mudanças sócio-culturais e das pressões dos grupos sociais que eles estão inseridos, como a família, a escola e a comunidade. Os quais contribuem para que esses comportamentos perdurem por algum tempo.

A adolescência além de ser uma fase da vida de transformações hormonais, que mudam o jeito de ser e de agir, vem sendo motivo de contestação por sabermos que muitas das características desse ciclo evolutivo da vida sofrem influência do meio social e da época em que se vive. Como exemplo dessa constatação, podemos citar os tempos modernos, as mudanças sócio-econômicas e culturais, as influências do século XX, as novas tecnologias e seus reflexos para o século XXI, os costumes e a construção de produtos fruto de determinadas sociedades que levam o adolescente a determinar

sua própria imagem no meio social em que vive (BRASIL, 2011).

A adolescência é uma época da vida que traz muita preocupação relacionada a seu convívio social (uso de drogas ilícitas, infecções sexualmente transmissíveis - ISTs, gravidez sem planejamento) e que muitas vezes são tratados na mídia, nas escolas e nos serviços de saúde, com descaso, como problema social. Não são vistos como expressão de vida que se renova. São vistos como entraves sociais, fruto resultante da combinação pentagonal adolescência-drogas-sexo- violência-vulnerabilidade que geralmente é usado para justificar disparates causados pelos adolescentes (BRASIL, 2011).

Com relação a esses disparates relacionados a estes jovens, Araújo e Calazans (2007), defendem que essas concepções acima referidas, devem levar em consideração que esses sujeitos também são pessoas de direitos e com capacidade de compreender o real significado dos conflitos sociais contemporâneos e sugerir caminhos para solucioná-los. Desse modo passa a contribuir para a construção de um país que almeja cada vez mais igualdade social para todos.

De acordo com as palavras de Valle e Mattos (2010, p.21-24):

É hora de buscar um chão firme, um porto seguro, que compreenda, sem ser fraco, que aceite, sem ceder, que saiba entender esse universo único de cada um, nesse momento em que tudo parece estranho. Hoje, em meio aos avanços tecnológicos, podemos compreender mais a necessidade e os impulsos adolescentes, os riscos educacionais e de saúde, a importância de ações primárias preventivas... Mas estamos longe de responder adequadamente a esse incontestável desafio que a adolescência representa. Precisamos responder aos anseios da adolescência, às indecisões desse período, que ainda não formou um juízo de valor, ou que precisa de apoio para lidar situações paradoxais, complexas, como questões econômicas, dificuldades de relacionamento, falta de esperança e assim por diante.

Estudando Sexualidade

Toda a modificação que a civilização ocidental vem passando faz com que suas leis e regras

que as regem, os modifiquem. Vários conceitos ligados a família, a sexualidade, ao gênero e as etnias vem sofrendo algumas mudanças até hoje. Partindo desse pré suposto a visão que tínhamos no passado sobre ser criança, não é a mesma de hoje, como refere Pinto (1997 apud SANTOS e ARAÚJO, 2009):

(...) na Idade Média, as crianças são representadas como adulto em miniatura (homúnculos): trabalham, comem, divertem-se e dormem no meio dos adultos (...) Quanto mais recuamos nessa história, mais probabilidade teremos (...) de nos confrontarmos com a morte, o abandono, a violência, o terror e o abuso sexual sobre as crianças. Práticas como o abandono e o infanticídio, a entrega dos filhos a outrem para criar, as célebres rodas de expostos, etc., seriam disso eloquente exemplo (PINTO, 1997, p. 35-38, apud SANTOS e ARAÚJO, 2009, p.14).

Para Farias (1998 apud SANTOS e ARAÚJO, 2009) ao nos reportarmos a sexualidade, passamos a ter a mesma concepção:

O estudo de outras culturas, a partir da antropologia e da história, foi mostrando as diversas mudanças de um momento para outro, de um povo para outro e também as diferenças dentro de uma mesma cultura. Mostrou também que as relações pessoais, a família e o sexo são elementos construídos de acordo com a economia, o tipo de trabalho, a tecnologia, a religião e a ciência (FARIAS, 1998, p. 11, apud SANTOS e ARAÚJO, 2009, p.14).

De acordo com esses estudos e adentrando neste contexto de mudança histórica, social e cultural, percebe-se também que ainda existe muita desinformação relacionada à sexualidade pelos adolescentes. Ela ultrapassa os fatores físicos que envolvem o ser humano, numa visão holística relacionada às concepções de valores, regras sociais existentes em cada grupo social; momento histórico, algo que é visto como certo ou errado, adequado ou inadequado. Além das práticas sexuais, as nossas fantasias, desejosos sentimentos e emoções, demonstrados pelo nosso jeito de ser e viver, também faz

parte da sexualidade (BRASIL, 2011). Para Brandão e Heilbrorn (2006), o desenvolvimento da sexualidade na adolescência contribui para a aquisição gradativa de liberdade e autonomia, mesmo quando estão sob o mesmo teto parental.

Partindo desses pré-supostos relacionado à sexualidade, Muller (2013), propõe nos reportar a tempos remotos como a pré-história até os dias atuais e que segundo Quirino (2012, p.19), “os principais estudos da sexualidade surgiram através de pesquisadores/as americanos/as e europeus que lançam seus olhares, especialmente, para as formas de vivência ocidental”. Dessa forma de acordo com esses autores passaremos a rever algumas características mais marcantes relacionadas à história da sexualidade humana para um melhor entendimento nesse estudo:

* Egito Antigo: a mulher é encarregada pela agricultura para garantir a subsistência da família e ao mesmo tempo já estava contribuindo para a história da sexualidade ao descobrir o uso de algumas plantas para uso contraceptivo e o homem sai para caçar. O sexo era para a busca do prazer. O encesto ocorria de forma aleatória e entre os diversos grupos da época de forma natural e espontânea sem nenhum tabu.

* Grécia Antiga: a sexualidade é vista de forma diferenciada. A prostituição é bastante exacerbada. As esposas são submissas aos maridos, cuja principal função é a da procriação. A Homossexualidade entre homens aparece nesse cenário por conta desse distanciamento entre os casais e sua ida para as guerras.

* Roma Antiga: virgindade feminina preponderante e o cristianismo e a medicina com o poder de determinar o destino sexual das pessoas.

* Idade Média: valorização do sexo só para procriação e após o casamento. “A mulher e o prazer são considerados instrumento do diabo, destinados a afastar o homem de Deus”. Práticas contraceptivas não eram permitidas. Caso contrário acontecesse, não se igualava a gravidade do sexo pelo prazer e extraconjugal. A igreja católica repudiava a mulher insinuada de prazer, que era chamada mulher do diabo e seria condenada a morrer queimada na “Santa Inquisição” (MULLER, p.23).

* Idade Moderna: o discurso relacionado ao sexo é praticado com menos tencionamento e manifesta-se de forma mais comum a todos. São desvendados os mistérios da procriação, fruto desencadeador da sexualidade humana, que foi a descoberta das células sexuais humanas e de algumas doenças sexuais como a gonorréia e sífilis.

* Idade Contemporânea: tempo de mudança, esclarecimento de questões relacionadas ao sexo e o surgimento de uma sexualidade mais liberal, época de descobertas, de novas tecnologias para o desenvolvimento de uma sexualidade com mais prazer, como o advento da pílula anticoncepcional, do preservativo masculino inovado, ou seja, vulcanizado (material resistente e elástico) usado na prevenção das IST's, a exemplo na pandemia da AIDS, de princípios farmacológicos para uma população mais experiente em prol de uma sexualidade com mais amor e prazer. Tudo isso em nome de uma formação integral humana cidadã. Uma fase do consumismo exagerado, onde o que se adquire hoje se descarta amanhã, ou seja, do luxo ao lixo. As redes sociais cada vez nos afastando do contato pessoal, do calor humano; a sexualidade se privando de se manifestar ao vivo e em cores, uma vez que nos submetemos ao imaginário e virtual encanto de uma tela de computador, deixando para trás a construção das relações interpessoais de excelência tendo a mesma que se reconfigurar aos ditames do momento atual (MULLER, 2013; QUIRINO 2014).

Todos esses referenciais históricos nos fazem conhecedor do que fomos no passado e refletir o que estamos vivendo no presente relacionado a sexualidade. Por sua vez percebe-se que a história da sexualidade “propiciam panos de fundo cruciais para as preocupações contemporâneas, por exemplo, estão diretamente relacionadas a sistemas de valores sexuais desenvolvidos quase sempre muitos séculos atrás” (STEARNS, 2010 p. 14), e que para Severo (2013, p. 70):

Novos níveis populacionais com uma taxa de crescimento sem procedimentos no século XX, novos dispositivos, como a pílula anticoncepcional, facilitaram uma crescente separação entre sexo e reprodução, criando maiores oportunidades; o sexo recreativo; o cinema e a televisão criaram oportunidades para

visualização de estímulos sexuais; novas ideias sobre os direitos humanos geram debates sobre o tratamento de minorias sexuais; mudanças nos padrões de trabalho e educação, com mais e mais mulheres estudando e trabalhando fora de casa; em meio a essas e outras mudanças muitas sociedades e indivíduos reagem com indignação, buscando se defender contra as inovações inadequadas em uma das áreas mais íntimas da vida humana.

Concordando ainda com as idéias de Severo (2013), vale a pena ressaltar que a identidade e a sexualidade têm uma forte padrão de vinculação quando trata do “eu e o nós” (p.71), quando refere que:

É no contexto da interação e de encenação por um indivíduo de um papel socialmente elaborado que as identidades parecem ser definidas. Elas não são fixas e constantes, mas fluidas e contextualizadas, formuladas a partir das expectativas sociais definidas dentro de determinadas situações sociais (SEVERO, 2013, p.72).

Sendo assim, passaremos a conceituar a sexualidade com mais propriedade, como é o que pensa a Organização Mundial de Saúde - OMS (1995), que em sua abordagem conceitua sexualidade como um bem-estar do ser humano, em todo o seu ciclo de vida, envolvendo sexo, identidade de gênero, erotismo, orientação sexual, intimidade, prazer e reprodução. Os PCN's (1997) complementam de forma mais precisa o conceito que a OMS atribui à sexualidade:

A sexualidade independe da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca de prazer. É entendida como algo inerente, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento. Encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito, indissociavelmente ligada a valores (BRASIL, 1997, p. 81).

De acordo com Foucault (1993, p. 100), sexualidade é algo que ocorre por meio de um “dispositivo histórico, que não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder tenta pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco desvelar”. O que nos leva a pensar que nossa sexualidade é construída a partir do meio social em que estamos inseridos e isto é o que influencia a formação do nosso comportamento sexual. Convém a cada ser discernir a conduta adequada para cuidar da sua sexualidade de acordo com os princípios que acredita, sejam eles religiosos, culturais, sociais e políticos para que possam educá-la de forma particular e subjetiva.

Para Nunes e Silva (2000, p. 73 apud Bonfim 2012, p. 26) entendem por sexualidade como sendo:

Uma marca única do homem, uma característica somente desenvolvida e presente na condição cultural e histórica do homem (...). A sexualidade transcende a consideração meramente biológica, centrada na reprodução das capacidades instintivas (...). A sexualidade é a própria vivência e significação do sexo, para além do determinismo naturalista, isto é, carrega dentro de si a intencionalidade e a escolha, que a tornam uma dimensão humana, cultural (NUNES e SILVA 2000, p. 73 apud BONFIM 2012, p. 26).

Segundo Severo (2013, p. 69), a sexualidade são as nossas vivências sociais relacionadas a nossa realidade de vida, que por meio dela “todo o universo de desejos, crenças e valores são articulados, definindo um amplo espectro do que entendemos como a nossa identidade”. Ela sempre esteve presente nos processos graduais coletivos e individuais de vida social, histórica e política do passado e no presente de forma a proporcionar “emancipação ou violência contra as pessoas”.

Vilela (1999, p. 311), observa mais humanamente a sexualidade e refere que esta consiste em analisar a forma como os seres humanos se relacionam de maneira interpessoal, comunicativa, onde só eles “tem relações sexuais”, diferentemente como se apresentam nos seres irracionais, que só “copulam para procriar”, ou seja, só se relacionam pelo instinto animal. Como seres racionais, que acreditamos ser, as relações humanas são mediadas pelo sexo e que “atendem a múltiplas finalidades

e sentidos, em função das circunstâncias temporais, históricas, inter e intra-subjetivas em que ocorrem”. Ela faz parte do universo humano, dá sentido a vida, caracteriza o ser que somos, proporcionando-nos alegria e prazer em todas os âmbitos sociais ao qual pertencemos.

De acordo com Bonfim (2012, p.27-28), a sexualidade “é sinônimo de afetividade, de relação humana, começando necessariamente pelo conhecimento de si” (p. 27). É a busca da satisfação plena quando o indivíduo vai ao encontro de emoções e sentimentos que o complemente como pessoa, ao encontro do “bem-estar, alegria, estímulos, desejos, fantasias, curiosidade do outro, relacionamentos de amizade, amor, afeto, carinho, contato físico, sexo, sensibilidade, prazer” (p. 28).

Por outro lado, Cardoso e Brito (2012) entendem que “sexualidade deve ser compreendida de uma maneira biopsicossocial – corpo e mente” (p.11). Deve ser vivida de acordo com sua dimensão epistemológica do conhecimento e de acordo com a formação sócio afetiva em todos os momentos da vida desde a infância, passando pela adolescência, pela vida adulta e perdurando até a vida senil.

Ao complementar o pensamento e confirmar a opinião das autoras acima, Quirino (2014), refere que uma visão de mundo acerca das questões sociais e políticas são necessárias, para que cada ser possa discernir e posicionar-se dialeticamente conforme as relações humanas construídas, relacionadas à sexualidade acerca dos “processos de transformação, de códigos e valores incidentes sobre o sexo” (p. 19).

Bonfim (2012, p. 27) explica que a sexualidade:

Diante de sua complexidade e amplitude, abordá-la no ambiente escolar requer que o docente tenha uma fundamentação teórico-metodológica e uma epistemológica visão multidisciplinar que além de contemplarem as ciências biológicas, sejam embasadas em diversas áreas das ciências humanas, como a pedagogia, a filosofia, a história, a sociologia, a antropologia, a psicologia.

Dessa forma, percebe-se que a sexualidade com todo os seus princípios norteadores da subjetividade humana também é vivida e trabalhada na escola atual e no convívio com os vários grupos

sociais, em que se percebe o aparecimento de ideias e conflitos contrastantes relacionado a assuntos atrelados a esses grupos. As discussões talvez sejam as mais conflituosas por englobarem muito mais que diversos conceitos científicos: aqueles relacionados a conceitos decisivos, autoritários, preconceituosos e obsoletos, que junto a uma formação primitiva por parte de alguns docentes, faz emergir um currículo que não considera relevante, e que não trata com a devida importância as questões referentes à sexualidade (BRASIL, 1997).

Contexto Escolar e Sexualidade – Expectativas e Possibilidades

A partir da sua existência, o ser humano é considerado sociável e participativo em sua essência, oportunizando-se a tomar parte de importantes decisões que venham a acontecer no meio em que vive. É na escola que o jovem estudante começa a trabalhar sua sexualidade de forma subjetiva e decisiva, fortalecendo o processo de engrandecimento pessoal, numa dialética interpessoal afetivo e sexual de forma sistemática e gradual neste mundo moderno e competitivo. Esta por sua vez proporciona a cada um deles o direito de manifestar suas emoções e sentimentos relacionada à sexualidade de forma prazerosa dentro de normas que equilibre o pensamento e o comportamento, pautada de acordo com os valores e crenças que acreditam, beneficiando cada vez mais a manifestação de uma sexualidade responsável, ética e sobretudo com sabedoria (CARDOSO; BRITO 2012).

Estas mesmas autoras identificam também que a educação voltada para a sexualidade:

É sobretudo oferecer oportunidade a educadores e educandos para uma reflexão sistematizada da sexualidade humana, em relação à sociedade, à família, à escola, etc. É também criar oportunidades para uma reflexão sobre um tema tão comum, natural porém ainda repleto de mitos, preconceitos, crenças irracionais, informações deturpadas que paralisam os seres humanos. É fundamental trabalhar com informações científicas que possam sensibilizar os adolescentes para acolher, cuidar e oferecer ajuda ao outro. Desconstruir preconceitos, mitos e tabus que dificultam ou impedem a construção de no-

vos conhecimentos, que possibilitam mudanças de paradigmas de homens e mulheres, numa atitude responsável com vistas à igualdade de gênero, para exercerem a sexualidade, a afetividade e o sexo, de maneira saudável e harmoniosa (CARDOSO; BRITO, 2012, p. 163).

Notoriamente, Brasil (1997), refere ser de fundamental importância que a escola ao tratar de questões relacionadas à sexualidade, como uma de suas competências, defina os princípios que subsidiarão o seu trabalho:

Esses princípios determinarão desde a postura diante das questões relacionadas à sexualidade e suas manifestações na escola, até a escolha de conteúdos a serem trabalhados junto aos alunos. A coerência entre os princípios adotados e a prática cotidiana da escola deverá pautar todo o trabalho (BRASIL, 1998, p. 299).

Quando nos reportarmos ao pensamento de Silva (1993), a citação acima entra em consonância com suas idéias, que afirma ser necessário “ver a Educação, a Pedagogia e o Currículo como campos de luta e conflito simbólico, como arenas contestadas na busca da imposição de significados e da hegemonia cultural” (p.122), o que nos leva a observar que os docentes passam a ser o foco principal na discussão sobre sexualidade na escola: ou poderão se negar a não participarem nos debates do problema ou irão problematizar de maneira mais severa essa discussão, enfocando além da promoção e prevenção em saúde, interessando de forma intencional e considerando também as relações de poder na produção dos saberes.

Por sua vez, o mesmo autor acima referido nos faz acreditar que, quando se busca melhorias nos processos de ensino e aprendizagem tendo em vista uma melhor compreensão da realidade e dos conteúdos culturais, todos se integram de forma harmoniosa. Desta forma, ocorre à integração curricular como uma possibilidade pensada a partir de diferentes pressupostos educativos e pedagógicos (SILVA, 1993).

Currículo em meio à Sexualidade

O currículo de uma escola não está limitado só em trabalhar os conteúdos e sua transmissão, ele se propõe também trabalhar as possibilidades e perspectivas sociais, culturais, políticas e econômicas no qual estão inseridos os estudantes. Ele não é dotado de neutralidade. É uma forma de manifestar o pensamento humano por intermédio de um conjunto de normas planejadas, princípios e conseqüentemente leis que trará transformações na vida das pessoas que se propuserem segui-lo (BARROS; QUADRADO; RIBEIRO, 2000).

Essas autoras se subscrevem com relação a currículo por meio do pensamento de Silva:

Como qualquer outro artefato cultural, como qualquer outra prática cultural, o currículo nos constrói como sujeitos particulares, específicos. O currículo não é, assim, uma operação meramente cognitiva, em que certos conhecimentos são transmitidos ao sujeito dados e formados de antemão. O currículo tampouco pode ser entendido como uma operação destinada a extrair, a fazer emergir, uma essência humana que pré existia à linguagem, ao discurso e à cultura. Em vez, disso, o currículo pode ser visto como um discurso que, ao corporificar narrativas particulares sobre o indivíduo e a sociedade, nos constitui como sujeitos - e sujeitos também muito particulares, sujeitos de uma sexualidade (BARROS; QUADRADO; RIBEIRO, 2000, p. 3, apud SILVA, 2003, p. 203).

De acordo com esses pré-supostos Brasil (1998a), refere que ao responder a questões relacionadas a valores sociais e culturais, éticas e morais ligados a sexualidade inserida nos currículos, os educadores precisam ter acesso à formação específica e segundo os PCN's, continuada, ajudando a minimizar seus próprios preconceitos étnicos, os relacionados a gênero e a homofobia, e que para Vianna e Ridenti (1998), aqueles também ligados às questões sexistas no recinto escolar, que geram desconforto ao conceder um tratamento diferencial de um sexo em detrimento de outro e também

questões relacionadas aos tabus no cotidiano, aprofundando cada vez mais assuntos relacionados à sexualidade de forma transversalizada entre os docentes e sem medo de vivenciá-la com os estudantes na escola acerca das desigualdades sociais para a formação humana.

Segundo Moizés e Bueno (2010) é necessário trabalhar a transversalidade entre professores, uma vez que esta necessita que os mesmos estejam preparados para lidar não só com conteúdos que sejam ligados a sua disciplina, mas também conhecimento de outras disciplinas curriculares para que possam por intermédio de temas transversais trabalhar em conjunto, lapidando-se sem perder a sua especificidade. O que só resta saber é se estes estão dispostos em ser formados para que possam trabalhar a sexualidade na escola de forma esclarecedora os seus princípios e o trabalho pedagógico de forma coesa, produzindo bons resultados junto aos estudantes (MOIZÉS; BUENO, 2010).

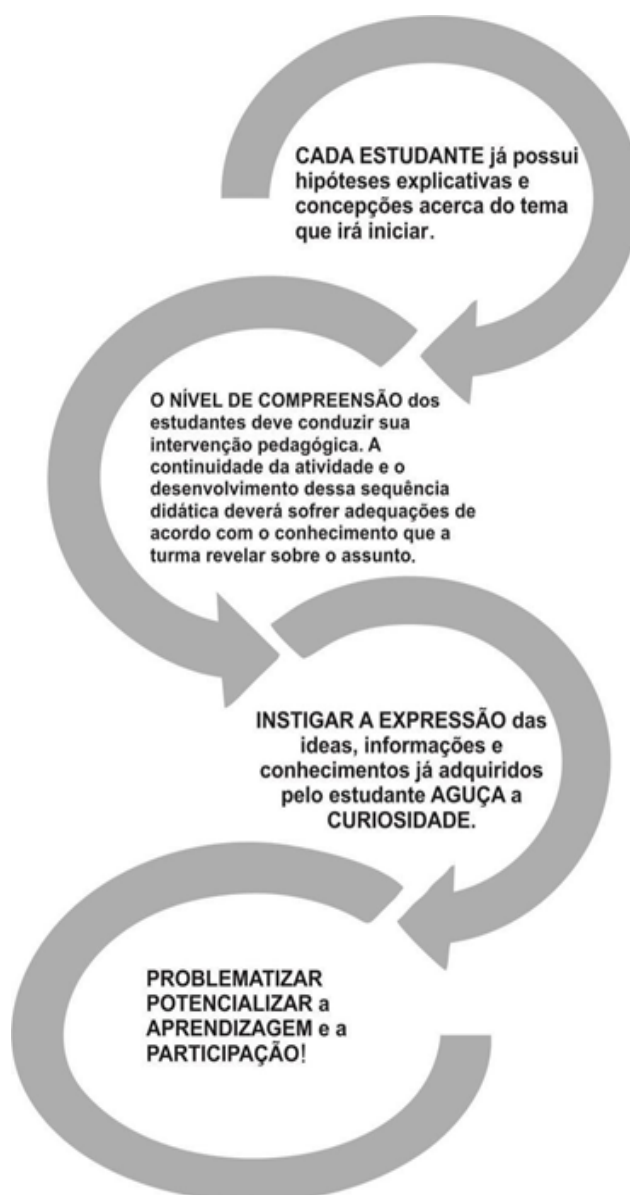
O trabalho com a Educação Sexual quando segue os princípios formadores relacionado à prática pedagógica docente referido no parágrafo acima, traz um saldo muito positivo para a escola onde esse tipo de educação começa a fluir de forma mais harmoniosa, contribuindo para um bom ensino e uma aprendizagem de qualidade e conseqüentemente um bom nível de confiança entre o professor e o estudante. O mestre precisa estar confiante e convicto de que vai falar. Sempre receptivo ao diálogo, esclarecer conversas sobre determinado assunto e lembrar também que deve haver exceção às informações que se refiram a sua vida pessoal (MORIN, 2000).

Quando as informações são bem processadas, bem definidas sociocultural e cientificamente por parte do professor, traz um respaldo bastante compensador e tranquilizador, bem-estar do corpo e mente, elevando a autoestima do aluno, trazendo condições suficientes para a promoção e prevenção da saúde sexual relacionada às IST's, AIDS, gravidez na adolescência e abuso sexual (BRASIL, 1998a).

Para o mesmo autor supracitado, na escola os estudantes aprendem a lidar com informações - confrontando com as que possuem cotidianamente, a enfrentar os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade. Daí a necessidade dos professores cada vez mais refletirem sobre valores democráticos e pluralistas propostos e os objetivos gerais a serem alcançados, e como

já foi dito por Moizés e Bueno (2010), de forma transversalizada, onde os conteúdos possam ser contemplados pelas diversas áreas do conhecimento de acordo com sua especialidade.

Cabe a cada um desses mentores do conhecimento segundo Mayer; Bezerra; Oliveira; Santana; Silva e Cabral (2013), problematizar de acordo com sua área que atua e da que compartilha com os demais seguindo uma estruturação didática acerca do “Levantamento de Concepções prévias” (p.27), que planejaram de acordo com a temática que vão trabalhar para “favorecer o resgate de concepções prévias dos alunos”(p.27), focados no seguinte diagrama:



Fonte: Mayer; Bezerra; Oliveira; Santana; Silva; Cabral, (2013, p. 27)

O professor, que com o seu potencial vitalizador em sua prática pedagógica, seja qual for à disciplina que leciona, encontra-se sempre disponível a resolver o confronto de ideias relacionado ao cotidiano escolar e conseqüentemente aos vários problemas que constantemente emergem neste ambiente, que na ótica de Pereira e Bahia (2011):

Estes, certamente, sempre dizem respeito às circunstâncias da organização do sistema de ensino, às carências pessoais dos educandos, bem como às suas relações sociais e políticas. Fato que tem demandado dos educadores a busca de aperfeiçoamento no seu agir profissional e de ampliação do seu conhecimento, assim como uma reflexão aprofundada nas revisões das políticas e práticas educativas de inúmeros países (PEREIRA E BAHIA, 2011, p. 51).

Quando adentramos nos PCN's, que mesmo sendo criado na década de 90 no século passado, percebemos que ainda continua com o mesmo teor em relação aos desafios imposto a escola, um documento que contribui para suprir algumas carências docentes em prol dos discentes, o qual afirma:

O grande desafio da escola é reconhecer a diversidade como parte inseparável da identidade nacional e dar a conhecer a riqueza representada por essa diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro, investindo na superação de qualquer tipo de discriminação e valorizando a trajetória particular dos grupos que compõem a sociedade (BRASIL, 1998b, p. 117).

Assim já é notória entre professores a conformidade de opiniões de que a educação passe a reconhecer a igualdade entre os diferentes, ou seja, diferença de gênero, etnias, diferenças entre heterossexuais e a homossexuais. Nesse sentido, a escola deve oferecer uma educação plural e multicultural igual para todos, fundamentada em valores como respeito e a tolerância na construção do

conhecimento e dos diversos saberes (MOSE, 2013).

Segundo Moita (2002), a escola é o espaço dedicado à discussão dos conhecimentos historicamente acumulados, nela não deve haver neutralidade nem na linguagem, muito menos no currículo, e ainda afirma que como sendo um ambiente de construção e reconstrução do conhecimento, o seu papel principal é:

- a) a aproximação dos alunos a discursos outros, isto é, outras histórias, diferentes daquelas referidas pela família e pela comunidade (religiosa, por exemplo) da qual participam;
- b) o reconhecimento da sociedade como espaço constituído pelo discurso em que os conflitos são inerentes, sendo, frequentemente, o resultado da luta política, entendida como relações entre as pessoas no mundo social;
- c) a criação de condições para construir outros sentidos de quem somos, nem sempre legitimados ou, minimamente, referendados pela família e/ou outras instituições (MOITA, 2002, p. 81).

Vale ainda também ressaltar e entender que esta instituição de acordo com seu papel social e com a visão de mundo que deve ter, estimula a sociedade quebrar estereótipos geradores de preconceitos, exclusões e principalmente discriminação. Contribui no sentido de lidar com dificuldades emanadas por parte dos educandos e dos educadores para que possam ser suprimidas e emanadas (BRASIL, 1998a).

Segundo BRASIL/MEC/SEPRIR (2009, p. 28):

Se o estereótipo e o preconceito estão no campo das ideias, a discriminação está no campo da ação, ou seja, é uma atitude. É a atitude de discriminar, de negar oportunidades, de negar acesso, de negar humanidade. Nessa perspectiva, a omissão e a invisibilidade também são consideradas atitudes, também se constituem em discriminação (BRASIL/MEC/SEPRIR (2009, p. 28).

Neste contexto percebe-se que estereótipo, preconceito e discriminação só levam a desuma-

nização daqueles que são suas vítimas e só levam a restrições quanto à articulação entre os direitos à aprendizagem e ao desenvolvimento e a organização do trabalho pedagógico na escola. Dessa forma só contribui para a desqualificação da aprendizagem de todos os estudantes (BRASIL, 1998a).

A partir do exposto acima relacionado a currículo, percebe-se que os saberes escolares devem ser “estruturados de maneira a viabilizar o domínio do conhecimento científico sistematizado na educação formal, reconhecendo suas possibilidades do uso dos conhecimentos apreendidos em situações diferenciadas da vida” (BRASIL, 2006, p.18). Os PCN, dão suporte científico e prático ao implementarem os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM), que por sua vez:

Apresentam um diálogo direto com os professores e os educadores, tornando menor a distância entre a proposição das idéias e sua execução. O texto reafirma seu compromisso com a necessidade de se articularem as competências gerais com os conhecimentos disciplinares e organiza de forma mais sistemática muitas das propostas pretendidas pelos PCNEM. O texto dos PCN representou um avanço, pois propõe sugestões de organização de cursos e de aulas, além de múltiplas abordagens sobre os temas da disciplina. O documento apresenta aos professores exemplos de aplicação das propostas previstas nos Parâmetros, além de permitir a criação de novas possibilidades, segundo o perfil do aluno, a realidade de cada escola e de seu projeto político-pedagógico. (BRASIL, 2006, p. 17)

O ensino da Biologia em seu contexto geral mesmo com todo esse aparato de associações de parâmetros curriculares (PCN que serviu para o despertar da criação dos PCNEM), ainda passa por muitos desafios, os quais podemos citar alguns deles, de acordo com o mesmo autor acima:

- Possibilitar ao aluno a participação nos debates contemporâneos que exigem conhecimento biológico.
- Formação do indivíduo com um sólido conhecimento de Biologia e com raciocínio crítico.
- Nortear o posicionamento do aluno frente a essas questões, além de outras, como as suas ações do dia a dia: os cuidados com o corpo, com a alimentação, com a sexualidade (BRASIL, 2006, p. 17).

O que nos leva a entender que essa disciplina nos tempos atuais ainda passa por questões políticas, éticas, culturais e morais ainda em fase de significação social e científica, mostrando-se distanciada da clientela que esta em contato com a mesma, os estudantes. E muito menos a população extramuros a escola, que é a comunidade em geral. A qual deveria ser fundamentada por todos os estudantes com base na seguinte significação científica de que é detentora:

- A aquisição de um vocabulário básico de conceitos científicos;
- A compreensão da natureza do método científico;
- A compreensão sobre o impacto da ciência e da tecnologia sobre os indivíduos e a sociedade (MILLER, 2000, p. 369-413, apud BRASIL, 2006, p. 18).

Nesse sentido ocorre a valorização do que o aluno traz consigo, das suas experiências de vida, do seu cotidiano e ao depara-se com o ensino sistematizado proposto pelo professor, o qual se acredita ter recebido formação continuada, faz esse estudante enraizar-se nessa cultura científica, que sempre teve como referência os PCN's onde surge uma nova concepção de ensino com novos significados de acordo com o que foi firmado no currículo vigente, onde os conteúdos disciplinares planejados realmente entram em prática nas ensinagens dos aprendentes em sala de aula (MULLER, 2013). E que de acordo com a mesma autora os estudantes no decorrer de todos os anos de estudos dos Anos Finais no Ensino Fundamental e do Ensino Médio sejam capazes de:

- Respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos relativos à

sexualidade, reconhecendo e respeitando as diversas formas de atração sexual e o seu direito à expressão, garantida a dignidade do ser humano;

- Compreender a busca de prazer como um direito e uma dimensão da sexualidade humana;
- Conhecer seu corpo, valorizar e cuidar de sua saúde como condição necessária para usufruir prazer sexual;
- Identificar e repensar tabus e preconceitos referentes à sexualidade, evitando comportamentos discriminatórios e intolerantes e analisando criticamente os estereótipos;
- Reconhecer como construções culturais as características socialmente atribuídas ao masculino e ao feminino, posicionando-se contra discriminações a eles associados;
- Identificar e expressar seus sentimentos e desejos, respeitando os sentimentos e desejos do outro;
- Reconhecer o consentimento mútuo como necessário para usufruir prazer numa relação a dois;
- Proteger-se de relacionamentos sexuais coercitivos ou exploradores;
- Ter consciência crítica e tomar decisões responsáveis a respeito da sexualidade; (MULLER, 2013, p. 37-38).

Brasil (2006) refere que não se pode esquecer também que estes objetivos entrem em consonância com um currículo que valorize também a regionalização em que o estudante esteja inserido, haja vista, esse pré-suposto em uma escola deva ser manifestado ou entendido em seu projeto pedagógico, uma vez que contribui para que as aulas de Ciências e de Biologia sejam debatidas e discutidas com ênfase no conhecimento científico, onde “a partir dessa construção coletiva, o professor, em sala de aula, organiza o trabalho procurando, em situações particulares, os caminhos mais significativos para seus alunos”(p. 25). Pois o grande desafio na pós-contemporaneidade é fazer com os jovens estudantes tanto dos Anos Finais do Ensino Fundamental como os do Ensino Médio nessa sociedade complexa em que estão inseridos que,

Busquem aprendizagem autônoma e contínua ao longo da vida, e que os cur-

rículos e os projetos pedagógicos escolares sejam objetos de ampla discussão para que suas propostas se aproximem sempre do currículo real que se efetiva no interior da escola e de cada sala de aula (BRASIL, 2006, p.9).

Assim, a partir de todo o contexto acima apresentado, Brasil (2000) percebe que um currículo de uma instituição escolar trabalhado com base nos PCN's tanto do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, fundamentados com base na LDB (9394/96), gera aquisição de conhecimentos descompartmentalizados e contextualizado, além de contribuir para um cotidiano pedagógico modificador de objetivos, conteúdos e da didática de ensino. Por sua vez é norteado por dimensões antropológicas, epistemológica, axiológica, praxiológica e política, gerando inovação pedagógica docente, proporcionando desenvolvimento de habilidades e competências emancipadoras e reflexivas numa visão interdisciplinar, a qual deve ser inerente a qualquer área do conhecimento, em prol do “sujeito em ação – o cidadão” (BRASIL, 2000, p.10), representado pelo corpo docente de uma instituição escolar.

Educação Sexual na Escola junto a Família

Vivemos em uma sociedade, diga-se de passagem, pouco consciente dos direitos que possui e do cumprimento de seus deveres frente aos impasses social, econômico, político e cultural em que esta inserida. A preocupação com a Educação Sexual do adolescente é necessária frente às dificuldades que essa população enfrenta, por falta de informação, reflexão, significação, educação familiar e orientação sexual. Nesse contexto, a escola em que vivemos ainda trata desde tema de forma reducionista, biológica e preventiva, enfocando com pouca atenção questões sócias, culturais e da participação da família que acredita em crenças a que os jovens devem se submeter relacionadas a condições de valores impostas pelas mesmas (REIS e MAIA, 2012).

As autoras acima acreditam que “a ação conjunta entre escola e família é fundamental se queremos, de fato, educar em sexualidade” (p. 190) e ainda referem que:

Todo o trabalho de educação sexual deve ser conjunto, e interdisciplinar, pois a sexualidade é, também, construída coletivamente, em uma determinada sociedade e cultura. A família deve dialogar com a escola e saber ouvir e conversar com seus filhos num processo de educação sexual emancipatório (REIS e MAIA, 2012, p.190).

A família ainda se encontra muito despreparada e preza a uma educação castradora, tradicional mesma que maquiada de uma liberdade sexual inadequada frente aos padrões de educação que acredita: moralista e conservadora. Que ainda na maioria das vezes reprime a sexualidade e não permite que cada um se manifeste de acordo com o imaginário social pertencente. Na maioria das vezes não permite que adolescentes estabeleçam relações interpessoais, tirem dúvidas sobre o que pensam relacionadas às suas emoções, sentimentos, fantasias referente a vida e sexualidade. E nestes caminhos de desencontros estes passam a ir em busca da escola, que ainda está pouco preparada, formada para esclarecer dúvidas permanecendo indiferente, apática a qualquer assunto que se refira a sexualidade do estudante (SANTOS e BRUNS, 2000).

Os adolescentes vivem em ambientes distintos que é a família e a escola, no entanto ambos se complementam, a primeira representa o seu porto seguro onde a Educação Sexual deve ser planejada, iniciada e a segunda dar seguimento nesse processo estimulando vivências vitalizadoras e reciprocidades de relações ligadas à família. Estes ao iniciarem esta fase da vida com informações voltadas para o sexo e sexualidade, apresentam comportamentos mais seguros, preventivos e iniciam vida sexual mais tardia. (ALTMANN, 2001, 2003 e BORGES, NICHATA e SCHOR, 2006).

Para Morin (2000), a família é o primeiro ambiente onde a sexualidade é abordada e, cada uma delas tem suas crenças e valores que marcam os adolescentes e ainda refere:

“(...) o imprinting cultural marca os humanos desde o nascimento, primeiro com o selo da cultura familiar, da escola em segundo, depois prossegue na universidade ou na vida profissional. Assim, a seleção sociológica e cultural das ideias raramente obedece à sua verdade; pode, ao contrário, ser implacável na busca da verdade” (MORIN, 2000, p. 28).

A família na maioria das vezes omite informações concernentes a sexualidade dos filhos, impedindo que os adolescentes esclareçam suas dúvidas, e quando os orientam, os fazem de forma rústica, “repressiva, incoerente e inadequada” (p. 63). Estes devem pensar e começar a flexionar ao abrir espaços no seio familiar através da troca de experiência, para que seus filhos possam obter informações sobre sexo e sexualidade, num clima de tolerância, sem arrogância, com muita compreensão para que as relações interpessoais entre os membros da família comecem a se equilibrar e gerar um certo conforto de ambas as partes, pais e filhos, e que ao utilizarem recursos esclarecedores como livros, revistas, vídeos educativos, programas de televisão, sirvam para que todos possam se inquietar perante suas dúvidas e ao mesmo tempo se sintam autoconfiantes para conversar, refletir e discutir temas associados a Educação Sexual para que esses adolescentes possam viver sua sexualidade com “liberdade, responsabilidade e naturalidade”(Bonfim, 2012, p. 63).

Por essa razão nas palavras da autora acima:

Pais e educadores devem entender que ocultar o assunto também significa posicionar-se sobre ele. A neutralidade pode ser pior que uma posição contrária: a “cultura do silêncio” que ainda impera na escola e na família esquece que não precisa necessariamente utilizar o diálogo para expressar nossos posicionamentos. A omissão, os gestos, as proibições carregadas de valores moralistas e socioculturais são uma maneira de contribuir para que o preconceito e os tabus sexuais se perpetuem. E mais: acreditamos que, em se tratando de subjetividade, de sentimentos, de amor, de paixões, de desejos, não há regulamentação capaz de determinar que as identidades sexuais sigam os discursos hegemônicos, sejam eles da biologia, da natureza ou da “normalidade”, impostos pelo pensamento dominante (BOMFIM, 2012, p. 64).

Partindo desta citação, percebe-se que a escola abre espaços para que o aluno reflita sobre os diversos valores relacionados à sexualidade, permitindo-os ressignificar os valores herdados e vivenciados. Ela vincula e implementa a Educação Sexual fornecida pela família e faz com que, o diálogo

entre as duas instituições seja uma constante, para contribuir com essa relação (VITIELLO, 1997). Os PCN's (1998) defendem que “caberá à escola trabalhar o respeito às diferenças a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias” (BRASIL, 1998a, p. 305).

O medo e o despreparo da família ainda são muito grande, pais totalmente alheios emocionalmente, intelectualmente em direcionar, informar, conduzir e educar seus filhos para o sexo e a sexualidade. Estes devem antes de tudo ter em mente de que a família deve ser “um espaço indispensável para garantir sobrevivência, a proteção integral de seus membros, independente da dinâmica ou de forma como ela esta estruturada” (ALMEIDA e CENTA, 2009, p.72). Ela é o sustentáculo que promove afetividade, valores construídos entre pais e filhos e ensina a cada um dos seus membros a praticar princípios éticos para formação de um cidadão justo, íntegro em sua totalidade, cumpridores de seus deveres e conhecedores de seus direitos no meio em que vivem, só assim diante dos impasses que a vida impõe está os fortalece em desconstruir esses medos, enfrentar desafios e a superá-los (MALDONATO, 1996).

Sousa, Fernando e Barroso (2006 apud ALMEIDA e CENTA, 2009, p. 75), referem que:

O ambiente familiar é normalmente, onde os valores são fortemente aprendidos e enraizados , pois é o núcleo da família que inicialmente os indivíduos vivenciam, incorporam e adotam valores, crenças, ritos, mitos e costumes necessários e fundamentais para se viver em sociedade. Estes valores geralmente perduram por muito tempo e podem trazer benefícios ou prejuízos para a vida adulta, pois a família pode ser considerada o primeiro lócus de aprendizagem, portanto é preciso que ela oriente e cuide para que seus valores sejam transmitidos ao longo do desenvolvimento dos filhos, inclusive aqueles que interferem no exercício da sexualidade.

De acordo com Goldberg e Guimarães (1988; 1995; apud REIS e MAIA, 2012, p. 200) a concepção de família e sexualidade relacionada a valores voltada para Educação Sexual é a mesma:

A ideia de que para haver uma educação sexual promissora, que traga bene-

fícios para uma sexualidade prazerosa e responsável, é preciso investir no diálogo entre instituições escolar e familiar e na busca de recursos adequados; uma educação sexual oferecida por profissionais e educadores deve ser coerente com a educação sexual que almejamos no seio da família, isto é, ética, respeitosa e flexível.

Os docentes necessitam rever suas dificuldades diante determinado assunto, relacionado a questões teóricas, leituras e discussões e suas diferentes abordagens; precisam estar preparados para saber lidar também com a reação dos familiares desta clientela relacionados ao tema em questão. O professor também necessita estar consciente de que não é a sua função exclusiva de assumir a responsabilidade em esclarecer dúvidas, de dialogar e vivenciar com os estudantes valores, descobertas e curiosidades sobre sexualidade, mas eminentemente sim, este papel em primeiro plano é da família (CARDOSO; BRITO, 2012).

A partir deste contexto, como já foi dito, percebe-se que a família e a escola se articulam na Educação Sexual de seus adolescentes ao trabalharem juntas a sua sexualidade. Trazem um respaldo conscientizador “poderoso de divulgação de crenças, valores e repressão sexual, mas também um espaço de possibilidade de diálogo, reflexão e emancipação da autonomia” (REIS E MAIA, 2012, p. 202).

A família a partir do momento que ensina aos filhos que devem amar o seu próximo está praticando e ensinando, mesmo que inconsciente, a serem pessoas afetuosas e de respeito umas com as outras. A gora por ser esta fase da vida cheia de atribulações hormonais, emocionais e sentimentais, do surgimento de dúvidas, incertezas quanto suas atitudes, da falta de tolerância, cabem aos pais estabelecer momentos de reflexão, compreensão e comunicação para que juntos diante dos conhecimentos que possuem possam valorizar o tempo histórico de pais e filhos, superando assim dúvidas e estereótipos para que construam e pratiquem hábitos de vida mais saudáveis buscando cada vez mais autoconfiança e autoestima para aquisição de uma melhor qualidade de vida voltada para a sexualidade (ALMEIDA E CENTA, 2009).

De acordo com Muller (2013), os pais são encarregados de algumas tarefas na Educação Sexual de seus adolescentes fundamentada em alguns níveis de preparo de desenvolvimento social para vida destes jovens:

- Ser os principais modelos – Após o nascimento, os pais se tornam dia a dia os principais modelos para os filhos. De que? De como ser alguém no mundo: de como a pessoa se relacionar consigo mesma e com o mundo ao redor. Nesse sentido, os pais são os primeiros e principais educadores sexuais dos filhos. A gigantesca tarefa é, portanto, ser o melhor modelo de ser humano que puderem, cuidando, educando, transmitindo valores e tendo sempre a consciência de seu complexo papel.
- Ser o porto seguro – A casa precisa ser um espaço aberto ao diálogo. Quem cria essa abertura são os pais. Por mais difícil que seja conversar, em especial sobre temas tão tabus como a sexualidade e o sexo, é fundamental que os filhos encontrem espaços abertos em casa para isso. Bem como trazer seus dilemas, suas dúvidas, suas expectativas e inquietações.
- Estabelecer limites – Adolescentes precisam aprender que há limite para tudo na vida, bem como possibilidades. Estabelecer essa noção é tarefa árdua, mas imprescindível. E cabe aos pais esse constante trabalho. Lembrando que estabelecer limite não significa necessariamente reprimir. Ou punir. Mas sim ensinar que há regras na vida civilizada, em sociedade, e que eles precisam ser cumpridos. A começar pelas regras da casa. E quem as estabelece? Os pais, que são os adultos responsáveis pela família. Claro que será necessário bom senso e flexibilidade. O que não significa ausência de limites: esses são altamente úteis para a educação para a vida como um todo, o que inclui a educação sexual (MULLER, 2013, p.41 e 42).

Reforçando as palavras da autora acima, Sousa (2009), complementa que:

O ambiente escolar e familiar no qual o aluno está inserido pode vir a acarretar um mau desempenho escolar seja por falta de estímulos, incentivo ou condições de ensino. Portanto, quando se fala em desempenho escolar, o ambiente familiar não deve ser relegado a segundo plano, mesmo quando se

trata da educação formal, função considerada especificamente da escola, pois como se sabe o aprendizado tem início muito antes da vida escolar (SOUSA, 2009, p. 10).

A partir de toda essa vivência acima relatadas focados no papel dos pais e estabelecimento de parceria com a escola, percebe-se que a família deve estar preparada para educar seus filhos em primeiro plano, para que possa se juntar a escola apoiando-a como geradora de novos saberes nas diversas áreas do conhecimento, inclusive a voltada para o da Educação Sexual de seus filhos. Segundo Brasil (1998a), compete à escola apenas “informar os familiares dos alunos sobre a Orientação Sexual incluída na proposta curricular e explicitar os princípios norteadores do trabalho” (p.304). E ainda refere que não é dever desta instituição em julgar o comportamento como errado ou certo, ela esta apenas como intermediadora das diferenças entre esses dois campos de vivências sócias e culturais.

Dessa forma estimula a uma formação humana integral, além de alertar de que este local de ensino e de aprendizagem, de convivência social, dar aos mesmos condições de reflexão, discussão, de estabelecerem dúvidas que trazem de casa sobre sexualidade, de praticarem a empatia uns com os outros, aprendendo a viver com as diferenças entre seus pares, conscientizando-se da tomada de decisões no meio em que vivem, desenvolvendo assim entre todos o fenômeno da educação voltada para a sexualidade com confiança, beneficiando o papel dos pais na edificação da educação de seus filhos e a escola como mediadora para uma melhor qualidade de vida do cotidiano familiar e escolar (BONFIM, 2012).

Agora segundo, Almeida e Centa (2009):

É fundamental que todos, governo, profissionais de saúde e de educação, família, escola e sociedade sejam educados, não só para exercer sua sexualidade, mas, principalmente para exercer seus direitos com responsabilidade, sendo respeitados e respeitando os outros (ALMEIDA E CENTA, 2009, p 75).

Cotidiano Escolar acerca da Educação Sexual

A Educação Sexual começa em casa com as orientações dos pais e familiares e dá continuidade na escola, “pois é por meio da família que surgem as primeiras aquisições valorativas da vida e da própria sexualidade” (p. 115). Ela é um marco na educação global que proporciona o desenvolvimento harmônico das qualidades intelectuais, morais e sociais (BONFIM, 2012).

Segundo Queen (2013), na Argentina desde o ano de 2006 e em Portugal a partir do ano de 2009 a Educação Sexual já é lei e é trabalhada como parte integrante do currículo nacional em escolas públicas e privadas no ensino fundamental e que tem como objetivos, assegurar o desenvolvimento de uma sexualidade plena do estudante com direito a promoção de saúde e prevenção das IST's, gravidez não planejada, de abuso e exploração sexual. Na Inglaterra a partir do ano de 2008 a Educação Sexual foi incorporada como disciplina sendo aplicada a estudantes dos 5 aos 16 anos, onde nos primeiros anos de estudo eles são informados quanto as partes do corpo e nos anos seguintes com temas relacionados a reprodução.

No Brasil vale a pena nos reportarmos a alguns marcos históricos sobre Educação Sexual nas escolas brasileiras de acordo com os estudos realizados em 2010 pelo Grupo Gestor Estadual do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas no Rio de Janeiro (GGE-RJ/SPE, p.1) que elaboraram a seguinte cronologia de ações:

- 1920 - Tentativa da feminista Berta Luz de implementar ensino oficial de Educação Sexual.
- 1970 – Surgimento da Lei nº 5692/1971, que tratava das ações de Educação Sexual como responsabilidade dos orientadores educacionais ou dos professores da área de ciências ou programas de saúde.
- 1974 – Parecer nº2264/74 do Conselho Federal de Educação, que legitima o ensino da educação sexual como de responsabilidade dos programas de saúde.
- 1987 – 1988 – Organização do Projeto de Educação Sexual para Comunidade Escolar através da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

- 1990 – Implementação de Programas de Educação Sexual nas escolas municipais de Porto Alegre.

- 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/96) – lança as bases para uma escola pluralista que respeita a diversidade. Depois, surgiram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), descrevem a inclusão da Educação Sexual (denominada de orientação sexual) de forma transversalizada em todo o conteúdo das disciplinas.

- 1998 – Publicação dos cadernos de Temas Transversais dos PCN's para o Ensino Fundamental, principal marco para desenvolver ações no espaço escolar relacionadas à temática de gênero, diversidade sexual e orientação sexual.

- 2001 – Lançamento do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10172/01).

- 2002 – Implementação do Programa Nacional de Direitos Humanos II, que visa fortalecer os artigos da Constituição Brasileira referentes aos direitos à livre orientação sexual e à proibição da discriminação por orientação sexual. O Programa Estadual de DST / Aids de São Paulo lança o vídeo “Para que time ele joga”?

- 2004 – Governo Federal lança o programa Brasil sem Homofobia, com ações ligadas à área da educação. Criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (CECAD/ MEC). Lançamento da campanha “Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos” e do Plano Nacional de Políticas para Mulheres.

- 2006 – Lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e dos PC-NEM. Neste ano, o Ministério de Educação e Cultura (MEC) iniciou em âmbito nacional o curso de formação de professores, com o objetivo de mobilizá-los para as questões ligadas às relações de gênero, orientação sexual, opressão sexual, cidadania e direitos humanos, de forma que seja possível fortalecer as iniciativas de combater à violência presente no contexto escolar, junto à população de jovens homossexuais. Inauguração do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

- 2008 – Realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e

Transexuais (GLBT). Prêmio Nacional de Educação e Direitos Humanos. Inclusão de recomendações relacionadas à abordagem de gênero e ao enfrentamento da homofobia no Edital de avaliação e seleção de obras didáticas para construção do Guia de Livros Didáticos do 1º ao 5º ano do Programa Nacional do Livro Didático (PNDL 2010).

Como explicitado nesta cronologia, é preocupante compreender como a questão da Educação Sexual, que é considerada tarefa da família, da religião, da comunidade, dos livros ou da mídia e orientação sexual tarefa da escola (CONCEIÇÃO, 1988; SUPPLY, 1998), é trabalhada atualmente na instituição escolar, a partir dos documentos oficiais, como os PCN's, que estruturam a atuação educacional. Na concepção de Altmann (2001) as modificações ao longo dos anos acontecem só que ficam limitadas sempre ao discurso.

De acordo com as palavras de Altmann e Martins (2007) acreditamos que o termo orientação sexual é muito limitado, haja vista, não tratar de sexualidade como marco histórico, social, político e econômico, ela é mais voltada para as questões biológicas, higienista e preventiva. Pois “na bibliografia internacional, orientação sexual é um termo utilizado para indicar qual o sexo (masculino ou feminino) pelo qual uma pessoa sente-se atraída ou elege como objeto de desejo e afeto”(ALTMANN; MARTINS, 2007, p. 132 apud AQUINO; MARTELLI, 2012, p.5).

Educação Sexual é um termo mais amplo, que se preocupa em está sempre trabalhando e modificando suas ações pedagógicas tradicionais em prol de uma evolução contemporânea, tendo a sexualidade como um dos seus temas a ser trabalhado na família e podendo se estender e ser cristalizada na escola. Este tipo de educação se prontifica a cuidar constantemente da sexualidade das pessoas de forma incondicional, a qual pode mudar diante das relações sócias em que o ser esteja inserido, podendo ser construída e reconstruída (AQUINO; MARTELLI, 2012)

Segundo Brasil (1998a), a Educação Sexual deve ser inserida no Projeto Político Pedagógico da escola uma vez que promove o bom desenvolvimento bio- psico-social do estudante, mantendo docentes e discentes e toda a escola interconectados numa rede de conhecimentos e ao mesmo tempo

fomentando e estimulando a discussão de temas relacionados à Educação Sexual trazendo um respaldo científico bastante compensador como:

Aumento do rendimento escolar (devido ao alívio de tensão e preocupação com questões da sexualidade), aumento da solidariedade e do respeito entre os alunos. [...] no caso do adolescente as manifestações da sexualidade tendem a deixar de ser fonte de agressão, provocação, medo e angústia (BRASIL, 1998, p. 300)

Educação Sexual segundo Figueiró (1996) é fazer com que o indivíduo entenda e aprenda dentro de um processo mediador que contribui para a construção do seu conhecimento e não apenas um mero espectador ao ser orientado em só receber o conhecimento pronto, sem questioná-lo. Uma educação que contribua para a formação da nossa subjetividade, para o nosso desenvolvimento pleno afetivo e sexual.

Para Vitiello (1994, p. 203) “educar, embora possa passar por informar, por orientar e por aconselhar, é mais do que a soma dessas partes isoladas (...) significa “formar”, (...) na acepção de que o educador dá ao educando condições e meios para que cresça interiormente”. Só resta saber se ele está disposto a receber toda essa formação para “a busca de uma ética que lhe permita se conhecer, se entender e se construir” (BONFIM, 2012, p. 54).

A Educação Sexual pode ser dividida também em dois grupos: a informal e a formal, haja vista, ambas estão relacionadas a vivências socioculturais. A primeira caracteriza-se segundo We-rebe (1998, p. 139, apud DUARTE, 2012, p.19) como “[...] todas as ações, deliberadas ou não, que se exercem sobre um indivíduo, desde seu nascimento, com repercussão direta ou indireta sobre suas atitudes, comportamentos, opiniões, valores ligados à sexualidade”, onde esse pressuposto pode ocorrer na família (primeiro grupo de convivência social relacionada à sexualidade), na mídia (que influencia com seus modelos de desenvolvimento de comportamento ligados a valores transmitidos pela televisão ou por computadores (internet), na comunidade do bairro em que vive, igreja, clubes, entre outros (DUARTE, 2012).

Para a autora supracitada, na escola também ocorre esse tipo de educação, dentro de sala de aula em conversas informais, extracurriculares, que aparecem de forma inusitada não relacionada a assuntos trabalhados pelo professor ou fora dela e que é a partir desse processo informal que surge a necessidade da Educação Sexual formal, de caráter consensual, fundamentada em princípios e ao mesmo tempo sistematizada.

De acordo com Vilela (2014), essa educação formal faz com que os adolescentes compreendam seus limites, suas ações e responsabilidades sexuais, tornando-se seres críticos, construtivos de seus direitos e deveres e conseqüentemente aptos para tomada de consciência diante das adversidades relacionada à sexualidade. Tudo isso traz um respaldo científico para professores e pais em trabalharem de forma mais assertiva o comportamento e a Educação Sexual desses jovens.

Diante desta perspectiva, identificamos que a educação é concebida enquanto instrumento de transmissão de valores e princípios igualitários e democráticos; portanto mostra-se necessário a importância da inserção às discussões de identidades de gênero, sexo e sexualidade como forma de eliminar os estereótipos, e trabalhar o reconhecimento da diversidade entre sujeitos, facilitando-se desta forma, educar adolescentes quanto o seu comportamento afetivo e sexual levando-os a uma aprendizagem contínua de acordo com os processos biopsicossociais e afetivos (CARDOSO; BRITO, 2012).

As mesmas autoras ainda referem que, essa aprendizagem deve ser fruto de uma relação dialógica para construção do conhecimento e que seja norteada nos quatro pilares básicos desse conhecimento:

“Aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a conviver” e “aprender a ser” que permite ao educador e educando conhecer, questionar, aprender e argumentar as informações relativas à sexualidade, ao sexo e ao gênero. Desse modo, torna-se necessário construir novos conhecimentos para a tomada de decisões responsáveis e escolhas assertivas com mais segurança, participação, flexibilidade e adaptação a novas situações e mudanças (CARDOSO; BRITO, 2012, p. 13).

As autoras citadas anteriormente, também afirmam que não devemos pensar em minimizar a definição de sexualidade e sexo de acordo com o olhar da Biologia, embora seja um conhecimento que contribua para a formação da identidade, da autoestima, da autoconfiança e valorização do corpo em uma sexualidade composta de afetividade e possibilidades em suas múltiplas dimensões. Não permitindo que ela se submeta aos entraves da vulnerabilidade, fruto do poder e vontade de outras pessoas, restringindo suas possibilidades e conseqüentemente reprimindo seus valores (CARDOSO; BRITO, 2012).

Partindo desse princípio o GGE-RJ/SPE (2010) valoriza também a Declaração dos Direitos Sexuais que durante o XV Congresso Mundial de Sexologia, ocorrido em Hong Kong (CHINA), entre 23 e 27 de agosto de 1999 na Assembleia Geral da WAS (World Association for Sexology) aprovou as emendas para a Declaração de Direitos Sexuais, decidida em Valência, no XIII Congresso Mundial de Sexologia, em 1997, que se referem aos seguintes direitos:

Direito à liberdade sexual; o direito a autonomia sexual – integridade sexual e à segurança do corpo sexual; o direito à privacidade sexual; o direito à igualdade sexual; o direito ao prazer sexual; o direito à expressão sexual; o direito à livre associação sexual; o direito às escolhas reprodutivas livres e responsáveis; o direito à informação baseada no conhecimento científico; o direito à educação sexual compreensiva; o direito à saúde sexual (GGE-RJ/SPE, 2010, p.1).

Neste contexto relacionado à declaração dos direitos sexuais, acreditamos que essa visibilidade nos ajuda a nos libertar de discriminação, de injustiças, de tabus e de preconceitos dentro das escolas e na sociedade. A dignidade, o respeito mútuo, a responsabilidade e a justiça, nesse mundo globalizado e com grande diversidade cultural, deve imperar para que a Educação Sexual proporcione aos jovens estudantes o exercício de sua sexualidade, assegurando cada vez mais uma melhor qualidade de vida (BONFIM, 2012).

Influências da Tecnologia de Informação e Comunicação na Educação Sexual

Atualmente nos encarregamos de agregar a educação valores interconectados com o advento do surgimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC) como o computador, o celular, os Tablets, os Ipad, entre outros, a internet, softwares, que fazem emergir novos caminhos a serem conhecidos por meio das redes sociais cibernéticas voltadas para a Educação Sexual. Ao trilhar o conhecimento por este caminho percebe-se que o ser humano está modificando seus hábitos de vida e de estudo por meio desse mecanismo virtual de comunicação, fazendo emergir um novo conceito de ensino e aprendizagem voltado para a sexualidade (BARSIL, 2014).

Este mesmo autor afirma que:

A internet vem alterando significativamente o cotidiano das pessoas, com o avanço das novas tecnologias cria-se a possibilidade de novas formas de comunicação o que acarreta em modificações nas relações humanas. Com um número significativo de dados pela rede, com apenas alguns cliques o indivíduo é capaz de acessar um turbilhão de informações. É importante observar que é uma realidade na sociedade contemporânea as pessoas se relacionando através das redes sociais por meio de aplicativos, sites de relacionamentos. Tal fenômeno vem proporcionando aos usuários e tornando-se uma prática comum e habitual, onde os mesmos efetuam um cadastro, editam o seu perfil e exibem seus dados como: opção sexual, interesses, descrição de si próprio, preferências, atividades e entre outras coisas afins. Sendo assim, possível através desses sites de relacionamento o acesso às comunidades, aos grupos onde tanto podem se referir a temas relacionados à sexualidade como a outros temas em geral (BRASIL, 2014, p, 23 e 25).

Neste contexto percebe-se que essa tecnologia pode ser direcionada a educação voltada para a sexualidade proporcionando um mecanismo de comunicação virtual bastante proveitoso desde que quem o esteja utilizando seja de forma proveitosa, ampliando e construindo cada vez mais o seu saber,

significando e ressignificando atitudes conscientes voltadas para a prevenção de sua saúde sexual. Uma vez que para Reis e Maia (2012, p. 192),

Um dos grandes desafios da educação é se adaptar às tecnologias modernas e aos meios modernos de comunicação, pois a tecnologia reflete sobre a aplicação de técnicas para a solução de problemas educativos, procurando colocar o processo ensino-aprendizagem como aspecto central, bem como sua qualidade, a medida que se preocupa com as técnicas e sua adequação às necessidades e à realidade dos educandos. Desta forma, é importante identificar as ferramentas que realmente podem ser utilizadas como instrumentos educacionais e avaliar sua aplicação de modo a promover a aprendizagem significativa, crítica e eficaz, também quando se trata da educação sexual.

Assim diante o exposto acima, Rosenau; Silva; Macedo e Haracemiv (2017), afirmam que “o sistema educacional com seus sites e softwares, buscam inserir essas ferramentas no processo burocrático da escola” (p. 14294), onde os estudantes se inserem cada vez mais nessas tecnologias e os professores mergulham nestes mecanismos facilitadores para a busca de novas expectativas de aprendizagem dos aprendentes e na formação continuada docentes e pessoal modificando as ensinagens trazendo crescimento intelectual, científico e sobretudo na mediação do conhecimentos entre esses protagonistas do meio escolar. Só assim a prática pedagógica atual passa a apresentar novos elementos educacionais transformador nesse contexto escolar emergido uma melhor interação entre estudante-conhecimento-docente, aptos na “capacidade de inovar, criar o novo a partir do conhecido, adaptabilidade ao novo, criatividade, autonomia e comunicação” (p. 14295).

Agora segundo Lima; Andrade e Damasceno (2017), existe muitos profissionais na área da educação que apresentam uma grande resistência em não querer fazer uso das novas tecnologias em sala de aula, estando convictos que sua forma de trabalho pedagógico tradicional ainda é o meio mais viável. Só que com o passar do tempo esses recurso ao tomar parte do meio em que estes educadores estão inseridos começam a despertar nos mesmos, a busca da mudança fazendo com que passem da fase da negação para a da aceitação, diante seus encantos virtuais, motivando assim, para a cons-

trução de novas perspectivas pedagógicas, que para Paiva (2008, p. 1) “deixa de ser vista como cura milagrosa ou como algo a ser temido”.

O professor ao adotar uma postura pedagógica mais evoluída frente aos novos rumos que a tecnologia pode oferecer, passa a incentivar segundo Lopes e Vas (2016), seus estudantes também a optarem pelo uso de novas tecnologias como computadores e smartphones em detrimento do material escolar tradicional, haja vista, estes são mediadores do conhecimento seja qual for o tipo de saber pedagógico entre outros.

Ao relacionarmos as tecnologias ligadas a Educação Sexual, percebe-se que estas,

Contribuem para que os adolescentes esclareçam suas curiosidades, via internet fazendo pesquisa é também pelas redes sociais fazendo novas amizades, os adolescentes vivem hoje no mundo Global acelerado de conhecimento na qual parece ser mais atraente e admirável onde oferecem todos os tipos de aventuras com detalhes auto visual, e também oferecem oportunidades de relacionamento (SILVA; REGIS; MIRANDA, 2011, p.6).

O próprio Watsap é o um mecanismos de comunicação inovador que contribui para o desenvolvimento discente e, sobretudo pedagógico docente com o “poder de compartilhamento de informações e conhecimentos” (p. 21), possibilitando acesso a uma diversidade de teóricos nas diversas áreas do saber, inclusive o da educação para a sexualidade, sendo bastante proveitoso no recinto escolar como é observado no quadro a seguir, segundo Freitas Junior; Saccol; Silva; Barbosa; Baldasso (2015 apud LOPES e VAS, 2016, p.20):

POTENCIALIDADES	DESCRIÇÃO	REFERENCIAS
Interatividade	O aplicativo pode ser utilizado para promover a interação entre alunos e professores, e entre alunos-alunos.	Rambe e Bere (2013)
Compartilhamento de conhecimento	O aplicativo permite a criação de autênticos contextos para a partilha de conhecimentos em diferentes circunstâncias entre alunos e professores, e entre alunos-alunos.	Rambe e Bere (2013)
Sensação de presença	O aplicativo promove a sensação da presença do outro na interação de comunicação, devido a sua instantaneidade.	Park, ChoeLee (2014)
Compartilhamento da emoção	Permite ao usuário expressarem abundantemente emoções em termos de uma presença social.	Park, Cho e Lee (2014)
Motivação	O <i>Whatsapp</i> auxilia os alunos, aumentando sua motivação para a aprendizagem.	Rambe e Bere (2013)
Colaboração	Alunos e professores podem se ajudar não só no processo de ensino e aprendizagem, como lembranças e estímulos às atividades.	Rambe e Bere (2013)
Baixo investimento	O investimento no uso de aplicativos é relativamente baixo.	Padrón (2014)
Sincronicidade e Assincronicidade	Permite enviar e receber mensagens quando estiver <i>on-line</i> e também, quando <i>off-line</i> , fora da cobertura da rede, ou quando os dispositivos estiverem desligados aumentando a possibilidade de participação.	Rambe e Bere (2013)

Fonte: Freitas Junior, Saccol; Silva; Barbosa; Baldasso, (2015).

Para Brasil (1998a), só é preciso ficar atento quanto ao requisito da prevenção de informações distorcidas relacionadas a esse tipo de tecnologia, uma vez que:

A mídia, nas suas múltiplas manifestações, e com muita força, assume relevante papel, ajudando a moldar visões e comportamentos. Ela veicula imagens eróticas, que estimulam crianças e adolescentes, incrementando a ansiedade e alimentando fantasias sexuais. Também informa, veicula campanhas educativas, que nem sempre são dirigidas e adequadas a esse público. Muitas vezes também moraliza e reforça preconceitos. Ao ser elaborada para crianças e adolescentes, essa mescla de mensagens pode acabar produzindo conceitos e explicações tanto errôneos quanto fantasiosos (BRASIL, 1998a, p. 292).

Rosenau; Silva; Macedo e Haracemiv (2017) endoçam o exposto anterior, afirmando que o uso dessas tecnologias de acordo como são apresentadas neste contexto educacional:

Trazem muitos benefícios para os estudantes e docentes, que buscam complementar sua aprendizagem ou prática pedagógica por meio de vídeos, textos, aplicativos permitindo a complementação do que desejam aprender ou ensinar. As Tecnologias de Comunicação Digital (TCD) na escola talvez contribuam para romper com o protocolo das aulas tradicionais, onde os estudantes devem chegar à sala de aula e apenas receber as informações, como se fossem programados, similares a robôs. Porém, considera-se que o processo de aprendizagem decorre das interações com o objeto de conhecimento, sendo o trabalho colaborativo e cooperativo fundamental para a aprendizagem. Pois é possível realizar uma prática pedagógica tradicional e prescritiva em ambientes digitais altamente inovadores (ROSENAU; SILVA; MACEDO e HARACEMIV, 2017, p. 14300).

Sendo assim se faz necessário que cada docente passe a aceitar e permitir que as Tecnologias de informação e comunicação façam parte de seu cotidiano escolar. E mais especificamente na sala de aula, para que junto aos seus aprendentes, possam desfrutar segundo SCHMITT (2011), de uma prática reflexiva pedagógica e epistemológica dos saberes disciplinares, com metodologias ativas, em ambientes virtuais e interativos cada vez mais evoluídos, inovadores e transformadores para promoção do conhecimento voltado para a Educação Sexual.

Recortes do Ensino de Ciências e Biologia junto a Educação Sexual

O ensino de Ciências desde 1971, considerado tradicional, já era obrigatório no Brasil para as séries do ensino fundamental. Com a LDB de 1991 intenções para sua renovação era notório, “que orientavam-se, então, pela necessidade de o currículo responder aos avanços do conhecimento científico e as demandas pedagógicas geradas por influência do movimento denominado Escola Nova” (Brasil, 1998c, p. 21), que ainda comenta:

Especialmente a partir dos anos 80, o ensino das Ciências Naturais se aproxima das Ciências Humanas e Sociais, reforçando a percepção da Ciência como construção humana, e não como verdade natural, e nova importância é atribuída a História e a Filosofia da Ciência no processo educacional. Desde então, também o processo de construção do conhecimento científico pelo estudante passou a ser a tônica da discussão do aprendizado, especialmente a partir de pesquisas, realizadas desde a década anterior, que comprovaram que os estudantes possuíam ideias, muitas vezes bastante elaboradas, sobre os fenômenos naturais, tecnológicos e outros, e suas relações com os conceitos científicos. As diferentes propostas reconhecem hoje que os mais variados valores humanos não são alheios ao aprendizado científico e que a Ciência deve ser apreendida em suas relações com a Tecnologia e com as demais questões sociais e ambientais.

De acordo com esse contexto, o PCN voltado para as Ciências Naturais, refere que o seu intuito é em apostar de que essas propostas inovadoras com relação aos fenômenos referidos na citação acima, a conteúdos e métodos para esse ensino se efetive embora a luta ainda é grande para que estas tenham abarcado o chão de cada sala de aula, uma vez que ainda continuam com as velhas “práticas do passado”. Estes são entraves fenomenais que “não é algo que se possa fazer unicamente a partir de novas teorias, ainda que exija sim uma nova compreensão do sentido mesmo da educação, do processo no qual se aprende” (BRASIL, 1998c, p.21).

Com todo esse contexto acima trabalhado a partir desse recorte sobre o conhecimento do Ensino de Ciências nas escolas brasileiras, pensar na Educação sexual passa a ser um desafio nestas escolas, uma vez que ela ainda aparece nestas instituições com pouco interesse de ser trabalhada, tímida, minimizada, devido a falta de formação docente, projetos pedagógicos insuficientes, questões religiosas, culturais, políticas públicas inadequadas, metodologias ativas, materiais e estrutura inadequadas, pais e familiares desinformados (ALTMANN, 2001). Assim é sabido que,

No trabalho de Orientação Sexual são muitas as questões às quais se devem estar atento. Em primeiro lugar, trata-se de temática muito associada a pre-

conceitos, tabus, crenças ou valores singulares. Para que o trabalho de Orientação Sexual possa se efetivar de forma coerente com a visão pluralista de sexualidade aqui proposta, é necessário que as diferentes crenças e valores, as dúvidas e os questionamentos sobre os diversos aspectos ligados à sexualidade encontrem espaço para se expressar. Será por meio do diálogo, da reflexão e da possibilidade de reconstruir as informações, pautando-se sempre pelo respeito a si próprio e ao outro, que o aluno conseguirá transformar e/ou reafirmar concepções e princípios, construindo de maneira significativa seu próprio código de valores (BRASIL, 1998a p. 87).

A criação dos PCN's em 1996, neste contexto acima veio a calhar por meio de seus temas veiculados de forma transdisciplinar na escola, veio na hora certa para amparar o trabalho com orientação/educação sexual, uma vez que estes se encarregaram de trazer informações e formação didático-pedagógica a professores para que vivenciem juntos com os estudantes, de forma significativa, um ensino e uma aprendizagem de valores socioafetivo, ético e epistemológico para uma nova dialética de seus saberes (BRASIL, 1998c). E ainda aconselham segundo Brasil (2000 apud Quirino 2014, p. 42),

Que a abordagem pedagógica da sexualidade seja explícita, ampla, flexível e sistemática, devendo ser contextualizada social e culturalmente. Esta tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento e exercício da sexualidade com prazer e responsabilidade, podendo acontecer mediante programação dos conteúdos já transversalizados e/ou sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. Para tanto, os conteúdos foram organizados em três blocos – Corpo: matriz da sexualidade; Relações de gênero; Prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids.

Nessa perspectiva o Ensino de Ciências “pode contribuir para a percepção da integridade pessoal e para a formação da auto-estima, da postura de respeito ao próprio corpo e ao dos outros, para o entendimento da saúde e para a compreensão da sexualidade humana sem preconceitos” (BRASIL, 1998c, p.22).

Para o ensino de Biologia encontram-se muitos aspectos importantes a serem destacados

de acordo com sua historicidade no Brasil. Desde a década de 70 e 80 seus estudos focavam desde a experimentação, métodos científicos investigativos até a configuração de habilidades cognitivas e sociais. A partir da década de 90 o Ensino Fundamental e Médio foram contemplados com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Por meio da Base Nacional Comum dos Currículos (BNCC) do Ensino Médio, este foi enquadrado em três áreas do conhecimento: Linguagens e Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias (BORBA, 2012).

Para Longhini (2012, p.67):

As DCNEM não foram suficientes para definir uma nova organização para o Ensino Médio, uma vez que os procedimentos metodológicos de abordagem das três áreas de conhecimento não ficaram explícitos e, portanto, não funcionaram. Assim, em 1999, houve a publicação dos PCN para o Ensino Médio (PCNEM), que também tiveram um de seus volumes dedicado às Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, ou seja, é impossível dissociar os avanços científicos da tecnologia neles envolvida.

Sendo assim, com base nesse processo evolutivo para o Ensino Médio, a mesma autora acima, refere também que:

Os objetivos do Ensino Médio em cada área do conhecimento devem envolver, de forma combinada, o desenvolvimento de conhecimentos práticos, contextualizados, que respondam às necessidades da vida contemporânea, e o desenvolvimento de conhecimentos mais amplos e abstratos, que correspondam a uma cultura geral e a uma visão de mundo. Para a área das Ciências da Natureza e Tecnologias, isto é particularmente verdadeiro, pois a crescente valorização do conhecimento e da capacidade de inovar demanda cidadãos capazes de aprender continuamente, para o que é essencial uma formação geral e não apenas um treinamento específico (LONGHINI, 2013, p. 67)

Neste contexto percebe-se que um aprendizado não deve ser voltado só para um conhecimento pautado em resultados pré-estabelecidos, mas também para um arsenal cultural que ajuda a entender melhor os fenômenos sociais e profissionais em uma sociedade que passe a reconhecer os fatos naturais e científicos com uma visão de um mundo mais evoluído social e produtivamente, e ainda com foco na compreensão de um aprendizado mais analítico e culturalmente científico (BRASIL, 2000a; BORBA, 2013). Partindo dessa compreensão, os PCNEM também disponibilizam algumas habilidades e competências sugestivas para serem trabalhadas no Ensino de Biologia como: a “contextualização sócio-cultural; investigação e compreensão e análise de dados coletados” (BRASIL, 2000a).

Este mesmo documento supracitado com toda a sua efetiva capacidade de comunicação, “no sentido de construir um conhecimento efetivo” e de ir em “busca da interdisciplinaridade” e de “promover um ensino cada vez mais contextualizado” (BRASIL, 2000a, p.6), que juntamente com as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio marcaram presença no século XXI, os quais contribuem para uma boa comunicação entre escola e docentes referente sua prática pedagógica (BRASIL, 2006), os PCNEM não conseguiram estabelecer uma boa comunicação com as escolas, foi daí que a partir do ano de 2002:

A Secretaria de Educação Média e Tecnológica publicou os Parâmetros Curriculares + Ensino Médio, que também contemplaram, em um de seus volumes, as Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias. Os PCN+, propostos como orientações complementares aos PCNEM, apresentaram um diálogo direto com os professores e os educadores, diminuindo a distância entre a proposição das ideias e sua execução. Desta forma, esses parâmetros sugerem seis temas estruturadores para o Ensino de Biologia, a saber: interação entre os seres vivos; qualidade de vida das populações humanas; identidade dos seres vivos: diversidade da vida; transmissão da vida, ética e manipulação gênica e origem da vida e evolução. Além dos temas, o documento apresenta ainda algumas estratégias para o ensino desse componente curricular, como experimentação, estudos do meio, desenvolvimento de projetos, jogos, semi-

nários, debates e simulações (LONGHINI, 2012, p. 68).

A partir desse reconhecimento passa-se a perceber que estes PCN's citados anteriormente vieram precisamente para estabelecer forte vínculo entre o ensino e a aprendizagem entre o corpo docente e discente, mais voltada para a “alfabetização científica”, termo esse que leva segundo a autora supracitada p.(68), “a aquisição de um vocabulário básico de conceitos científicos, a compreensão da natureza do método científico e a compreensão sobre o impacto da ciência e da tecnologia sobre os indivíduos”. Dessa forma segundo Vianna (2012), proporciona cada vez mais uma aprendizagem compartilhada, mediada, científica, prática, dialética, eminentemente contextualizada e, sobretudo mais cidadã.

Atualmente ainda existem muitos entraves políticos educacionais quanto ao ensino no campo de Ciências e poucas perspectivas em se fazer valer. De acordo com Nascimento, Fernandes e Mendonça (2010, p. 233, apud LONGHINI, 2012, p. 69), esses entraves são gerados devido,

A complexa relação epistemológica entre as ideias científicas e os pressupostos da educação científica; às dificuldades dos professores em romper com uma profunda concepção positivista de ciência e com uma concepção conservadora e autoritária de ensino-aprendizagem como acumulação de informações e de produtos da ciência, que seguem influenciando e orientando suas práticas educativas: às suas carências de formação geral, científica e pedagógica: às inadequadas condições objetivas de trabalho que encontram no exercício da profissão e a determinadas políticas educacionais fundamentadas em princípios contraditórios à formação crítica dos cidadãos.

Diante dessa compreensão nos reportamos as Orientações Curriculares Nacionais para o ensino Médio criado em 2006, que veio também para justamente amenizar a situação na citação acima e fazer com que a prática docente seja mais consonante, mais aproximada e atuante entre professores e estudantes. Um documento que contribuiu para aproximar cada vez mais o desenvolvimento de ha-

bilidades investigativas do estudante e ajudando o docente a trabalhar melhor conteúdos associados a metodologias de ensino no contexto atual (BRASIL, 2006).

Fazendo outro recorte nesse estudo, percebe-se que tanto nas aulas de Ciências como de Biologia um dos recursos mais utilizados são os livros em que a sexualidade não é vista de acordo com sua dimensão epistemológica filosófica, social, política e cultural, sendo apenas contextualizada para aspectos biológica e higienistas. Fato este também reconhecido pelos próprios PCN's e PCNEM (BRASIL, 1998c; 2006; ANDRADE; FORASTIERI; EL-HANI, 2001).

Na escola são muitas as entrelinhas do cotidiano das quais estão a que pertencem o corpo docente com sua visão didática, metodológica inseridas numa pedagogia que sofre por constantes assédios em discursos voltados para a sexualidade no ensino fundamental principalmente pelos estudantes que compõem os Anos Finais, os quais se encontram com a sexualidade em efervescência quanto ao comportamento emocional, sexual e social e também pelos do Ensino Médio que de certa forma já têm muitas informações biológicas relacionadas a vivências sexuais. No entanto para ambos os níveis de ensino no que se refere à “sexualidade e da educação sexual, que embora esteja, parcialmente, mais atualizada, é incipiente para envolver as questões sociais, culturais, históricas e políticas que permeiam a sexualidade” (QUIRINO, 2014, p. 30) desta clientela, não existe muita diferença com relação a seu conhecimento quase em total estado de desinformação.

Para tanto é necessário, uma conscientização quanto aos discursos aqui referidos neste contexto acima, ao afirmar que,

Isso requer que atores e atrizes escolares estejam sensibilizados/as e capacitados/as para implementação de prática docente emancipatória, cidadã e sensível à diversidade de gêneros e sexual que está presente no cotidiano da sala de aula. Consideramos, portanto, que há uma pressão social, política, econômica e conseqüentemente, curricular para considerar as questões que envolvem a atividade sexual e sexualidade no ambiente escolar e que a abordagem de professores/as acerca da Educação Sexual necessita de ação conjunta entre os/as diversos/as integrantes dos cenários sociais que envolvem os/as adolescentes,

em uma perspectiva cultural que considere as realidades e vivências pessoais dos/das jovens (QUIRINO, 2014, p. 30).

Assim, percebe-se que ao ser trabalhado a transversalidade entre os docentes acerca da Educação Sexual mediante as várias áreas do conhecimento, automaticamente também estaremos praticando o princípio segundo Fazenda (1994), da interdisciplinaridade. Onde o conhecimento circula entre as disciplinas se modelando e ao mesmo tempo não perde a sua especificidade.

De acordo com o que vislumbramos neste estudo até agora vale a pena adentrar em um nicho acolhedor tanto para o ensino de Ciências, Biologia e muitas outras disciplinas que é a sala de aula, a qual configura o cotidiano escolar, composta de calor humano, material didático, das mídias televisivas e sociais, e que também contribui para o estabelecimento de fortes relacionamentos interpessoais dotados de amor, sentimentos empáticos, onde o princípio da tolerância, do diálogo, da comunicação e da escuta científica, pedagógica e ética se fazem prevalecer. Um lugar para estimulação do conhecimento, valorização das histórias de vida para uma aprendizagem significativa e, sobretudo autônoma na construção de habilidades e competências e que motiva professores e estudante se fixarem cada vez mais firmes em seu chão. É neste ambiente acolhedor que as perspectivas surgem e se solidificam ao serem trabalhadas a Educação Sexual e a sexualidade (BRASIL, 1998a).

Para Stromquist (2007 apud Quirino 2014, p.57), uma vez inseridos esses temas acima no currículo, poderá não haver garantia de se vivenciá-los na sala de aula devido a “grande número de professores/as com pouca habilidade no campo de gênero, heterogeneidade das turmas, curta duração das aulas e do ano letivo, e inexistência de livros didáticos com foco nas questões de gênero”. Neste caso é necessário,

Um trabalho coletivo da equipe escolar, definindo princípios educativos, que em muito ajudará cada professor em particular nessa tarefa. Na condução desse trabalho, a postura do educador é fundamental para que os valores básicos propostos possam ser conhecidos e legitimados de acordo com os objetivos apontados. Em relação às questões de gênero, por exemplo, o professor deve

transmitir, pela sua conduta, a equidade entre os gêneros e a dignidade de cada um individualmente. Ao orientar todas as discussões, deve ele próprio, respeitar a opinião de cada aluno e ao mesmo tempo garantir o respeito e a participação de todos (p.84). Outro ponto a ser considerado para as intervenções do professor nas situações de manifestação de sexualidade de seus alunos em sala de aula é o referente aos valores a ela associados. O professor não deve emitir juízo de valor sobre essas atitudes, e sim contextualizá-las. Sua postura deve ser pluralista e democrática, o que cria condições mais favoráveis para o esclarecimento e a informação sem a imposição de valores particulares (Brasil, 1998a, p.103).

A partir dessa premissa nesta citação acima, percebe-se que a compreensão do professor ao realizar suas atividades pedagógicas em sala de aula junto aos seus estudantes com atitude é de grande valia, frente suas manifestação da sexualidade de acordo com a idade apresentada pelo adolescente. Uma vez que os ajuda a delinear suas necessidades emocionais prazerosas sem denegrir em momento algum sua individualidade (VIANNA, 2012).

Trabalhar projetos interdisciplinares ajuda bastante tanto no ensino de Ciências como no de Biologia uma vez que esse norteia a prática docente e pedagógica, ajuda a desenvolver sequências de ensino investigativo, estimula o conhecimento do estudante dialeticamente, ajudando-os a desenvolver habilidades direcionadas para a descoberta no campo da educação voltada para a sexualidade. Proporciona o fenômeno de análise crítica dos fatores que a estrutura para o bom desenvolvimento da práxis pedagógica, e “dependendo do campo de possibilidades, ou seja, do contexto socioeconômico e cultural concreto” em que cada um dos atores da sala de aula estiverem inseridos, “é que circunscreve possibilidades de experiências”. (BRASIL, 1998c, p. 110).

De acordo também com a ótica de Brasil (2006, p.9), o projeto pedagógico da escola “deve ser objeto de ampla discussão para que suas propostas se aproximem sempre do currículo real que se efetiva no interior da escola e de cada sala de aula”. Levando assim, a beneficiar ao surgimento de uma ampla discussão dos diferentes setores da escola para a realização do trabalho educacional.

Outro sucinto recorte que se faz necessário abordar neste estudo é o que se refere ao do de

currículo tanto para o Ensino de Ciências como de Biologia o qual segundo sua análise voltada para a Educação Sexual e prática docente nos remete a refletir sua ação crítica e problematizadora no contexto escolar sob a visão de Molina e Santos (2018, p.1150), ao referirem que,

A educação escolar como uma prática social e, como tal, ela depende da prática docente. O ocorrido é que, na maioria das vezes, parece-nos que a prática docente engessa o currículo ao mesmo tempo em que o currículo é engessado pela prática docente. Nesse caminho, observarmos que a educação sexual na escola está direcionada para as disciplinas de ciências e biologia e restrita a uma visão biológica e preventiva sobre o corpo humano. Assim, acreditamos que este tipo de prática pedagógica inviabiliza uma visão relacional e, portanto, histórica, sobre o corpo e a construção da sexualidade, principalmente quando os/as professores/as estão diante da sala de aula, ambiente reconhecidamente marcado pela diversidade humana.

Nesse sentido como já foi referido neste estudo os docentes insensatamente devem se conscientizar que trabalhar incansavelmente como refere (FAZENDA, 1994; TARDIF, p. 2007) de forma interdisciplinar na discussão de conteúdos e de metodologias ativas sobre o tema em questão é fato. Para que na sala de aula os estudantes em parcerias com estes profissionais possam discutir, refletir, (re) significar os encantos de partilha de um conhecimento amplo, libertador de tensionamentos emocionais, sexuais e sociais, que é a educação voltada para a sexualidade (QUIRINO, 2014). E ainda afirmando este autor,

Que nessa perspectiva, considerando que a formação superior brasileira é fragmentada, o trabalho de Educação Sexual implementado pelos/as professores/as no espaço escolar ainda é pontual e não se efetivou de forma transversal, portanto não integra os diversos saberes que a temática exige (QUIRINO, 2014, p. 31).

Portanto estas são uma das notificações habituais passivas de modificações fruto do tradi-

cionalismo incontestável entre docentes e que não contribui para um currículo que promove a subjetividade do sujeito consonante com o exercício de sua sexualidade e que segundo Molina e Santos (2018, p.1153),

O currículo é um produto feito das seleções de conhecimentos que traduz, por efeito, a subjetivação de um tipo de sujeito idealizado ou esperado socialmente. Da mesma forma, operaram-se tipos de sujeitos necessários conforme o exercício de sua sexualidade, e instituídos por um regime de verdades que normalizam a existência e suas experiências em um repertório identitário: o modelo discursado sobre como ser homem e ser mulher (normatividade) em conflito com as multiplicidades produzidas e os mecanismos para seu controle e regulação da sexualidade.

Os mesmos autores supracitados ainda referem em seu discurso no currículo algumas deduções ligadas a normatização, sexualidade e Educação Sexual:

Pressupomos que a prática docente engessada em um currículo fixo pode contribuir para o agravamento das questões de sujeitos adolescentes considerados inadequados frente às normatizações. Contudo, colocamos que a construção da sexualidade de meninas e meninos frente à normatividade propicia mudanças, as quais também podem ocorrer pelo campo do currículo, por meio da problematização dos enunciados instituídos, ou a forma como um/a docente desenvolve e propõe discussões no campo da educação sexual (MOLINA e SANTOS, 2018, p. 1153).

Nesta visão pós-estruturalista em que o currículo se sobressai, percebe-se que diante o que foi analisado no contexto acima no cotidiano das entrelinhas do currículo vigente na escola, é de que este voltado para uma visão biologistas. Quando o assunto é Educação sexual não podemos deixar de estabelecer sua ligação com a sexualidade, haja vista, esta é uma complexa tarefa que ainda é sugestivo para os professores de Ciências e de Biologia adotarem como de sua responsabilidade a ser

trabalhada diante da adversidade no imaginário social em que vivem os estudantes (VIANNA, 2012).

E que também:

Enfrentar a sexualidade do que difere de si mesmo como outra possibilidade de vida, sem as amarrações morais alocadas sobre a conduta sexual de cada indivíduo, é ultrapassar o regime de verdade que corporifica sua própria prática sexual. Isto é, no nosso entendimento, a principal dificuldade relacionada ao exercício da Educação Sexual no contexto de sala de aula. Portanto, se existe um currículo de ciências/biologia que abarque a educação sexual, tendemos a considerá-lo historicamente marcado pela ideia de corpo reprodutor e constantemente em tensão com os valores morais sobre corpo enquanto produtor de desejos e prazeres por quem o aplica na sala de aula (MOLINA e SANTOS, 2018, p. 1158)

Nesse sentido percebe-se que historicamente o currículo percorre o Ensino de Ciências e de Biologia em que os docentes trabalham a Educação Sexual de forma biologista com atenção mais voltada para a morfo-fisiologia de órgãos e sistemas. O que se idealiza mesmo é a busca de uma educação humanizada que valorize a sexualidade das pessoas e que segundo Bonfim (2012, p. 34) de acordo com a “compreensão histórica do ser humano, tanto das bases naturais, quanto das subjetivas e culturais”.

Segundo Brasil (2006 p.134-135):

Professores, em seus grupos organizados, são os agentes da (re)construção curricular, sendo imprescindível a criação de espaços de planejamento coletivo, de estudos e discussões que incluam as orientações curriculares nacionais, não vistas como propostas de ensino, mas como diretrizes a serem dinamicamente significadas e desenvolvidas nos contextos de âmbitos mais locais. A União atende à incumbência (LDBEN, Art. 9º) de “elaborar o Plano Nacional de Educação em colaboração com os Estados e com os municípios”, que estabelecem competências e diretrizes para nortear os currículos e os conteúdos mínimos do ensino, assegurando uma formação básica comum. Focos nor-

teadores de planejamentos e práticas curriculares, uma vez disponibilizados, precisam ser objeto de estudo e reflexão, em âmbitos específicos do sistema educacional. Não podem ser vistos como “propostas pedagógicas”, nem como algo pronto e padronizado a ser “aplicado” nas escolas do país. Como parâmetro/referência, precisam ser objeto de necessários processos de discussão e (re)significação em âmbitos diversificados do meio educacional. O fato de isso não acontecer configura obstáculo preocupante na inserção de efetivos processos de formação e desenvolvimento da reforma educativa e curricular a ser desenvolvida em cada escola e região do país. Igualmente, o professor não pode ficar isolado em seu âmbito escolar, sendo necessária uma ampla articulação política da formação docente e do desenvolvimento curricular no país como um todo. Isso implica uma política nacional efetivamente mobilizadora e articuladora dos sistemas educacionais que considere os princípios da autonomia e da flexibilidade no cumprimento da incumbência, estabelecida pela LDBEN (Art. 11), a cada município de “organizar, manter e desenvolver os órgãos e as instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e aos planos educacionais da União e do respectivo estado”; e, ainda, da incumbência estabelecida (Art. 12) a cada escola de respeitadas as normas comuns e as do seu respectivo sistema de ensino, elaborar e executar sua própria proposta pedagógica, com atribuição remetida (Art. 13) a cada professor de participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, zelar pela aprendizagem dos alunos e colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade. (BRASIL, 2006, 134-135).

Esta é uma forte realidade no cotidiano em que as escolas brasileiras como um todo estão vivendo na verdade. Com um currículo ainda muito fragmentado, passível perante os ajustes políticos, culturais, identitário, econômico e socioemocional de se submeter a estes ajustes. De se contextualizar frente às realidades locais e regionais em que esteja inserido, de dialogar para uma aprendizagem significativas frentes a adversidades em que estudantes e docentes são e estão submetidos (MOLINA e SANTOS, 2018).E ainda para o mesmo autor acima:

É importante salientar a necessidade de aprofundamento da visão de uma formação humana/social integral e integradora, que não apresente uma percepção segmentada do conhecimento humano, nem do sujeito, nem da realidade; que não dissocie desenvolvimento intelectual e profissional, formação teórica e prática; que articule saberes concernentes a conteúdos formativos diversificados, associados a conceitos que necessitam ser (re)significados em contexto escolar, incluindo dimensões plurais e múltiplas do saber, do ser, do saber-fazer, do conviver, associadamente a valores, atitudes e posturas a serem incorporadas como vivências sociais mais solidárias, responsáveis e justas (BRASIL, 2006, p. 135).

As mudanças de atitudes pedagógicas, políticas, de conteúdos, metodologias é urgente. Ou lutamos para a busca de um saber mais harmônico em ressonância com a realidade da necessidade de mudança no âmbito social ou educacional em que se vive ou estaremos condenados a trabalhar e viver em uma sociedade desgovernada e na ínfima e hipotética construção do saber (VIANNA, 2012).

As escolas de Ensino Fundamental e Médio juntamente aos seus familiares precisam mudar seus conceitos com relação à Educação Sexual de seus estudantes, adotar e até abolir um sistema doutrinário fruto de um passado de repressão sexual e aniquilador e os proporcionar uma sexualidade libertadora, que possa ser expressada, caracterizá-la, livre de preconceito, de falsos dogmatismos sociais independente de credo, religião, opção sexual, e gênero e como afirma Saviani (1987, p. 36 apud BONFIM, 2012, p. 31), precisamos entender a educação “como instrumento de luta pelo estabelecimento de uma nova relação hegemônica que permita a construção de um novo bloco histórico, de uma nova sociedade que substitua o consenso de burguesia” pelo consenso de justiça social.

Perspectivas acerca da Educação Sexual no Cotidiano Escolar

Tanto na sala de aula como na de casa a Educação Sexual de adolescente seja para os pais como para os professores geram desafios que podem ser superados por meio da tolerância, adaptação

ao meio em que se vive, comunicação e a escuta para a geração de um olhar diferenciado em relação a essa educação. Desnudando-a, possibilita melhores relacionamentos interpessoais em busca de esclarecimento, de parcerias, de confiança e conseqüentemente desconstrução de tabus e preconceitos. Espera-se por uma escola renovada onde professores possam dialogar com propriedade e segurança com seus discentes e todo o corpo de profissionais da escola informando e proporcionando cada vez mais conhecimento que segundo Melo e Melo (2016, p. 3 e 4), não é por acaso que como um dos temas transversais a orientação sexual se destaca,

Que deve perpassar toda a concepção e estruturação do Ensino Fundamental e Médio. A inclusão da sexualidade como tema transversal, proposto para educação brasileira, é produto de uma longa luta de educadores, entre percalços e conquistas para ver este tema presente nas abordagens curriculares formais e institucionais da escola. O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal e coletiva e a afirmação do princípio da participação política.

De acordo com esse pressuposto acima é notório que abrir espaços para debates sobre esse tema transversal é fundamental para que docentes e discentes possam vivenciar uma educação para a sexualidade cada vez mais emancipada. Desde o século passado para o atual a inclusão do trabalho dessa educação nas escolas ficou mais visível aparecendo mais na sociedade e conseqüentemente destacando-se por meio das políticas públicas expressadas através de parâmetros, textos. Não deixando de lembrar que há um distanciamento muito grande entre aquilo que se programa e o que é posto em prática na escola com relação a essas políticas, haja vista, é muito difícil realizar uma discussão direcionada quando o assunto é sobre relação de gênero e sexualidade seja na escola ou em qualquer lugar (VIANNA, 2012).

Para essa autora supracitada, nestas políticas também deve ser primordial a inclusão da formação de professores. Jamais esquecer que está deve ser continuada para qualquer área do conheci-

mento para que todo o corpo técnico escolar se integre e passe a ser conhecedor dos princípios cada vez mais íntegros politicamente.

Nesse contexto a escola é o local privilegiado para ser aplicado todo o conhecimento adquirido, onde as discussões permeiam todo um arsenal coletivo para a concretização de saberes e no enriquecimento de um ideário social a que todos pertençam. É o local em que a troca de idéias e opiniões, reflexões, significados e ressignificado de valores se fazem compreender entre seus participantes principais que estão elencados por seus estudantes para discussão da sexualidade. Esta por sua vez proporciona na maioria das vezes muito mais que na família, o diálogo, a prática discursiva do debate e aprofundamento sobre sexualidade para verem o que têm em comum na busca da emancipação diante as varias opiniões que se detém (BRASIL, 1998a).

Portanto é necessário também que estes estudantes tenham em mente que diante das adversidades sociais em que vivem, há momentos que devem recorrer a alguém que possibilite informações cada vez mais seguras sobre essas vivencias da sexualidade, a qual esta representada na pessoa do professor, que não deve interferir nas conversas com seus princípios e valores, mas orientar de acordo com o que os parâmetros curriculares nacionais se prontificam a fundamentar a educação desses adolescentes (SILVA, 1993), seja no Ensino Fundamental ou no Médio. Que segundo Brasil (1998, p.5), permitam “ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania”.

Para Bonfim (2012, p. 66), no passado funesto em que vivenciou-se no século XX com relação a educar para a sexualidade passamos por grandes entraves sociais e culturais e que até hoje ainda perdura numa sociedade patriarcal. Mesmo que, diga-se de passagem, por muitos, bem mais suavizadas com relação ao que era antigamente relacionado a princípios e regras doutrinadoras,

A visão que prevalece na sociedade ainda envolve preconceitos arraigados em uma moral sexual patriarcal, ou seja, aquela que cada família recebeu de seus antepassados e passou para seus filhos, quase sempre repressiva, dogmática, pecaminosa e vergonhosa. Infelizmente, a maioria dos professores não foi

ainda capaz de superá-la em sua formação docente centrada na visão meramente biológica da sexualidade. Por esse motivo, grande parte deles não conseguiu avançar como deveria nos debates sobre sexualidade na sua totalidade, compreendendo-a como uma construção histórica e cultural, nem inserir em sala de aula um diálogo sobre a diversidade sexual (BONFIM, 2012, p. 66).

Uma Educação Sexual renovadora diante o quadro anteriormente citado é urgente frente os impasses doutrinadores antigamente vividos. Que ainda para Bonfim (2012), é através de projetos trabalhados na escola voltado para esse tema em estudo que o ensino e a aprendizagem tomam rumos orientadores na construção de novos saberes em qualquer área do conhecimento. O que não se pode é desenvolver um projeto de Educação Sexual,

Sobre o voluntariado espontaneísta, mesmo aquele carregado de boas intenções e altruísmo. A vontade deve ser o motor das práticas transformadoras, mas estas somente se completam com a consciência crítica que deve ser sistematicamente buscada pela ciência e pelo trabalho intelectual de pesquisa e aprofundamento, ou seja, pela formação. A inserção de uma disciplina na grade curricular da graduação dos cursos de formação de professores, pedagogia e licenciatura, que supere a abordagem dos aspectos biológicos da sexualidade, embora saibamos que apenas isso não dará conta da problemática de gerações a gerações. Necessitamos de projetos e ações coletivos. Precisamos de uma política para a sexualidade, que forme consciência e valores éticos, que leve à compreensão da vivência da sexualidade em sua totalidade, que aborde a construção histórica, política, social e cultural da sexualidade humana, para que possamos compreendê-la e vice-versa de maneira qualitativa, prazerosa e emancipatória. As informações biológicas são importantes, mas não suficientes para a superação das problemáticas atuais. Temos que abordar a sexualidade com toda a seriedade e a amplitude de que necessita, ir além do lado negativo, como tem sido feito na maioria das escolas até hoje. Claro que falar de DSTs, Aids, gravidez não planejada também é necessário, mas somente essas informações, dissociadas do conhecimento de como a sexualidade se desenvolve e de um debate crítico sobre a forma como a sociedade condiciona historicamente nossa forma de vivê-la, não educa ninguém (BON-

FIM, 2012, p.67).

Para César (2009), de acordo com o contexto acima outro momento que se deve fazer aparecer no chão da escola esta relacionada à diversidade sexual, a qual inclui um olhar diferenciado epistemologicamente frente ao sistema heteronormativo em que se vive, onde,

É importante lembrarmos uma vez mais que qualquer decisão teórica e epistemológica é também política, em se tratando da sexualidade, é também importante que se faça presente uma reflexão sobre as implicações das políticas de sexualidade. Lembremos que foi o dispositivo da sexualidade que instaurou o regime da heterossexualidade compulsória em todos os âmbitos da nossa vida. Se tomarmos como certo o lugar da sexualidade na instituição escolar, é importante demarcar os temas que envolvem o trabalho na instituição escolar. Pesquisas realizadas com professoras/es e alunas/os vêm demonstrando a necessidade de uma formação específica tendo em vista a diversidade sexual presente no universo escolar. Alunas/os e professoras/es gays, lésbicas, bissexuais e transexuais compõem a diversidade contemporânea da instituição escolar; entretanto, para esta instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser insuportável por transbordar os limites do conhecido. Assim, um trabalho que assuma como princípio a diversidade sexual marca a entrada em um “campo epistemológico” desconhecido, na medida em que a “epistemologia” reconhecível é a do sistema heteronormativo de correspondência entre sexo-gênero. Em outros termos, se assumirmos o gênero como categoria de análise das ciências humanas será possível formular novas epistemologias da sexualidade na escola. No mesmo sentido, mas radicalizando os questionamentos, isto é, problematizando a hegemonia linguística e cultural organizada a partir da heterossexualidade compulsória, a perspectiva dos estudos de gênero pode trazer à luz a heteronormatividade predominante nas práticas e discursos escolares. Sob tal perspectiva teórica, revela-se que o currículo possui uma matriz que, além de masculina, é heterossexual. Essa nova perspectiva “epistemológica” se encontra com as teorizações estranho,

esquisito, produzindo questionamentos sobre os limites do discurso do sexo e da sexualidade marcados por uma concepção naturalizada, a-histórica e monolítica. Nesta ótica, o sexo está confinado à sua percepção biológica, responsável por delimitar a fronteira entre os sujeitos: masculino/feminino, heterossexual/homossexual e normal/anormal. O sexo, o corpo e o próprio gênero são construções culturais, linguísticas e institucionais geradas no interior das relações de saber-poder-prazer, determinadas pelos limites do pensamento moderno (CÉSAR, 2009, p. 47-49).

Nestes novos tempos em meio ao século XXI em que a sexualidade porta uma visão mais cidadã e normalista com relação à diversidade humana percebe-se uma perspectiva relacionada ao gênero genuinamente mais evoluída e libertadora investigativa quanto ao “status quo” dicotômicos masculino e feminino ressignificando e mostrando segundo Severo (2013, p.72) que os lugares não são fixos de acordo com as abordagens da sexualidade como se vive, haja vista, sabemos que não é de hoje que estas modificações começaram a ocorrer. Pois desde a década de setenta do século passado tendo como foco norteador a sexualidade o “debate sobre inclusão desta temática no currículo das escolas” tanto do ensino fundamental até o médio já era intensificado,

Por ser a escola considerada importante na compreensão dessa construção de identidade e, principalmente na formação global do indivíduo, nesse sentido, a escola, com suas práticas pedagógicas, podem contribuir para a construção de identidade de gênero, sobretudo da sexualidade do ser humano (SEVERO, 2013, p. 72).

Assim passamos a perceber que gênero e sexualidade estão bem atrelados e consolidados e que é na escola que esses desafios em reconhecer o outro como ele é por suas escolhas sexuais e de que as identidades podem passar por mudanças, as quais não são fixas (HALL, 1997), podendo elas se modificarem diante as escolhas de vida de cada um de acordo com o que querem em suas trilhas associativas individuais ou coletivas com mais prazer e seus respectivos desejos significativos (CÉ-

SAR, 2009). E de que a escola necessita mostra em seu currículo a partir desse contexto progressista, que esse não deve trabalhar só com uma visão machista, deve vislumbrar também a diversidade de escolhas e passar a adotar uma educação para a sexualidade menos reprimida, mais democrática, emancipada e sobretudo heterogênia quanto as relações de gênero como afirma Severo (2013, p.1 e 75), com “possibilidade” cada vez mais “formativa”, onde “se instigam ou superam preconceitos, se difundem conhecimentos e valores”.

Assim, tanto para o Ensino Fundamental como para o Médio se faz necessário Segundo Bonfim (2012), uma Educação Sexual “capaz de superar as meras informações biológicas, e considerando a necessidade de se construir uma política educacional de formação de agentes educacionais e pedagógicas, capazes de articular as potencialidade amplas para a Educação Sexual escolar”, que nessa perspectiva César (2009, p.49) refere que nesta educação, “a sexualidade e diversidade sexual se referem à prática de liberdade, na medida em que os limites de nossos pensamentos deverão ser transcendidos em nome de outras possibilidades tanto de conhecer como de amar” e ainda para Bonfim (2012, p 131),

Essas possibilidades éticas e essas idealizações pedagógicas somente serão realizadas se assumirmos o pressuposto de uma sociedade que supere a dominação, a exploração do homem pelo homem, o afã do lucro e da produção, para dar lugar à isonomia, ao amor e a solidariedade, à justiça e ao reconhecimento de nossa natureza dialógica. Essas disposições somente serão possíveis num horizonte para além do capital e seus derivados culturais, seus estigmas e divisões, numa sociedade socialista, emancipatória, erótica e “visceralmente nova”.

O que nos leva a pensar diante desse pressuposto defendido nas idéias dessa autora que a educação para a sexualidade nas famílias e nas escolas seja trabalhada na expectativa de superação de preconceitos. E que para Severo (2013, p. 177), se impere a luta pelo conhecimento e a defesa da construção de valores, “possibilitando uma educação não sexista, com uma abordagem mais reflexi-

va” contribuindo para o “crescimento intelectual e vivencial dos sujeitos envolvidos”.

Capítulo 2

PROCEDIMIENTOS METODOLÓGICOS



Especificidade do Estudo

A metodologia oferece suporte para obtenção de conhecimento científico ao pesquisador. Segundo Lakatos e Marconi (2006), o método é o caminho que ajuda a atingir um objetivo com mais determinação e economia, por meio do conhecimento confiável e procedente, determinando o norte do estudo traçado, reconhecendo os erros e ajudando o pesquisador na tomada de decisões.

Este estudo trata de uma pesquisa baseada em procedimentos técnicos de caráter descritivo e exploratório com abordagem qualitativa e quantitativa (TEIXEIRA, 2010), realizado com pesquisa de campo e de natureza aplicada, que contribui para um melhor entendimento a luz do tema abordado, possibilitando uma maior apreensão do problema e suas respectivas soluções específicas, deixando a pesquisa mais forte (SILVA e MENEZES, 2005).

Para Gil (2008), pesquisas exploratórias proporcionam maior detalhamento de um conjunto de questões sistematizadas, sem restrições, nos levando a fazer um levantamento bibliográfico para a fundamentação teórica. Para este autor, pesquisas descritivas nos incitam trabalhar com questionários, possibilitando descrever características de determinada população ou fenômenos, uma vez que utiliza técnicas padronizadas de coleta de dados. Com esses conceitos técnicos apresentados foi possível desenvolver a referida pesquisa sobre Educação Sexual com participação dos estudantes, pais e professores de duas escolas, uma municipal e uma estadual na Cidade de Gravatá.

Local do Estudo e seus Participantes

O local de estudo foi realizado na Escola Municipal Cônego Eugênio Vilanova que possui Ensino Fundamental e na Escola Estadual Aarão Lins de Andrade com Ensino Médio, localizadas em bairro periférico da cidade de Gravatá – Pernambuco. As escolas são formadas por uma clientela de aproximadamente 332 e 1.055 estudantes, respectivamente e a maioria são de camadas sociais populares e de famílias com baixo grau de instrução.

A escola do Ensino Fundamental funciona nos Anos Iniciais só no horário matutino em quatro salas e nos de interesse da pesquisa, nos Anos Finais, em quatro séries do 6º ao 9º anos nos dois turnos diurnos. A escola do Ensino Médio funciona nos três turnos, em dez salas de aulas. No terceiro turno grande parte funciona com o Ensino Médio de Jovens e Adultos, sendo apenas duas com a modalidade de ensino dos demais turnos (um no 2º Ano e outro no 3º Ano). Ambas possuem biblioteca, laboratório de computação, secretaria, sala de professores e dos gestores, cantina, refeitório, sala de atividades integradas, banheiros masculino e feminino e quadra poliesportiva.

O quadro de funcionários das referidas instituições são formados por gestores e seus assistentes, secretárias com suas auxiliares, bibliotecárias, merendeiras, assistentes de serviços gerais, porteiros, vigilantes noturnos e quatro docentes que lecionam nos Anos Iniciais, onze nos Anos Finais e os do Ensino Médio totalizados em trinta e dois professores. Todos lecionam nas várias áreas do conhecimento – Linguagens e Códigos, Ciências Humanas, Naturais, Exatas e suas Tecnologias .

Para este estudo a amostra foi constituída por três populações. Pesquisa com 56 estudantes dos anos finais e 133 do Ensino Médio, todos com idade entre 10 a 19 anos. Sendo seus pais também respondentes, onde cada filho levou os questionários para serem respondidos em casa pelos mesmos. Finalizando a terceira etapa da amostra, tivemos 11 professores dos Anos Finais e 32 do Ensino Médio, que para fazerem parte da pesquisa, precisaram estar em plena atividade do exercício do magistério, os discentes estar na faixa etária da adolescência e que os pais ou responsáveis fossem os reais respondentes nos questionamentos.

Coleta de Dados

A primeira etapa da coleta de dados neste estudo foi realizada em fevereiro de 2019 mediante a aprovação dos gestores escolares e consentimento dos participantes, com a aplicação de questionários constituídos por questões claras, objetivas e fechadas, que segundo Chizzotti (2005, p. 55):

O questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto que os informantes saibam opinar ou informar. Sua execução necessita que o pesquisador saiba claramente as informações que busca, o objetivo da pesquisa e de cada uma das questões, o que e como pretende medir ou confirmar suas hipóteses. É uma tarefa que exige critério e planejamento para exaurir todos os aspectos dos dados que se quer obter, sem negligenciar os aspectos essenciais da pesquisa.

O questionário nesse estudo contém 11 questões para os discentes relacionadas ao seu nível de conhecimento sobre Educação Sexual, 06 questões para os pais com a finalidade de saber como encaram este tipo de educação e 14 questões para os docentes referentes às dificuldades de trabalhar esse tema na escola e com os familiares, sendo todos encontrados nos apêndices (A, B e C), da temática de investigação.

Inicialmente, os participantes receberam um termo de consentimento livre e esclarecido, denotado nos anexos (A, B e C), para que pudessem responder aos questionamentos, autopreenchível, na própria escola pelos estudantes onde pudessem expressar suas opiniões em sala de aula e para os pais ou responsáveis, em suas residências. Para os professores esta ação realizou-se durante as aulas atividades na escola ou em sua residência.

A segunda etapa da coleta correspondeu ao procedimento da revisão bibliográfica, que se norteou em fontes primárias e secundárias e nos materiais tecnológicos e científicos, os quais são fundamentais para a elaboração e análise de um estudo científico (TARDIF, 2002 e GIL, 2008). O material coletado correspondente a essa etapa, foi localizado em consultas às bibliotecas públicas, faculdades, universidades, em acervos de especialistas e em dados da literatura científica virtual como: Google acadêmico, Rede social para compartilhamento acadêmico - Ebah, Scientific Electronic Library Online - SciELO.

Análise dos Dados

Os dados analisados originaram-se de uma leitura extensiva e compreensiva do material selecionado, seguido de sua exploração, para busca do real significado a luz do contexto em que estiveram inseridos, agrupados por categorias, textos específicos e geral, articulados com os conceitos que orientaram a análise.

Na etapa de exploração do material coletado utilizaram-se os dados de estatística do Excel, para auxiliar na interpretação dos dados categorizados nos questionários. Nesse sentido, analisaram-se questões que norteiam os estudos ligados a Educação Sexual como elemento reflexivo do cotidiano escolar.

Ao término da análise, elaborou-se uma síntese interpretativa confrontando com os achados na literatura concernente ao estudo.

Considerações Éticas

Estudo regulamentado de acordo com as normas de pesquisa destinada a seres humanos, resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012). Que assegura a todos os participantes da pesquisa que os procedimentos inerentes ao mesmo serão realizados de acordo com seus princípios éticos, relacionado à dignidade das pessoas, sua autonomia, seus princípios de liberdade, beneficência, não maleficência e, sobretudo com equidade. O anonimato dos sujeitos participantes na pesquisa será mantido para que possam expor suas opiniões e dificuldades com total liberdade e segurança.

Um termo de consentimento livre e esclarecido, também foi apresentado aos representantes dos discentes, por serem menor de idade, o dos próprios pais ou responsáveis e docentes com linguagem acessível e esclarecedora. Todos tiveram oportunidade de ler e assinar o termo em duas vias. Uma ficando com o pesquisador e as demais com os respondentes e responsáveis dos estudantes na

pesquisa.

Os resultados desta pesquisa serão publicados e servirão de suporte para a tomada de decisões voltadas à prática docente, de estímulo a reflexão e significação para os discentes e o despertar dos pais para uma melhor educação dos filhos acerca da Educação Sexual. Proporcionando cada vez mais uma melhor qualidade de vida social, humanitária e na implementação de metodologias ativas a todos que fazem os estabelecimentos de ensino, possibilitando a garantia de que danos previsíveis as populações em estudo nesta pesquisa, relacionado ao processo de ensino e aprendizagem e no convívio interpessoal familiar, possam ser evitados.

Capítulo 3

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Este capítulo se destina a apresentar os resultados e discussão de acordo com dados coletados em questionários (apêndices A, B e C) constituídos pelo perfil dos pais, dos discentes e dos docentes e das questões voltadas para o conhecimento sociocultural relacionadas às vivências dos mesmos inerentes a Educação Sexual.

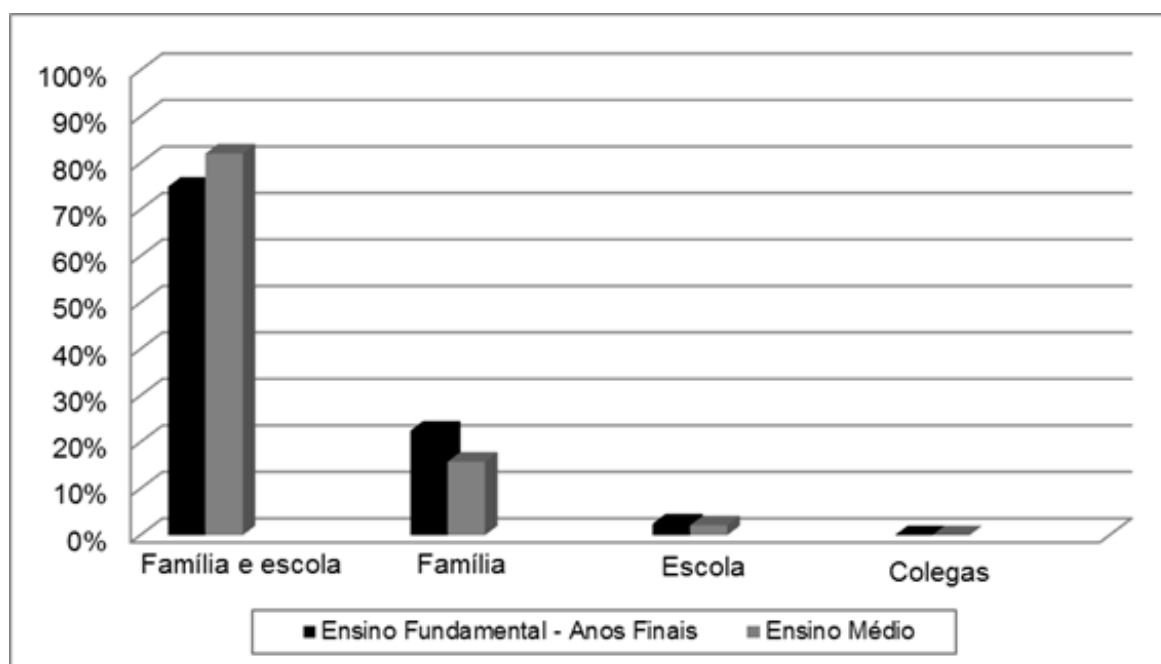
Análise dos questionamentos com os pais de acordo com estudos focados na Educação Sexual

Inicialmente foi explanado nesse estudo os resultados obtidos nos questionários referente ao perfil dos 40 pais respondentes dos discentes que estudam em uma escola municipal do Ensino Fundamental nos Anos finais e dos 95 pais dos discentes de uma escola estadual que cursam o Ensino Médio. A finalidade foi de conhecer algumas variáveis como idade, sexo, escolaridade e local em que residem.

Foi possível investigar que mais da metade dos pais que tem filhos estudando tanto na escola com Ensino Fundamental nos Anos Finais como os com filhos estudando na do Ensino Médio possuem idades entre 30 a 45 anos e que existe uma diferença considerável entre o sexo masculino e feminino, onde 95% (38) dos respondentes da primeira escola e 86% (82) dos respondentes da segunda escola, já referidas, são do sexo feminino e que 5% (02) e 13,7% (13) na mesma ordem das escolas citadas, são do sexo masculino, haja vista, observa-se que esta falta de interesse masculino em participar deste estudo, confirma assim, a desigualdade entre gêneros (BONFIM, 2012; SEVERO, 2013). Observou-se também que na ordem em que aparecem as amostras populacionais nesta pesquisa, 67,5% (27) e 78,9% (75), dos pais são escolarizados e que 50% (20) e 66,3% (63) residem na cidade.

As demais questões se destinaram ao conhecimento sociocultural em que estão inseridos os pais relacionadas à Educação Sexual dos filhos. Algumas delas vão estar configuradas em alguns gráficos de acordo com este subitem nesta pesquisa, como serão expostos a seguir.

Gráfico 4.1.1 - Local que o filho(a) deve receber Educação Sexual



Fonte: Dados coletados pelo autor

O gráfico 4.1.1 foi elaborado de acordo com os resultados adquiridos nos questionamentos (apêndice A) aos pais dos estudantes do Ensino Fundamental nos Anos Finais e aos pais dos estudantes do Ensino Médio. Na questão 1, aborda a opinião dos mesmos quanto ao local em que os filhos devem receber Educação sexual. Onde foi possível observar que mais da metade dos respondentes das duas instituições de ensino afirmaram ser importante receber este tipo de educação tanto na família como na escola. Fato este que vai de encontro com o pensamento de Almeida; Centa (2009) e Reis; Maia (2012), ao afirmarem que neste século vinte e um, educar para a sexualidade, embora esteja caminhando lentamente rumo para um processo de educação mais emancipada, reflexiva em detrimento de uma educação castradora, reprimida e munida de uma sexualidade involutiva historicamente, percebe-se que quando a família se aproxima da escola, estas se coadunam, estabelecem um maior grau de responsabilidade na educação dos filhos.

Foi percebido também que 22,5% (09) dos genitores em estudo relacionados à escola Muni-

principal dos Anos Finais e 15,8% (15) a Estadual do Ensino médio, responderam que essa educação deve ser exclusiva da família como afirma Morin (2000, p.28), ser esta o primeiro “imprinting cultural na busca da verdade” relacionada à sexualidade dos filhos, indo de contra com o que responderam alguns pais dos educandos da escola municipal 2,5% (01) e estadual 2,1% (02), que opinaram ser só na escola a iniciação desta educação.

Um impasse social, cultural e histórico que de acordo com Goldberg e Guimarães (1998; apud REIS e MAIA, 2012, p. 200), basta investir na “idéia de que para haver uma educação sexual promissora, é preciso investir no diálogo entre instituição escolar e familiar e na busca de recursos adequados”. Só assim todos passaram a ter uma visão menos dicotomizadas entre estas instituições e passarão a desenvolver uma Educação Sexual promissora, que promove mudança de comportamento com ética, responsabilidade, abolindo cada vez mais preconceitos, tabus e estigmas, onde todos os cidadão passem a reconhecer que deve iniciar-se no seio familiar e a escola dar continuidade, proporcionando vivências vitalizadoras, recíprocas de relações ligadas à família (ALTMAM, 2001, 2003; BORGES, NICHATA e SCHOR, 2006).

Na questão 2 observou-se que os dados coletados no questionamento aos pais referente a frequência com que os filhos devem receber Educação Sexual na escola foram bastante comuns as respostas coletadas de ambas instituições de ensino pesquisadas. Onde 17,5% (07) dos genitores dos filhos que estudam na escola municipal dos Anos Finais e 9,5% (09) dos genitores dos filhos que estudam na escola estadual do Ensino Médio, responderam que recebem muitas vezes esse tipo de educação. 47,5% (19) e 32,6% (31) das duas populações em estudo, responderam que os filhos receberam poucas vezes ou apenas uma vez 5% (02) os dos Anos Finais e 4,2% (04) os do Ensino Médio.

Foram notórios os percentuais com que essa intervenção sócio-educativa e pedagógica ocorreu em ambas as escolas, correspondendo a 30% (12) na municipal e mais gritante ainda na estadual 53,7% (51) quando os pais afirmaram que os estudantes nunca receberam essa educação aplicadas a uma clientela que almeja refletir, significar e ressignificar questões culturais, históricas, sociais, afetivas, relacionais e comportamentais. Os quais são advindos de familiares com pouco grau de ins-

trução escolar, inseguros em esclarecer dúvidas e em querer orientar, trocar experiências, minimizar desconfortos relacionados a “tabus sexuais, preconceitos” (BOMFIN, 2012, p. 64), e ainda para Brasil (1998a) desprovidos de informações relativas às IST’s, entre elas a AIDS, gravidez na adolescências, abuso sexual e que encontram-se alheios aos estereótipos hegemônicos cultural e econômico do meio social em que estão inseridos.

Morim e Vitiello (1997), endoçam também as palavras dos autores acima afirmando que a escola quando é pró-ativa e atua em lócus junto a família na Educação Sexual dos educandos resgata, direciona valores familiares herdados e vivenciados na escola, vincula e implementa uma educação que também para os PCN’s (1998), trabalha “o respeito às diferenças a partir da sua própria atitude de respeitar as diferenças expressas pelas famílias” (BRASIL, 1998a, p. 305).

A questão 3 refere que reuniões com pais na escola para discussão sobre Educação Sexual é de fundamental importância, haja vista, segundo Aquino e Martelli (2012, p.12), afirmarem que a escola “é um lócus privilegiado de troca de informação, conhecimento, promovendo debates e formação integral”. Onde foi percebido que apenas alguns pais 7,5% (03) dos docentes da escola dos Anos Finais e 4,2% (04) do Ensino Médio, afirmaram ter presenciado a discussão do tema em todas as reuniões que frequentaram, indo de contra a 47,5% (19) e 62,1% (59) de outros pais das mesmas escolas que afirmaram não ter presenciado a discussão do tema. Enquanto 25% (10) e 27,4% (26) relataram que às vezes o tema era abordado. Outros 20% (08) e 6,3% (06) pais questionados não acham necessário esse tipo de intervenção por parte da escola para com os mesmos.

De acordo com estes percentuais analisados nesta questão no parágrafo acima, percebe-se que a falta de interesse por parte dos pais ou responsáveis dos estudantes em participarem de reuniões propostas pela referidas instituições de ensino é notório. Uma vez que estas favorecem aos mesmos tomadas de decisões e encaminhamentos cabíveis, na participação da proposta pedagógica e educacional vigente, proporcionando assim, o pleno desenvolvimento do estudante (BRASIL, 1998a e HEIDRICH 2009).

Weeks (2010); Brasil (1998a) e Bonfim (2012) em complemento ao pensamento dos autores

acima, referem que é necessário que estes respondentes se conscientizem de que a escola oferece vários tipos de aprendizagem. Que para Aquino e Martelli (2012, p. 6), esta favorece “vivência com outras culturas e experiências em torno de diferentes aspectos, dentre eles, a sexualidade”.

Sobre o contexto supracitado anteriormente, Heidrich (2009), refere que o foco principal nestas reuniões é o estabelecimento de parcerias com os pais e toda comunidade escolar. Compartilhando e implementando estratégias em conjunto com o objetivo principal de estabelecer vínculo cada vez maior entre as duas instituições, família e escola, e conseqüentemente uma melhor escuta e o surgimento de um olhar diferenciado de ambas as partes proporcionado uma melhor educação de qualidade.

A questão 4, aborda as dificuldades que os pais têm em falarem com os filhos sobre prevenção de gravidez, métodos contraceptivos, da sexualidade e relações interpessoais. Alguns pais dos filhos dos Anos Finais representaram um percentual de 7,5% (03) e outro 1,1% (01) de um filho matriculados no Ensino Médio, relataram nos questionamentos que mandam os adolescentes conversarem destes assuntos com colegas e mais da metade destes questionados, nesta pesquisa nas instituições em estudo, responderam que os filhos fossem procurar familiares mais próximos, como tios ou primos mais experientes para esclarecerem suas dúvidas.

Para 12,5% (05) na escola municipal dos Anos Finais e 8,4%(08) na estadual do Ensino Médio, os pais mandam que os filhos aprendam esses assuntos nestas instituições de ensino, que segundo BONFIM (2012), um adolescente deve ser esclarecido de suas dúvidas voltadas para o sexo e sua sexualidade na escola em que estuda, para que viva de forma segura e preventiva em relação as DST's, gravidez indesejada, uso de métodos contraceptivos, que os possibilite a refletirem melhor quanto ao seu jeito de ser e de viver em sociedade, de viverem sua sexualidade de forma “menos banal, pecaminosa, vergonhosa, exacerba, envolta em libertinagem que os reduza a possibilidades saudável e qualitativa” (p 108). 15% (06) e 21% (20) na ordem das escolas que se apresentam neste estudo, os pais responderam que não têm interesse que os filhos conversem e se informem sobre esses assuntos.

São dados preocupantes onde se percebe que os pais estão cada vez mais se esquivando de

suas responsabilidades, repassando-as para outros, que nem sabe se estão preparados em fornecer uma educação emancipada sexualmente. São pais munidos de preconceitos, tabus, de uma carga histórica castradora, tornando-os inseguros em direcionar, informar, formar, conduzir e educar seus filhos para a sexualidade (ALTMANN, 2001, 2003 e BRASIL, 1998a), e que para Bonfim, (2012, p.34) acabam “alijando a formação sexual das dimensões éticas e estéticas, que se dá por meio dos processos histórico-culturais”.

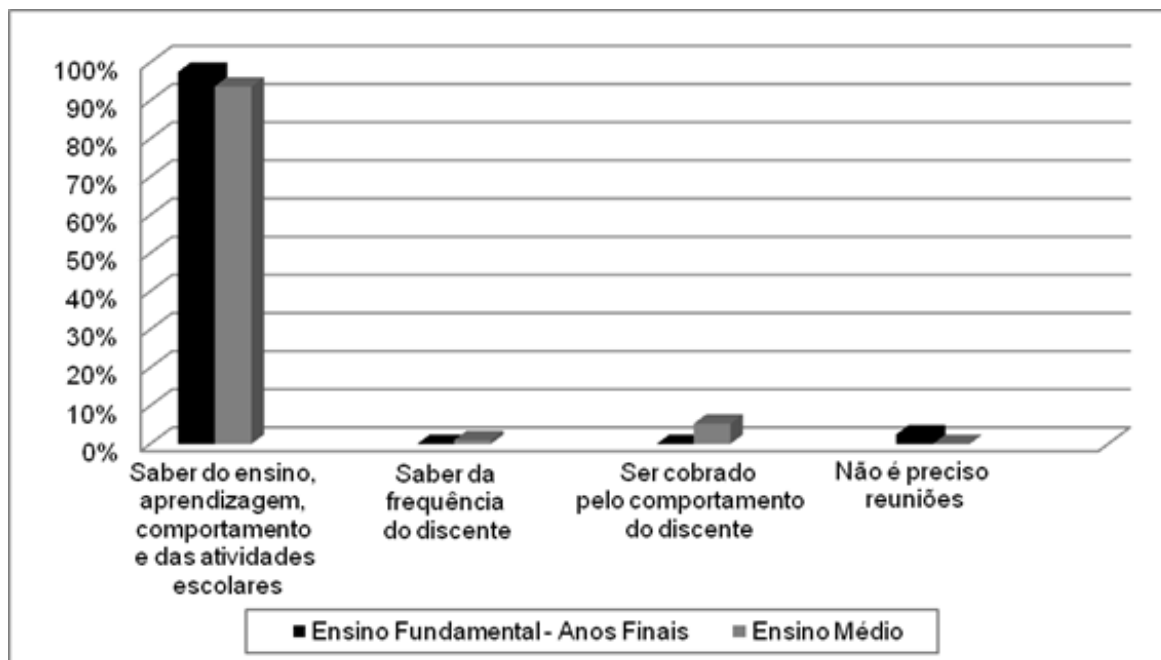
Instituições escolares ao propor aos pais o trabalho com Educação Sexual segundo os PCN's (1997), de antemão deve ter em mente que está lidando com contextos culturais, sociais e históricos diferentes (BRASIL, 1997). Além do mais antes de ser lançada a proposta de reuniões aos pais a escola já deve ter vivenciado com seus docentes assuntos relacionado ao tema em questão, que para Brasil (1998a) ainda há professores despreparados para enfrentar esse tipo de orientação sexual na escola e que segundo Guimarães e Rachadel (2014), o mínimo de conhecimento do tema em questão a ser trabalhado de forma interdisciplinar e comprovação científica do que se pretende desenvolver em seus projetos escolares, deve ser o trivial, para que se possa educar de forma segura com acessibilidade a todos os interessados: escola, estudantes, pais e toda a comunidade em que as instituições de ensino oferecem seus serviços.

Dai ter-se perguntado aos pais na questão 5, a importância de reuniões na escola (gráfico 4.1.2), onde foi quase unânime o total de respostas na escola municipal para as séries dos Anos Finais 97,5% (39) e 93,7% (89) para os do Ensino Médio ao relatarem que serve para troca de informações, saber do ensino, da aprendizagem, do comportamento do estudante e do andamento das atividades escolares. Outros só do Ensino Médio 1,0% (01) responderam que era exclusivamente para saber da frequência e 5,3% (05) para ser cobrado pelo comportamento do estudante.

Para Heidrich (2009) e Menezes (2011), de acordo com os percentuais acima apresentados, está é uma realidade atual e bastante frequente na escola contemporânea, que gera desconforto emocional nos pais ao receberem informações muitas vezes não esperadas, ou que poderiam ser mais suavizadas por parte de quem os informa, para que não seja motivo de quebra de vínculo destes para com

a escola ao saberem que seus filhos não aceitam seguir regras e princípios estabelecidos no regimento interno da instituição que estudam. Finalizando os questionamentos desta questão um pai 2,5% (01), que tem filho matriculado na escola no Ensino Fundamental dos Anos Finais não achou necessário frequentar reuniões, por já saber o comportamento do mesmo.

Gráfico 4.1.2 - Importância de reuniões de pais na escola



Fonte: Dados coletados pelo autor

Diante deste contexto vivenciado de acordo com dados percentuais acima no referido gráfico, Barnabé et al. (2016, p.6) entra em consonância com os autores supracitados e afirma que,

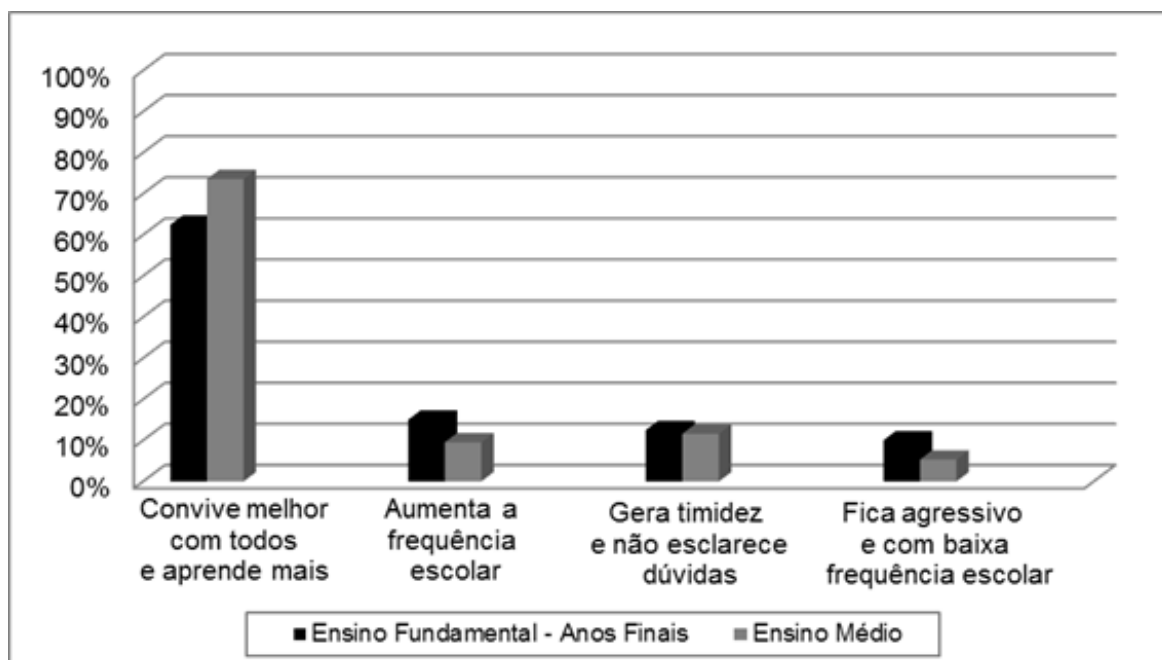
Há de se considerar, que a reunião deve focar na troca de informações, para que, a partir desse ponto, uma solução possa ser elaborada de forma conjunta com as famílias, e que não se resuma a momentos episódicos, em períodos de fechamento de notas, mas no decorrer de todo o ano. É fundamental também que as famílias tenham conhecimento e clareza da sua importância no processo educacional. Dessa forma, as reuniões realizadas nas escolas passam a

ser um dos espaços privilegiados para a criação de um ambiente estimulador da participação de todos os atores envolvidos no processo educacional. Pois, indiscutivelmente, esse é o momento em que o coletivo se manifesta de maneira mais efetiva, quando os diversos segmentos da comunidade escolar se corresponsabilizam pelo desenvolvimento e pela avaliação da proposta político pedagógica da escola, em função do objetivo maior que é a aprendizagem dos alunos.

Assim, é de fundamental importância que a escola reflita suas ações e iniciativas pedagógicas e administrativas em busca de um objetivo que incite seus participantes a se tolerarem cada vez mais, a escutarem mais o outro, para que juntos negociem, e ainda para Bezerra et al. (2010, p. 290), reifiquem, transcendam novas formas de significados voltados para o ensino e aprendizagem em busca da construção de novos saberes, em “ofertar um ensino significativo para a comunidade, afinal a escola precisa sempre atender ao desenvolvimento integral dos estudantes em um mundo em constante mudança”.

Um dos questionamentos extremamente positivo realizado na questão 6, imposto aos pais em relação as mudanças que pode ocorrer na vida dos seus filhos quando passam a conhecer e ter Educação Sexual, está configurado no gráfico a seguir.

Gráfico 4.1.3 - Mudanças na vida do discente ao conhecer e ter Educação Sexual



Fonte: Dados coletados pelo autor

Foi expressivo o percentual tanto para aqueles dos filhos dos Anos Finais 62,5% (25), como para os do Ensino Médio 73,6% (70), ao responderem que os adolescentes passam a conviver melhor com todos e aprendem mais. E a alternativa subsequente a está já explanada, na ordem das mesmas instituições deste estudo percebeu-se também 15% (03) e 9,5% (09) dos pais responderam que essa educação serviu para aumentar a frequência escolar dos seus filhos.

Fato bastante plausível e perceptível observado no parágrafo acima e denotado por Quirino (2014 p. 67), ao incitar que este tipo de educação motiva aos adolescentes a realizarem “reflexões individuais e coletivas que possam contribuir para a minimização de ações discriminatórias e preconceituosas” na escola, no meio social e familiar e segundo Altmann (2001, 2003); Borges; Nichiata e Schor (2006), gera também comportamentos menos agressivos, mais seguros, mais preventivos e estimula a vida sexual mais tardia.

Para os demais pais respondentes, estudos com esse tipo de educação 12,5% (05) e 11,6%

(11) das escolas pesquisadas, fazem os estudantes ficarem mais tímidos, sem querer esclarecer dúvidas. Outros 10% (04) e 5,3% (05) das mesmas escolas, responderam que gera agressividade e baixa frequência na escola. Segundo Quirino (2014); Meneses (2011); Brasil (1998a); Muller (2013), são pais que ainda não despertaram em desnudar-se, informar-se e emancipar-se para uma Educação Sexual libertadora tanto para si como para seus descendentes. Que para Bonfim (2012 p. 63), não se permitiu e se interessaram em se “reeducar, em debater o tema e a ampliar sua visão, para que possa assim melhor orientar seus filhos”.

Análise dos questionamentos com os discentes de acordo com estudos focados na Educação Sexual

Nos questionamentos com os discentes percebe-se que a Educação Sexual vivenciada por estes seja em casa ou na escola ainda é bastante passível de reflexões acerca da sexualidade, uma vez que para Bonfim (2012, p. 14) nestas duas instituições “se encontra o alicerce para a educação afetivo-sexual crítica e emancipatória pela qual tanto lutamos e queremos”. E que para Quirino (2014, p. 12), é na escola onde há “uma corresponsabilidade na formação dos jovens, sem perder de vista o papel da família nesse processo”.

A partir deste contexto supracitado foram expostos alguns dados de acordo com clareza das respostas nos questionamentos dos 56 discentes da escola dos Anos Finais do Ensino Fundamental e dos 133 do Ensino Médio relacionadas ao seu perfil e suas respectivas variáveis como: idade, sexo, escolaridade e localidade da residência. Outras informações relacionadas a essa clientela que discorrem sobre o cotidiano escolar relacionadas às possíveis vivências ao tema em estudo também foram abordadas e representadas em alguns gráficos.

Com relação ao perfil dos 56 discentes questionados dos Anos Finais, 55,4% (31) tinham de 11 a 15 anos e 44,6% (25) dos 16 a 19 anos e que dos 133 do Ensino Médio 18,8% (25) se situavam entre as idades de 11 a 15 anos, mais especificamente 14 e 15 anos e 81,2% (108) estavam entre 16 a

19 anos. O sexo feminino se sobressaiu ao masculino nas duas populações escolares pesquisadas em mais de 50% dos respondentes. Nos Anos finais todos os discentes selecionados se prontificaram a responder aos questionamentos enquanto os do Ensino Médio apenas 42,1% (56) do 1º Ano, 36,8 (49) do 2º Ano e 21,1% (28) do 3º Ano, apresentaram-se volitivos em participar da pesquisa e que mais da metade dos participantes nas duas modalidades de ensino também residiam na cidade.

Estes são dados percentuais relacionados ao perfil dos discentes nas duas instituições pesquisadas que nos incitam a pensar que a “sexualidade gera nos estudantes grande variedade de sentimentos, sensações e dúvidas”, e que a partir do 6º Ano e muito mais no Ensino Médio “já apresentam condições de canalizar suas dúvidas ou questões sobre sexualidade” (BRASIL, 1998a, p.308), haja vista, mesmo que a partir desses anos de estudos referidos anteriormente, estejam submetidos à puberdade, uma fase sazonal em suas vidas.

Nos anos de estudo, em que pré destinam os estudantes ao ensino universitário, ainda geram também muitos debates, inquisições e reflexões ligadas à educação para a sexualidade (VALLE; MATTOS, 2010; AQUINO; MARTELLI, 2012). E ainda implementando o que dizem estes autores, Quirino (2014, p. 6), afirma que “a educação sexual de jovens tem uma relevância imensurável, permite uma aprendizagem e troca de experiências e asseguram para os adolescentes comportamentos saudáveis”.

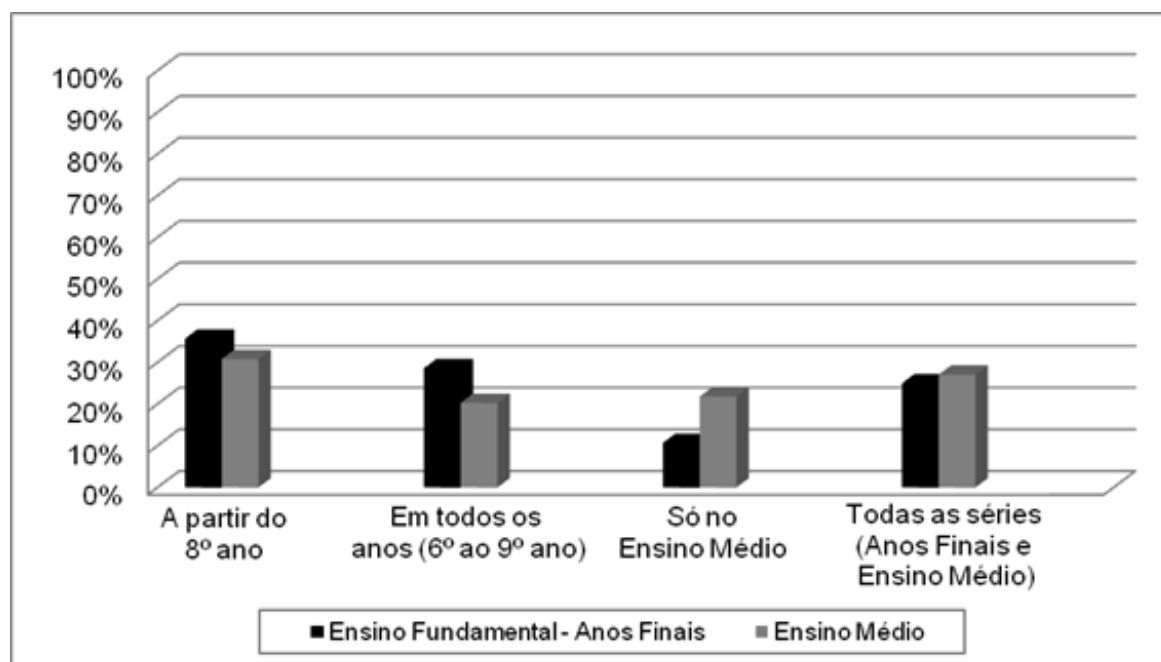
A questão 1, nos questionários para os discentes, foi baseada no pressuposto de que a Educação Sexual já é vivencia tanto na família como na escola, indo assim em concordância com mais da metade dos discentes questionados de ambas as escolas pesquisadas. Os quais segundo Feltrin, Gil (1996 apud JARDIM, BRÊTAS, 2006; SOUSA et al, 2007), são estudantes que possuem uma ótica menos fragmentada e mais emancipatória ao se alertarem que nas duas instituições, família e escola, devem receber educação para o exercício da sexualidade. Embora que para Bonfim (2012, p. 63), ainda seja notório que muitas famílias por questões históricas relacionada à sociedade, não se alertaram para discutir assuntos relacionados à Educação Sexual, onde o silêncio ainda prevalece “ocultando a sexualidade na educação de seus filhos”.

Adentrando no ambiente escolar deste estudo percebemos que é gritante a ausência de uma Educação Sexual voltada para o desenvolvimento pessoal, sociocultural do estudante, onde se observou na questão 2, padrões de comportamento desprovido de “ação crítica, reflexiva e educativa” (BRASIL, 1998a. p.292), para a sexualidade, com percentuais bastante expressivos em torno de 33,9% (19) nos discentes dos Anos Finais e 28,6% (38) nos do Ensino Médio por terem recebido esta educação poucas vezes e para outros estudantes 35,7% (20) e 64,6% (86) da mesma clientela neste estudo, que nunca receberam.

São resultados que nos levam a perceber que é uma clientela ainda desprovida de informação e formação mais minuciosa fundamentadas na moral e na ética para sua formação integral e seu bem-estar físico e mental (BONFIM, 2012). Alguns dos autores estudados referem também que esses déficits educacionais é fruto de uma passividade, acomodação, ausência da flexibilidade pedagógica docente para trabalhar a sexualidade que é inerente ao ser humano em todas as fases da vida (BRASIL, 1998a; AQUINO; MARTELLI, 2012; BONFIM, 2012).

A questão 3, refere-se ao questionamento a estudantes para saber qual o ano (6º ao 9º) ou no Ensino Médio a vivência da Educação Sexual é indicada (gráfico 4.2.1). Foi percebido que mesmo com percentuais com poucas diferenças demonstradas, a necessidade para dar início a essas orientações educacionais nesses estudos foi para o 8º ano 35,7% (20) dos Anos Finais e 30,8% (41) do Ensino Médio, seguido de 28,6% (16) e 20,3% (27) para outros estudantes das mesmas populações estudadas, que deve ser iniciada em todos os Anos Finais de Ensino Fundamental. Que para Brasil (1998a), é sugestivo também a cerca da transversalidade que a partir do 6º ano seja disponibilizado espaços para reflexão e discussão na escola na realização deste trabalho e que “não deverá omitir-se diante das perguntas, das dúvidas e das manifestações da sexualidade ocorridas na sala de aula, nos pátios e nos corredores” da mesma (BRASIL, 1998a; AQUINO e MARTELLI, 2012, p.1).

Gráfico 4.2.1 – Série mais indicada para receber Educação Sexual



Fonte: Dados coletados pelo autor

Nesta mesma questão como também está exposto no gráfico acima, alguns respondentes nos questionários aplicados de ambas as escolas pesquisadas 10,7% (06) dos Anos Finais e 21,8% (29) do Ensino Médio denotaram que a educação acerca da sexualidade deve ser oferecida só no Ensino Médio. Enquanto que 25% (14) dos Anos finais e 27,1% (36) do Ensino Médio, essa educação deve ser trabalhada nas duas modalidades de Ensino: Fundamental e Médio. Que de acordo com os PCNEM (BRASIL, 2000, p.63 a 66), devem ser fundamentadas com base:

- Na estética da sensibilidade. Estimula a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, a afetividade, para facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto, o imprevisível e o diferente (p.62). Facilita reconhecimento e a valorização da diversidade cultural brasileira e das formas de perceber e expressar a realidade própria dos gêneros e das etnias (p.63).
- Na política da igualdade. Seu ponto de partida é o reconhecimento dos di-

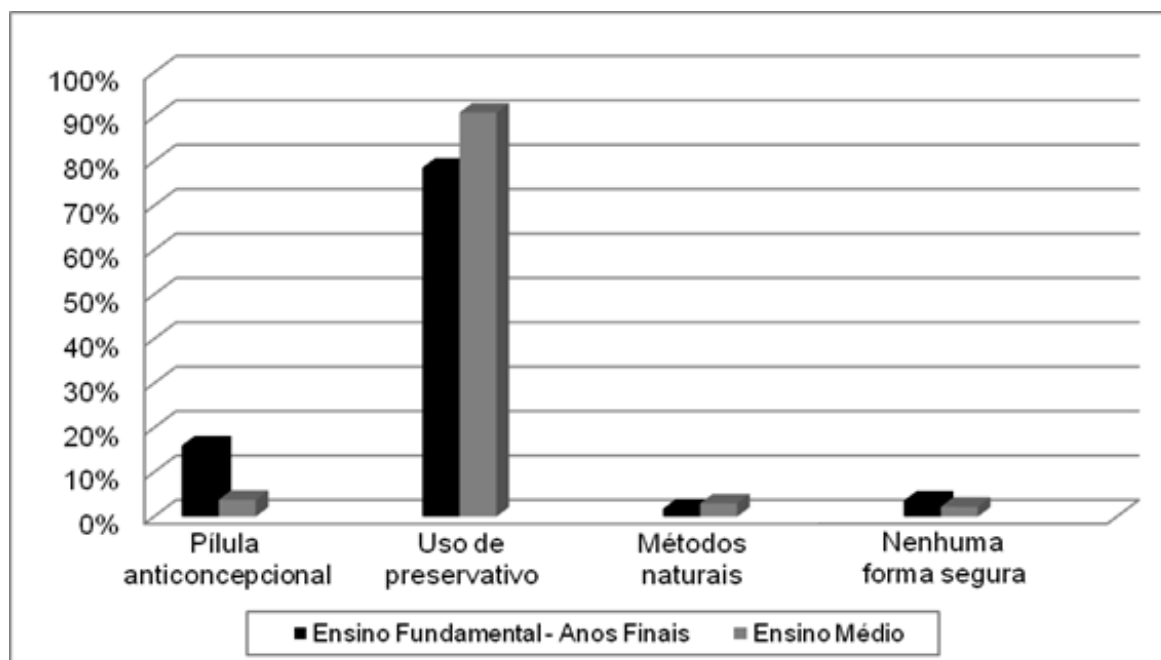
reitos humanos e o exercício dos direitos e deveres da cidadania, como fundamento da preparação do educando para a vida civil. Combate a todas as formas de preconceito e discriminação por motivo de raça, sexo, religião, cultura, condição econômica, aparência ou condição física. Oportuniza tratamento diferenciado visando a promover igualdade entre desiguais (p.64 e 65)

- Na ética da identidade. Essa ética se constitui a partir da estética e da política, e não por negação delas. As identidades se constituam pelo desenvolvimento da sensibilidade e pelo reconhecimento do direito à igualdade (p.65 e 66).

Só a partir desses fundamentos expostos na citação anterior a Educação Sexual na escola passa a ser trabalhada de acordo com sua real importância e ao mesmo tempo vivenciada de forma contextualizada fazendo com que o estudante deixe de ser um mero ouvinte em sala de aula, mudando assim sua passividade frente ao conhecimento para uma postura crítica construtiva, que debate, dialoga, reflete as situações didáticas e pedagógicas na aquisição de novas habilidades e competências em prol de uma aprendizagem com significado relacionada a educação em debate neste contexto escolar (CORTELA, 2018; QUIRINO, 2014; SEVERO, 2013; BONFIM, 2012; BRASIL, 2000).

De acordo com o que foi debatido até agora, também se achou de grande importância investigar em que nível de prevenção relacionada à gravidez indesejada e das IST's os estudantes pesquisados se encontram nesse estudo (questão 4 – gráfico 4.2.2). Sendo possível perceber que mais da metade dos questionados 78,6% (44) dos Anos Finais e 91% (121) do Ensino Médio, opinaram em responder que o uso de preservativo é a mais indica. Embora deixe uma forte impressão de que a importância da prevenção é notória em seu cotidiano (BONFIM, 2012; QUIRINO, 2014).

Gráfico 4.2.2 – Formas de prevenir gravidez e IST's



Fonte: Dados coletados pelo autor

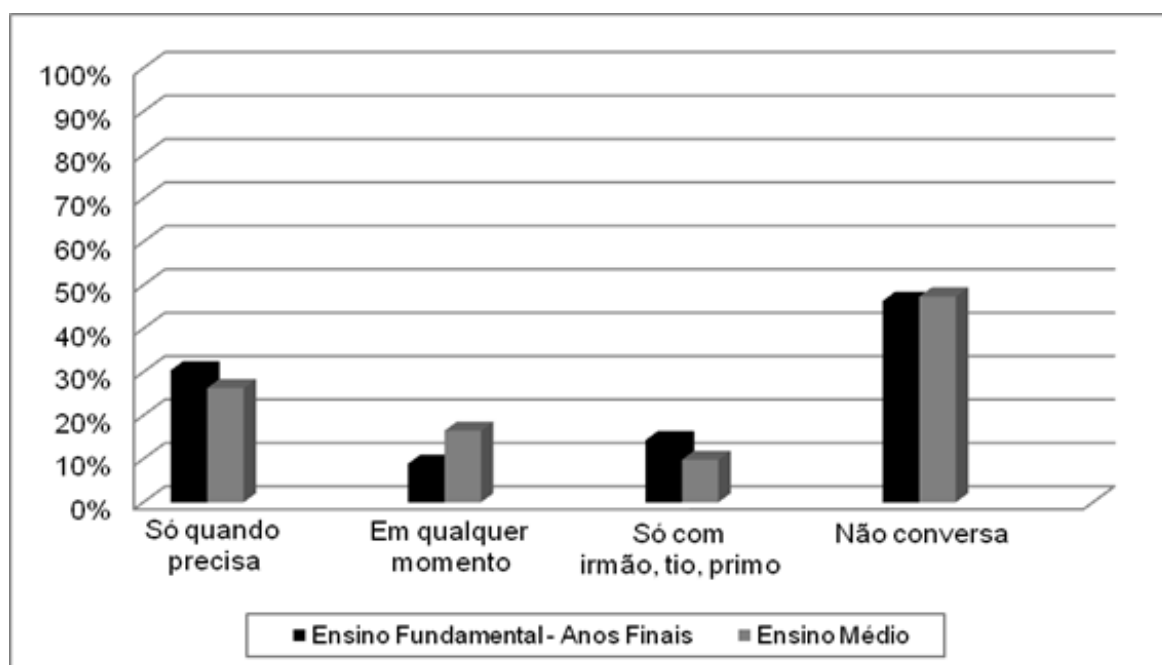
No entanto sabe-se que os estudantes estão inseridos em um contexto social, político e econômico que pouco investe para o bem-estar dos mesmos. Onde só o recurso da prática didático-pedagógica do conhecimento está a seu serviço na escola beneficiando e estimulando a refletirem e questionarem de forma racional e a se alertarem de que se informar e se formar preventivamente é a melhor estratégia para a busca de uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 1998a; BRASIL, 2000; REFINO et al., 2013).

Neste contexto vivenciado nesta pesquisa observou também que os estudantes relataram não conseguir conversarem com os pais sobre sua educação relacionada à sexualidade (questão 5), devido ao discurso de seus genitores serem bastante repressor. Muitos pais só impõem aquilo que acham certo e não procuram saber quais os verdadeiros motivos das ansiedades e dúvidas dos adolescentes; e por fim quando acham que estão dialogando só abordam questões preventivas, como uso de preservativos, métodos contraceptivos e a dimensão da sexualidade se mantêm cada vez mais na obscuridade

do silêncio (SANTOS; NOGUEIRA, 2009; FERNET et al., 2015).

Nossos estudos não fogem a esta realidade, onde 30,4% (17) dos estudantes que cursam os Anos Finais e 26,3% (35) do Ensino Médio conversam com seus pais e familiares só quando precisam. 8,9% (05) dos Anos Finais e 16,5% (22) do Ensino Médio, afirmaram que conversam com seus pais e familiares em qualquer momento que precisarem. Outros 14,3% (08) e 9,8% (13) das mesmas populações de discentes analisadas, só conseguem conversar com irmão (ã), tio (a) ou com o primo (a). Enquanto que 46,4% (26) dos Anos Finais e boa parte aos que estudam no Ensino Médio 47,4% (63), não conseguem conversar com as pessoas já referidas no percentual anterior deste questionamento que estão configurados no gráfico 4.2.3. Uma realidade que para os autores supracitados, ainda requer bastante atenção e cuidados de acordo com uma Educação Sexual que cuida, estimula os relacionamentos interpessoais, a autoestima, ajuda esclarecer dúvidas, estabelece limites e, sobretudo proporciona confiança e desenvolvimento psicossocial.

Gráfico 4.2.3 – Conversa com pais e familiares sobre sexo e sexualidade



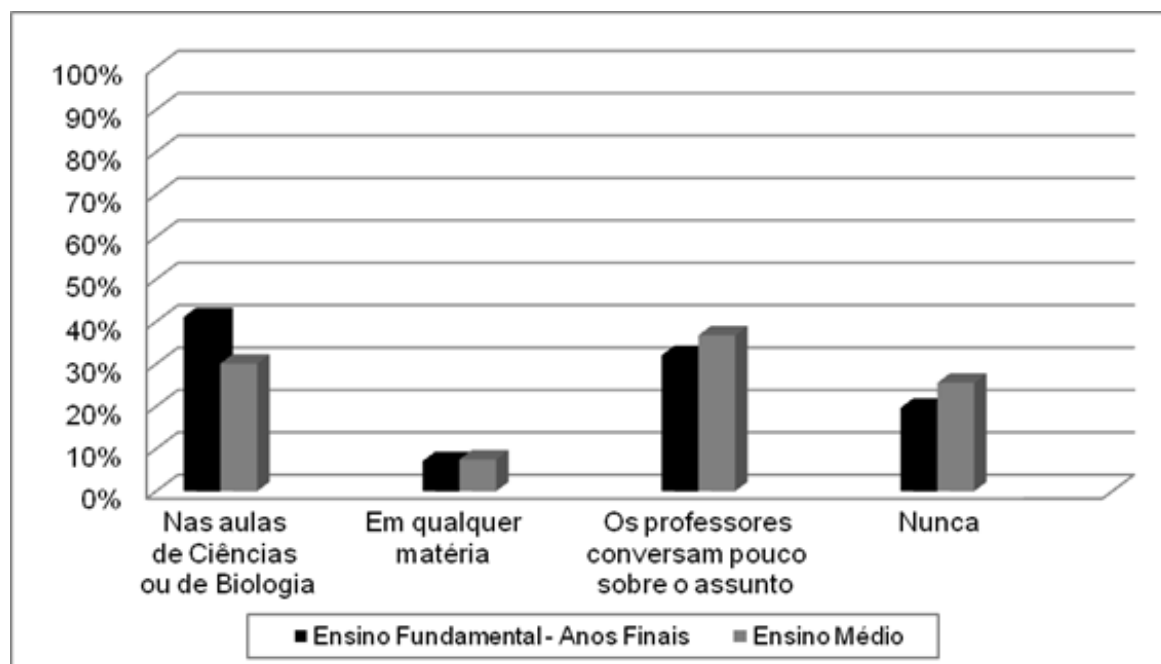
Fonte: Dados coletados pelo autor

Em grande parte das escolas ainda hoje se observa que a responsabilidade neste tipo de educação neste estudo ainda recai sobre o docente que leciona a disciplina de Ciências e Biologia (questão 6). Uma visão dicotomizada relacionada às outras áreas do conhecimento (QUIRINO, 2012). Um marco regulatório e sem sistematização metodológica em que 41,1% (23) estudantes dos Anos Finais e 30,1% (40) do Ensino Médio nesta pesquisa, responderam ser nessas aulas que se ministram assuntos ligados a sexo e sexualidade (Gráfico 4.2.4).

Nesta mesma realidade em que estão inseridos, 7,1% (04) estudantes dos Anos Finais e 7,5% (10) do Ensino Médio, responderam nos questionamentos que a Educação Sexual era trabalhada em qualquer matéria. 32,1% (18) e 36,8% (49) das mesmas populações, referiram também que os professores conversam pouco desses assuntos. Finalizando os dados estatísticos dessa questão, observou-se também que 19,7% (11) e 25,6% (34) desses mesmos estudantes das escolas pesquisadas em cada categoria de ensino configurado, afirmaram nunca ter recebido aulas sobre Educação Sexual.

A partir do momento em que todas as disciplinas dão-se as mãos para esse trabalho relacionado à temática deste estudo e que segundo Brasil (2000, p.74), passe a “(re) significar os conteúdos curriculares como meios para constituição de competências e valores, e não como objetivos do ensino em si mesmos”, os estudantes começam a observar essa realidade sobre a ótica da interdisciplinaridade (BRASIL, 2000, 2008). Segundo esses mesmos autores citados para esta questão em discussão, elas começarão a fluir de forma emancipatória e sistematizada em prol do bem comum, libertando tanto o corpo discente e docente para uma educação a favor de um desenvolvimento verdadeiramente social, afetivo e que segundo Quirino (2012) e Queen (2013), em fase de construção do conhecimento.

Gráfico 4.2.4 – Aulas sobre Educação Sexual



Fonte: Dados coletados pelo autor

Leituras de assuntos que envolva a sexualidade em livros, revistas e internet são caminhos que ajudam na Educação Sexual do estudante, na edificação do seu conhecimento e engrandecimento intelectual (questão 7). Onde 42,9% (24) dos estudantes dos Anos Finais e 51,1% (68) do Ensino Médio pesquisado, fazem uso desses recursos (BRASIL, 1998a) e os demais respondentes 57,1% (32) e 48,9% (65) dos mesmos ensinos desta pesquisa, nunca fizeram uso dos recursos mencionados para fazerem leituras sobre sexualidade.

Agora a qualidade do que se está lendo é o que deve ser monitorado por pais e professores. Onde o que muito se vê são cenas de erotismo e prazer divulgadas pelos referidos recursos de conhecimento acima, principalmente o da internet, que só levam a vulgarização do “sexo que podem resultar na precocidade da iniciação sexual e de sentimentos intensos como desejo e paixão que podem deixar os adolescentes expostos a situações de vulnerabilidade” são bastante preocupante (BRASIL, 1998a; RUFINO et al. 2013, p. 983).

Percebe-se também que esses recursos didáticos e também tecnológicos contribuem para o desenvolvimento dos estudantes, levando-os a refletir, rever atitudes e valores socioculturais relacionado à saúde e oriente para um bom desenvolvimento da sexualidade. Os fins para que se está usando esses recursos é quem vai nortear os objetivos a serem atingidos pedagogicamente para a aprendizagem e desenvolvimento sócio afetivo do estudante (BRASIL, 1998a; REIS; MAIA, 2012).

A questão 8 está relacionada ao uso da internet e das novas tecnologias de comunicação e informação (TIC) como o computador e o celular na população de estudantes pesquisada em 50% (28) referente aos que estudam nos Anos Finais e em sua maioria 78,9% (105) na do Ensino Médio, onde afirmaram que esses recursos tecnológicos oferecem mais informações, esclarecem dúvidas e superam desafios. Que para (BRASIL, 1998a; BONFIM, 2012), quando bem direcionados de forma positiva para as aulas em educação e saúde sexual do estudante, contribuem para diminuição da vulgaridade relacionada às IST's, na gravidez precoce e sem planejamento, no esclarecimento de relacionamentos interpessoais como heterossexualidade, homossexualidade, prostituição, entre outros e também ajudam na quebra de preconceitos, tabus, do silêncio e da mutação dos saberes. E que também para Queen (2013), direciona a ação pedagógica, vitalizando o ensino, a aprendizagem em todas as áreas do saber.

Com relação ainda a este contexto relacionados a algumas TIC's já mencionadas no parágrafo acima, foi observado também que os demais respondentes 50% (28) que estudam nos Anos Finais e 21,1% (28) no Ensino Médio referiram que as mesmas ajudam a passar o tempo quando não têm o que fazer. Gera desinteresse para aprender os conhecimentos fornecidos pela escola e não traz nenhuma contribuição. Fato este envolto de um discurso enfadonho e que pertença a pessoas da faixa etária da adolescência, fruto do desinteresse em não querer fazer uso do potencial criador que são detentores frente aos recursos tecnológicos tão evoluídos como o computador e o celular. Os quais proporcionam tomada de decisões no seu engrandecimento pessoal e intelectual. São pessoas que para Bonfim (2012, p. 114), só se detém na “precocidade de desejos sexuais, pois o corpo sente antes mesmo de racionalizar o pensamento”.

Infelizmente segundo a mesma autora acima, só acessam a internet na maioria das vezes para se limitarem a uma ótica “distorcida, genitalista e quantitativa” (p.96) da real realidade em que vivem, buscam jogos, vídeos pornográficos, entre outros. Para Reis e Maia (2012) e Brasil (2014), é sugestivo que a solução esteja na precocidade em se vivenciar em casa e na escola uma Educação Sexual voltada para a informação e que segundo Bonfim (2012, p. 96), com “possibilidades de se abrir para a vivência de uma sexualidade adulta, consciente, responsável, afetiva e ética, livre de dogmas, preconceitos, tabus, vulgaridade e mercantilismo”.

Outro tema abordado pela Educação Sexual que pode ser trabalhado na escola com discentes é o entendimento sobre homossexualidade (questão 9), onde mais da metade dos respondentes das duas escolas em nossas pesquisas, afirmaram que é a união entre pessoas do mesmo sexo. 30,4% (17) dos Anos Finais e 25,6% (34) do Ensino Médio questionados, não souberam responder, achando que é a união entre pessoas de sexos diferentes ou são pessoas que vivem sozinhas e até mesmo a resposta “não sei”. Está é uma realidade que ainda está por vir a ser esclarecida para grande parte dos educandos por ser um tema que envolve muito preconceito, discriminação, a falta de valorização pelo outro, falta de respeito, questões éticas e morais (BRASIL, 1998a) e que para Freire (2019, p. 141) é uma falta de “reflexão sobre a situacionalidade de um pensar a própria condição de existir” relacionada à complexidade que envolve a homossexualidade.

Desde a década de 80, que a homossexualidade foi reconhecida pela medicina e pela psicologia como um comportamento que não está associado a nenhum desvio de conduta e a nenhuma doença (SANTOS, 2012). A inclusão de temas como a homossexualidade na escola “dentro de uma perspectiva democrática e pluralista, em muito contribui para o bem-estar dos adolescentes na vivência de sua sexualidade” hoje e futuramente (BRASIL, 1998a, p.293), proporcionando-lhes uma visão de mundo mais humanitária, “evidenciando a construção da autonomia, da inclusão, do respeito à diversidade, à igualdade e justiça social” (CARDOSO; BRITO, 2012, p. 105), e ainda complementando o pensamento deste último autor, segundo Severo (2011, p.145):

A escola precisa ressignificar metodologias, descobrir relações até então não percebidas e rever processos ditos inquestionáveis; a escola, ainda, precisa trabalhar a formação docente levantando discussões acerca de questões de gênero, sexualidade e homofobia; estas se fazem presentes no cotidiano escolar e, muitas vezes, são negadas e/ou silenciadas por práticas acríticas e pouco embasadas teoricamente.

Precisamos de uma escola que exclua totalmente as questões sexistas, ajudando as pessoas independente de gênero a permanecerem o tempo necessário na mesma para que concluam seus cursos em nome da conquista de novos saberes (SEVERO, 2013). E ainda para Bonfim (2012, p.35), de uma escola nova e transformadora que preza por “uma sociedade em que todos possam ter uma relação social e sexual pautada pela igualdade” e indiscutivelmente segundo Muller (2013), com qualidade.

De acordo com o que foi refletido no parágrafo acima, outros temas importantes também podem ser trabalhados em sala de aula numa visão interdisciplinar e transdisciplinar (FAZENDA, 1994; TARDIF, 2007), como os métodos contraceptivos, sistemas reprodutores humanos, IST's e muitas outras dúvidas sobre vida sexual para um melhor desempenho ocupacional escolar e sócio afetivo da clientela em estudo (questão 10). Observou-se que de todos os temas propostos aos respondentes para serem trabalhados em sala de aula, o que mais se destacou com 32,1% (18), foi o do conhecimento dos sistemas reprodutores humanos e 26,8% (15), para o das IST's entre os dos Anos Finais e dos métodos contraceptivos 30,9% (41), das IST's 29,3% (39) e dúvidas sobre vida sexual 26,3% (35), para os do Ensino Médio.

Pois sabemos que ao estarem cada vez mais interessados com a prevenção de sua saúde sexual com a prática dos métodos contraceptivos, quando tratam de prevenir as IST's, gravidez sem planejamento e precoce possibilitam cada vez mais a formação de valores e atitudes em suas vidas. Trazendo modificações comportamentais em seu modo de ser e de viver afetivamente, sexualmente e preventivamente (BOMFIM, 2012).

Vieira; Saes; Dória; Goldberg, 2007; Dias et al., (2000), acreditam que mesmo com todos esses recursos preventivos de promoção à saúde referido no parágrafo anterior, percebe-se que quanto mais jovens os adolescentes mais longe de usarem esses métodos contraceptivos. Talvez por falta de informação, em acharem que com eles não vai acontecer nenhuma contaminação das infecções pelo contato sexual com outrem, pelo descuido com o corpo, imaturidade, pais desinformados para orientar ou simplesmente acomodação e relaxamento pessoal.

De acordo com as respostas obtidas nos questionários percebe-se quanto é importante ser trabalhado estes temas para a saúde sexual, emocional e sentimental de estudantes nos Anos Finais e Ensino Médio. São percentuais observados que apontam das necessidades em esclarecerem dúvidas dos temas em questão, onde nas aulas que vivenciam esses conteúdos, que deveriam ser trabalhados de forma transversal por diversas disciplinas na escola (PALMA et al., 2015), encontram-se um tanto distante dos mesmos em questão. Necessitando assim, apropriar-se de seus conhecimentos para que possam significar e ressignificá-los influenciando seu engrandecimento pessoal e a sobressair-se no contexto em que estão inseridos (KRASILCHIK, 2008; SCHELEY; SILVA e CAMPOS, 2014) e que segundo Duré, Andrade e Abilho (2018, p .268), “favorece um aprendizado mais estruturado, que tende a não ser esquecido e servir assim de base para a compreensão de novos conhecimentos futuros”.

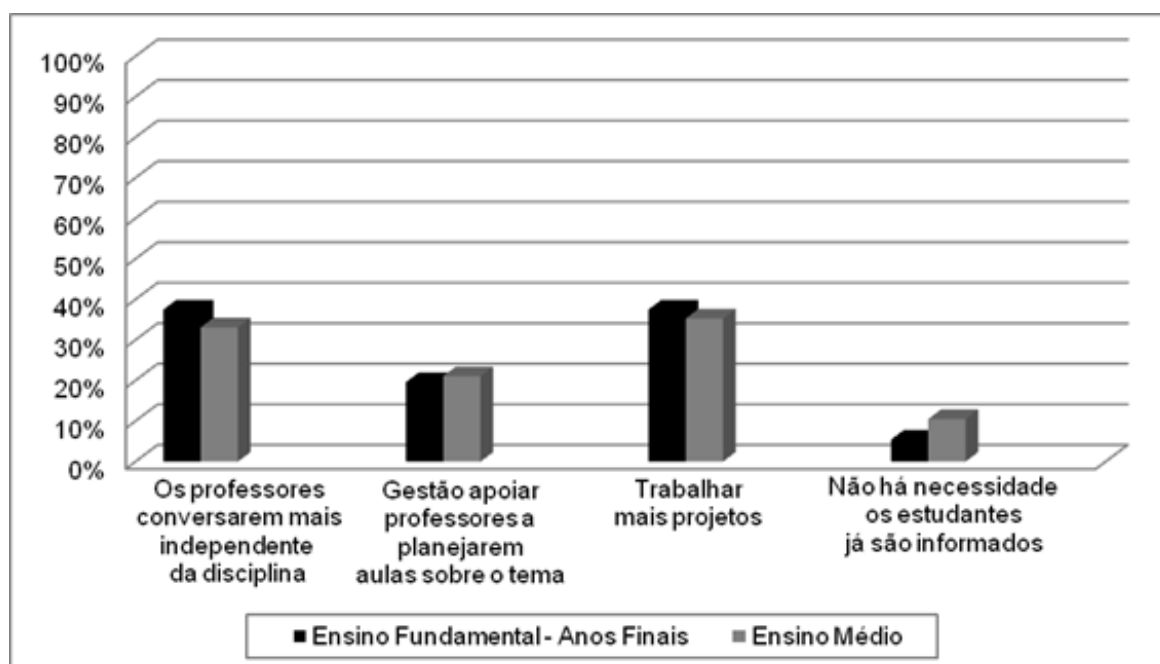
Santos e Nogueira (2000), também concordam com os autores supracitados e apresentam uma possível solução já adotada por alguns autores neste estudo (BRASIL, 1998a; AQUINO e MARTELLI, 2012). Afirmando também que criar espaços na escola para debates, reflexão e ação entre professores, estudantes, pais e profissionais de saúde contribui para que possam lutar contra a vulnerabilidade social acerca das IST's e da gravidez na adolescência de forma a construir novas perspectivas de vida relacionada ao bem social comum, afetivo e sexual formadora da integridade humana.

Com esse estudo baseado na visão holística de que é detentora a Educação Sexual. A qual esta voltada para a compreensão do ser humano histórico, cultural, político e socioafetivo, no cenário em que além da participação de docentes e toda a gestão escolar com sua dimensão técnica, didática e vitalizadora na elaboração de seus projetos, seja levado também em consideração sugestões que o

corpo discente tem relacionado a assuntos sobre esse tipo de educação (BRASIL, 1998a) e “que antes de tudo o gestor escolar e toda a sua equipe devem trabalhar a serviço dos processos pedagógicos e integrar-se neles” (FREITAS, 2007, p. 17).

Foi percebido no gráfico 4.2.5 da questão 11, que 37,5% (21) discentes do Ensino Fundamental dos Anos Finais e 33,1% (44) do Ensino Médio, a sugestão de que os professores conversem mais sobre assuntos relacionados à Educação Sexual, independente da disciplina que leciona, enquanto que outros dos mesmos ensinos apresentaram um percentual de 19,6% (11) e 21,1% (28), achando que a gestão deve apoiar os professores a planejarem aulas sobre o tema em estudo, oferecendo segundo Prado, Ribeiro e Fazano (2011), vários recursos, entre eles audiovisuais e equipamentos didáticos.

Gráfico 4.2.5 – Sugestões para a escola trabalhar assuntos sobre Educação Sexual



Fonte: Dados coletados pelo autor

Com relação à mesma questão do gráfico supracitado, observou-se que 37,5% (21) dos estudantes dos Anos Finais e 35,3% (47) do Ensino Médio de optaram por outra alternativa no questionário proposto, que foi a do trabalho de projetos educacionais relacionado ao tema da pesquisa. Que para Brasil (2008, p. 9), o “Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola deve ser objeto de ampla discussão para que suas propostas se aproximem sempre mais do currículo real que se efetiva no interior da escola e de cada sala de aula” e segundo Brasil (2000 p. 28), a LDB sugere de acordo com o seu art. 14, relacionada à Educação Nacional, em seu primeiro princípio, a “participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da Escola” tendo como foco principal nesta elaboração de acordo com Brasil (2008, p. 25), “a realidade regional e a dos seus alunos”.

Ainda em complemento ao contexto anterior, Gava; Villela, 2016; Gesser; Oltramari; Panisson, 2015 (apud FURLANETTO et al., 2018, p. 2), referem que essa é uma das grandes estratégias pedagógicas da escola ao inserir em um de seus projetos esse tipo de educação. Onde o principal objetivo seja o de garantir “os direitos reprodutivos e sexuais de seus alunos no âmbito da educação”.

Nesta mesma questão alguns estudantes tanto dos Anos Finais 5,4% (03) como do Ensino Médio 10,5% (14), responderam nos questionamentos que já são informados sobre o trabalho na escola com Educação sexual, não havendo a necessidade de realizá-lo. Uma afirmação que mesmo vindo de uma população pouco interessada ao optarem por esta alternativa proposta no questionamento, mais que nos incita a pensar o quanto este tema é de mega importância na vida dessas pessoas e de todas que se permitam engajarem em uma programação proposta pela escola a cerca da subjetividade de idéias trazidas pelos estudantes (BRASIL, 1998a; FURLANETTO, 2008).

Uma realidade que necessita de metodologias coerentes a luz da sexualidade, pautada em valores. Que possa trabalhar os anseios, as fantasias, preconceitos, mitos e as dúvidas relacionadas a temas associados à Educação Sexual de acordo com a carência das turmas em estudo podendo assim, trazer mudança de comportamento (ALTMANN, 2001; AQUINO; MARTELLI, 2012) e ainda mais para Severo (2013, p.74), proporciona “discutir e problematizar as relações de gênero e sexualidade para a desconstrução e superação de estereótipos e de preconceitos que tem gerado desigualdade”

entre todas as opções sexuais que estão imbuídos nas escolas.

Para Brasil (1998a, p. 334), “é o processo reflexivo do aluno que deve ser estimulado a todo o momento”, para que se possa trabalhar uma educação de qualidade regida por princípios pedagógicos como o respeito, o diálogo e a tolerância garantindo segundo Hoffmann (1991), a mediação do conhecimento. Para Altmann (2001), Stearns (2010), Brasil (2011), Bonfim (2012), Severo (2013), assuntos associados à Educação Sexual geram dúvidas e polêmicas constantemente por todos que compõem a família e a escola em geral, principalmente pelos estudantes, as quais devem ser debatidas de forma inesgotáveis e como complementa Muller (2013, p. 132), “há muito o que se refletir, ampliar e vivenciar” relacionado ao estudo da Educação Sexual.

Análise dos questionamentos com os docentes de acordo com estudos focados na Educação Sexual

De acordo com os referidos resultados e análises realizadas em dados coletados nos questionários de pais e estudantes das escolas pesquisadas, os docentes destas mesmas instituições de ensino, seja qual for à área de conhecimento, também foram submetidos a questionamentos. Onde foi possível identificar possibilidades e limites de atuação de 11 professores no Ensino Fundamental dos Anos Finais de uma escola e 32 professores no Ensino Médio de outra escola, no campo da Educação Sexual. Que também foram instituídos alguns informes de seus perfis com algumas variáveis: idade, sexo, formação profissional, tempo de docência e as respectivas áreas de formação curricular que lecionam.

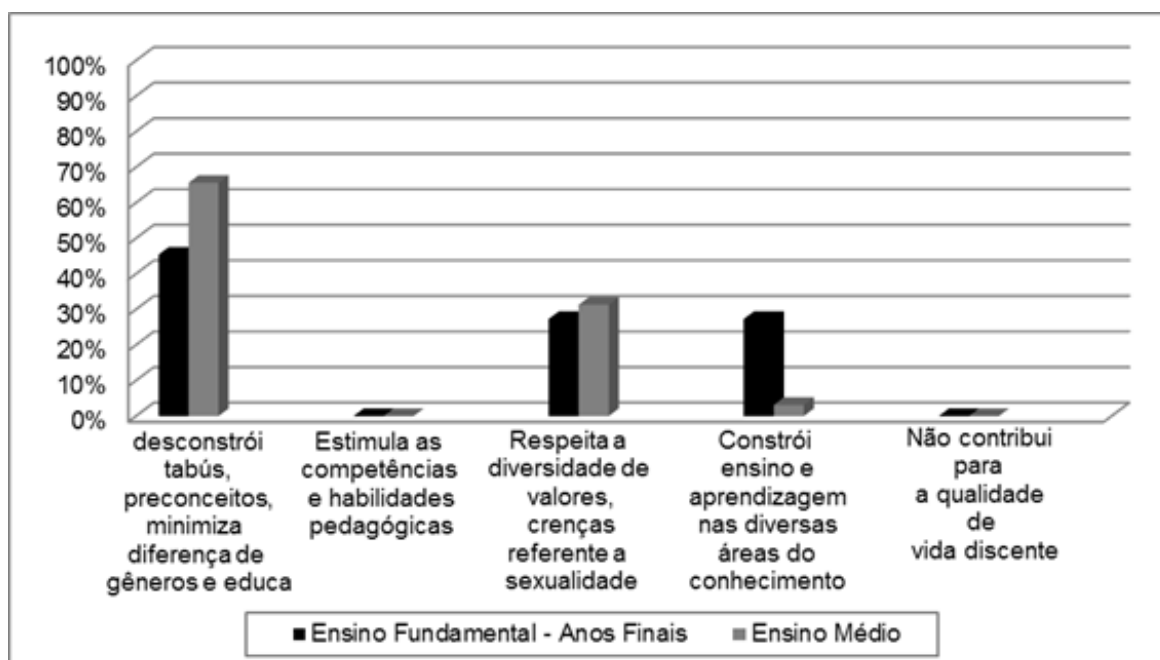
Mais da metade dos docentes de ambas as escolas pesquisadas tinham idades entre 41 a 60 anos e que eram do sexo feminino – fato histórico e dado estatístico no país (MEC, 2009). E que também em sua maioria só possuem especialização. Alguns autores atribuem o fato de um maior percentual para docentes com especialização ser consequência de uma maior mobilidade social em prol de seu engrandecimento profissional e na busca de uma prática pedagógica mais dinâmica que

contribua para a sua evolução docente (TARDIF, 2007; OLIARI; TENROLLER; NEZ; 2012), e por serem também cada vez mais detentores de “metodologias ativas personalizadas de aprendizagens” (CORTELAZZO et al., 2018, p. 93).

Quanto ao tempo de docência e as disciplinas que lecionam grande parte dos docentes já tinham mais de quinze anos, correspondendo a um percentual de 63,6% (07) para os regentes em sala de aula nos Anos Finais e 65,6% (21) para os regentes no Ensino Médio. Por sua vez as disciplinas da área de Ciências da Natureza, Exatas e suas Tecnologias, 45,4% (05) dos docentes que lecionam nos Anos Finais e 46,8% (15) dos que lecionam no Ensino Médio e nas áreas de Ciências Humanas e suas Tecnologias, 18,1% (02) e 25% (08) das duas populações estudadas nesta pesquisa na ordem em que estão nomeadas, foram as que atingiram um maior percentual de docentes trabalhando nos dois estabelecimentos de ensino pesquisados.

Os demais questionamentos a professores são de ordem socioculturais com uma ótica direcionada as suas vivências em sala de aula relacionadas à Educação Sexual de seus discentes, onde algumas delas foram expressas em determinados gráficos neste estudo.

Gráfico 4.3.1 – Importância de trabalhar Educação Sexual na escola



Dados coletados pelo autor

O gráfico 4.3.1 refere-se à questão 1 do questionário, que faz alusão à importância de trabalhar a Educação Sexual nas escolas pesquisadas pelos seus respectivos docentes. Observou-se que 45,4% (05) docentes que lecionam nos Anos Finais e 65,6% (21) docentes que lecionam no Ensino Médio, afirmaram que esta educação contribui para desconstruir tabus, preconceitos, minimiza diferenças de gêneros e educa. Pois segundo Severo (2013, p. 66), “o gênero é um construto analítico que diz respeito à organização social dos sexos” e que para Butler (1993 apud SEVERO, 2013, p. 66) desde o século passado e de acordo com o que estamos vivenciando neste início do século XXI “o gênero não é um atributo fixo dado a alguém e deve ser visto como uma variável fluida que muda em diferentes contextos e tempos”.

Outros docentes participantes nas mesmas categorias de ensino de acordo com o parágrafo acima, 27,3% (03) e 31,3% (10), responderam que o trabalho voltado para a educação neste estudo, respeita a diversidade de valores, crenças e comportamentos referente à sexualidade, indo assim de encontro com o que diz Brasil (1998a, p.84):

Ao atuar como um profissional a quem compete conduzir o processo de reflexão que possibilitará ao aluno autonomia para eleger seus valores, tomar posições e ampliar seu universo de conhecimentos, o professor deve ter discernimento para não transmitir seus valores, crenças e opiniões como sendo princípios ou verdades absolutas. O professor, assim como o aluno, possui expressão própria de sua sexualidade que se traduz em valores, crenças, opiniões e sentimentos particulares. Não se pode exigir do professor uma isenção absoluta no tratamento das questões ligadas à sexualidade, mas a consciência sobre quais são os valores, crenças, opiniões e sentimentos que cultiva em relação à sexualidade é um elemento importante para que desenvolva uma postura ética na sua atuação junto dos alunos.

Assim percebe-se que quando é desenvolvido um trabalho de Educação Sexual focada nestes princípios referido na citação acima passa a existir confiança entre corpo docente e discente. Desmistificando cada vez mais medos, preconceitos, tabus (BONFIM, 2012) e ainda complementado o que disse Brasil (1998a), por meio das palavras de Menegazzo; Araújo e Przybysz (2014, p.133), ao afirmarem que “trabalha aspectos subjetivos da sexualidade fomentando a valorização pessoal e a busca de valores entre adolescentes” e que para Felix; Navarro (2009) e Camargo; Ribeiro (2010), contribui para uma sexualidade menos fragmentada entre o ser biológico, social e afetivo, além de facilitar as relações interpessoais.

Ainda com relação à análise do gráfico 4.3.1, observou-se também que 27,3 (03) docentes dos Anos Finais e 3,1 (01) do Ensino Médio concordaram que trabalhar Educação sexual na escola contribui também para a construção do ensino e aprendizagem em qualquer área do conhecimento. Agora não deixando de lembrar que mesmo com o obstáculo da interdisciplinaridade, de acordo com o que pensam alguns professores (FAZENDA, 1994), da formação continuada (ROCHA, 2009; QUIRINO, 2014), esses profissionais disponibilizem de tempo para planejamento em conjunto esses temas transversais proposto pelos PCN’S, como os voltados para a sexualidade (MENEGAZZO; ARAÚJO e PRZYBYSZ, 2014).

São estas algumas das conseqüências positivas relatadas no parágrafo acima que faz a diferença na práxis pedagógica ao assegurar tanto a professores como a estudantes “atitudes reflexivas e dialógicas, permitindo conhecer, questionar, aprender e argumentar informações relativas”, a esse tipo de Educação Sexual de adolescentes. Estimulando assim, os processos formadores de suas habilidades e competências para uma formação humana cidadã e democrática (FELIX; NAVARRO, 2009; CARDOSO E BRITO, 2012, p. 13).

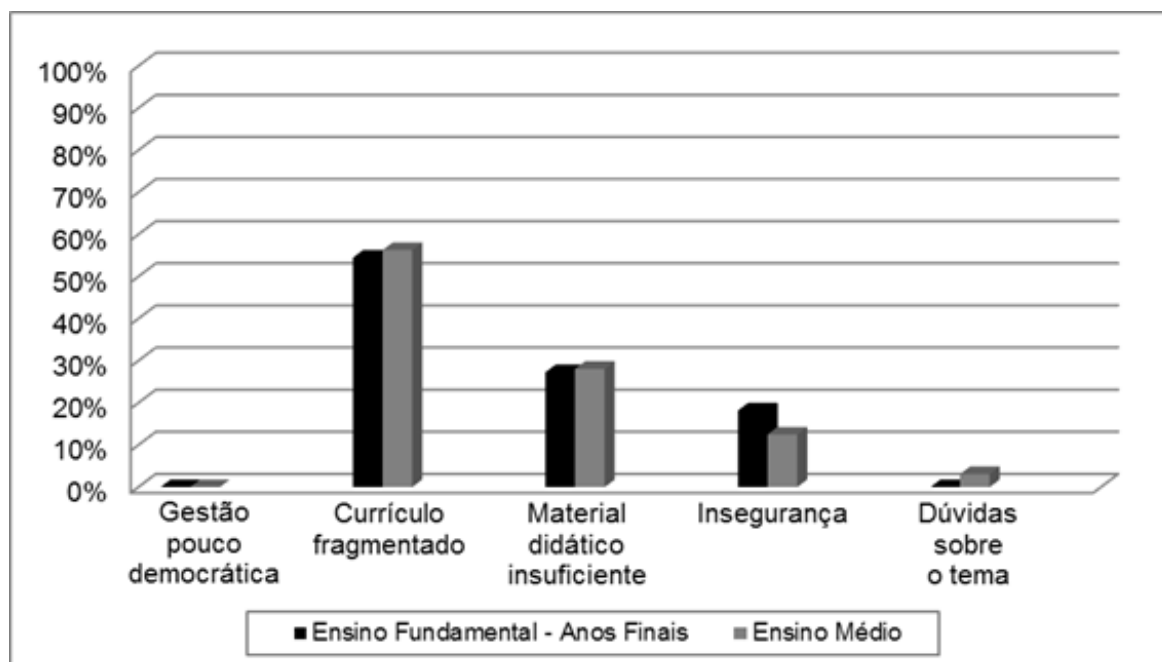
A questão 2 nos questionários, foi relacionada ao local em que o estudante deve receber Educação Sexual. Onde foi quase unânime entre os docentes que lecionam nos Anos Finais 100% (11) e 90,6% (29) no Ensino Médio, que deve ser na família e na escola do adolescente. São percentuais que estão de acordo com o raciocínio de Altmann (2002, p. 2), Reis e Maia (2012), ao estabelecerem que

é tanto dever da família como da escola promover ação “reflexiva, crítica” e construtiva em prol do bem comum social, psicológico, cultural, religioso, educativo e sobretudo ético para o bom desenvolvimento de uma Educação Sexual que se torne cada vez mais emancipada, justa com equidade e que valoriza o cidadão seja qual for o ambiente em que esteja inserido.

Em contrapartida para outros docentes neste estudo, mais especificamente alguns do Ensino Médio 6,3% (02) responderam que é uma educação que só deve ser recebida na escola e que apenas 3,1% (01) achou que era necessário recebê-la apenas na família. São pontos de vista opcionais de cada um que devem ser respeitados. Só é preciso o professor saber intervir ao explicar temas que envolvam educação para sexualidade na sala de aula, consciente que na família a intervenção é focada na individualidade de cada adolescente, de acordo com sua história de vida. Enquanto que na escola a realidade é outra. A de um trabalho mais amplo, partindo do coletivo em sala de aula, que para Sousa e Coan (2013, p. 6), “as temáticas devem ser trabalhadas sem invadir a intimidade das famílias e do comportamento de cada aluno. É importante que nenhum aluno se sinta exposto diante dos demais”.

A questão 3 gerou bastante expectativas neste estudo, a qual estava relacionada às dificuldades de trabalhar a Educação Sexual na escola (Gráfico 4.3.2). Onde 54,5% (06) dos docentes dos Anos Finais e 56,3% (18) nos do Ensino Médio apresentaram dificuldades devido ao currículo fragmentado. Esta é uma realidade contemporânea por tratar de temas relacionados à educação voltada para a sexualidade de forma disciplinar e não interdisciplinar e ainda mais não transversalizada (BRASIL, 1998a; FAZENDA, 1994; TARDIF, 2007; QUIRINO, 2014).

Gráfico 4.3.2 – Dificuldades de trabalhar a Educação Sexual pelo docente



Fonte: Dados coletados pelo autor

Neste gráfico acima, verificou-se também que o material didático de apoio a esse tipo de trabalho aparece com percentuais bastante aproximados tanto para as repostas dos docentes que lecionam nos Anos Finais em 27,3% (03) como para os dos Ensino Médio 28,1% (09), ao referirem que são materiais insuficientes para a práxis pedagógica.

Como exemplo clássico, podemos citar o livro didático, que pouco questiona a educação para a sexualidade dos seres humanos, apresentando uma visão reducionista para a interdisciplinaridade (BRASIL, 1999; SOUZA; COAN, 2013). E ainda complementado o que diz estes autores neste parágrafo com o pensamento de Andrade; Forastieri e El-Hani (2001), os livros de Biologia só se dedicam a questões biologistas da sexualidade dos seres humanos sem nenhuma evidencia evolutiva quanto aos aspectos biopsicossociais e afetivos e os de Ciências possuem uma ótica mais anátomo-fisiológica dos sistemas reprodutivos, da fecundação e dos aspectos higienistas, enfatizando mais o estudo da

sexualidade voltada mais para a heterossexualidade.

Neste estudo 18,2% (02), professores responderam que sentem insegurança em trabalhar a Educação Sexual nos Anos Finais e nos do Ensino Médio em 12.5% (04), que além da insegurança, 3,1% (01) também sentem muitas dúvidas sobre o tema em questão. O que nos leva a acreditar que segundo estudos de Reis e Ribeiro (2002) e Maia (2004), em complemento ao contexto acima, afirmam que os PCN's a partir da década de noventa passou a ser mais bem estudado por profissionais em educação e contribuíram para que a Educação Sexual não fosse desenvolvida de forma aleatória e sem planejamento nas escolas. Onde os educadores mesmo sem o preparo e formação na área de ensino procuravam e procuram se esforçar para trabalhar e se adequar ao ensino desta educação e que ainda para Menezes (2014, p.102), possam atuar “intencionalmente, analisando, discutindo, colaborando e efetivando uma educação instituída como campo próprio de problematização, diante do tema existente”.

No que tange aos relatos da questão 4, “De que forma a sexualidade humana é vista por você professor ?” Percebeu-se que 27, 3% (03) professores dos Anos Finais e 25% (08) do Ensino Médio, acharam que é uma forma de se expressar e agir no meio em que se vive. Seguido de 45,4% (05) dos Anos Finais e mais da metade dos docentes 59,4% (19) do Ensino Médio, que opinaram em ser um comportamento que envolve a parte física e a emocional do corpo. Enquanto 27% (03) dos Anos Finais e 15,6% (05) do Ensino Médio, acharam que a sexualidade independe da opção sexual.

Assim, percebe-se que, ao ser praticada e reconhecida como tal, a sexualidade, aparece logo a diferença de gênero, no mundo machista em que vivemos, em que o sexo masculino sempre à frente, praticando-a como algo inerente a sua sexualidade e a heterossexualidade é exercida de forma normal e socialmente aceita na sociedade, em detrimento a outras opções sexuais como, por exemplo, a homossexualidade que se sobressai mesmo diante da carga negativa que faz submergir nas entrelinhas do silêncio (ALMEIDA; HARDY, 2007; FURLANI, 2008).

A partir deste contexto observamos que a sexualidade é um processo complexo inerente a forma como nos expressamos e somos mediante uma perspectiva de vida social, histórica e cultural

que pertencemos (BRASIL, 1998a; WEREBE, 1998). E complementando o raciocínio destes autores, Severo (2014, p.74) enfatiza que é só “discutir e problematizar as relações de gênero e sexualidade, que é uma condição indispensável para a desconstrução e superação de estereótipos e de preconceitos”, que os seres humanos passarão a ser mais flexíveis em aceitarem as diferenças sexuais entre si, na família, na escola e em qualquer lugar que possa ir e vir.

Em relação à questão 5, em que foram questionados quais Anos Finais do Ensino Fundamental e Médio que deve evidenciar a Educação Sexual, mais da metade dos respondentes 72,7% (08) dos Anos Finais e 78,1% (25) do Ensino Médio, acharam que esse tipo de educação deve ser evidenciada nessas séries de acordo com os percentuais mencionados. O próprio PCN, não comenta a obrigatoriedade em estudos voltados para Educação Sexual, só recomenda que os estudos realizados a partir do ensino fundamental voltados para essa educação sejam realizados de forma sistematizada em local adequado na escola e bem orientado pelos docentes de forma que os adolescentes possam refletir suas ações, significando-as e a partir de então tomar novas posturas em seu comportamento voltado para suas vivências cotidianas relacionadas ao sexo e a sua sexualidade (BRASIL, 1998). E ainda para Garcia (2004 apud BARDIM e BRÊTAS, 2006, p.158), os PCN's também dão “autonomia aos próprios estabelecimentos de ensino para decidirem a forma de abordarem esta temática”.

Para Palma et al. (2015, p. 729), em complemento a todo esse contexto de quando começar na escola a trabalhar a educação referida no parágrafo anterior também refere que:

A maneira de trabalhar a orientação sexual, e com ela a diversidade, vai variar dependendo a fase de vida que a criança se encontra. Os PCNs também vão apresentar essa variação para o ensino infantil, fundamental e médio, propondo um modo de trabalho específico em cada PCN. Para o ensino infantil, não existe uma sessão específica sobre sexualidade. No ensino fundamental, tanto para 1^a a 4^a séries, como para 5^a a 8^a, a orientação sexual ocupa uma parte das disciplinas relacionadas a “temas transversais” e no ensino médio não existe nada específico sobre orientação sexual.

A crítica e autocrítica da prática pedagógica e a revisão de conceitos por parte dos docentes é urgente e necessária com a finalidade de aprimorar cada vez mais o trabalho com a educação para a sexualidade. Só assim poderão estimular os estudantes a desenvolverem seu potencial criador possibilitando seu posicionamento e intensificando os seus parâmetros regulatórios para um bom convívio sociocultural, afetivo e, sobretudo, ajudando-os a superar as diferenças individuais e preconceitos “seja social, cultural ou intelectual” (SEVERO, 2013, p. 196), contribuindo com sua vivência de forma responsável e cidadã no meio em que vivem (FIGUEIRÓ, 2007; MEYER; KLEIN; ANDRADE, 2007).

A questão 6, foi sobre o professor ter desenvolvido alguma atividade em sua escola sobre Educação Sexual. O percentual foi de 63,6% (07) para os dos Anos Finais e 68,8% (22) para os do Ensino Médio, que ocorreram por meio de aula expositiva, vídeos, teatro, debates, textos, palestras; e que 18,2% (02) docentes e 9,4% (03) docentes dos mesmos ensinos já citados, responderam que só as realizava dependendo do interesse da turma. A partir destes relatos percebe-se uma ótica unilateral e horizontalizada dos docentes em trabalhar atividades numa perspectiva mais biologistas e menos histórica, sociocultural e política (JARDIM; BRÊTAS, 2006; BONFIM, 2012; SCHELEY; SILVA; CAMPOS, 2017).

Mesmo diante do conhecimento disciplinar e individualizado, quando 18,2% (02) docentes dos Anos Finais e 21,8% (07) do Ensino Médio, responderam na mesma questão acima que não era sua disciplina para tratar desses assuntos. Deduz-se que na atual conjuntura do processo de ensino e da aprendizagem acerca da Educação Sexual no recinto escolar, devido aos estereótipos sociais e de uma visão dicotomizada, reprimida religiosa, por parte de muitos profissionais das várias áreas do conhecimento, da ausência da formação continuada, esta educação para a sexualidade ainda é mediada pelo docente de Ciências e de Biologia (JARDIM; BRETAS, 2006). Embora o certo é que seja trabalhada de forma interdisciplinar, transversalizada e norteada por uma proposta pedagógica capaz de questionar e analisar de forma racional, a epistemologia dos princípios transformadores, formadores e inovadores que geram os desafios para busca da verdade do tema em estudo (JARDIM; BRETAS,

2006; POZO, 2008; QUIRINO, 2014).

A questão 7, teve como objetivo saber o período que o docente realizou curso de formação sobre Educação Sexual e verificou-se que mais da metade dos questionados nunca participaram. Apenas 18,2% (02) docentes que lecionam nos Anos Finais e 3,1% (01) no Ensino Médio, receberam no curso de especialização. São dados percentuais que nos levam a crer que se vive em uma via de mão dupla: ou nos acomodamos limitando-nos a informação biologistas-médicas e higienistas (BONFIM, 2012; CARDOSO; BRITO, 2012) da sexualidade, ou nos renovamos constantemente frente ao momento histórico, político, cultural e social, a luz de uma transversalidade baseada em ações para a busca dos diversos saberes (JARDIM; BRETAS, 2006; SILVA; SIQUEIRA; ROCHA, 2009; QUIRINO, 2014; FURLANETTO, 2018).

Com relação à mesma questão, faz-se necessário também saber que apenas alguns docentes que lecionam na escola dos Anos Finais, referiram que receberam curso de formação da temática em estudo, na graduação, outro em formação continuada e outro em cursos que participou, todos com percentuais de 9,1% (01). Já para os que lecionam na Escola do Ensino Médio, 12,5% (04) receberam em formação continuada a referida educação e 9,4% (04) em cursos. Diante desse contexto, percebe-se que a formação continuada para docentes fornece também preparo pedagógico e afetivo acerca da Educação Sexual (BRASIL, 1998a; MENESES, 2011). Uma realidade garantida pela Lei de Diretrizes e Bases – LDB em seu artigo 62, para superação da reprodução fragmentada do conhecimento relacionada a qualquer tipo de Educação, inclusive a Sexual (Brasil, 1996). Os conceitos voltados para as novas exigências profissionais mudam a todo tempo e se não inovarmos nossa prática pedagógica nos tornaremos obsoletos (BRASIL, 2000; LIMA; VASCONCELOS, 2006; TARDIF, 2007; SCHELLEY; SILVA; CAMPOS, 2014).

A questão 8, adentra este estudo ao questionar os respondentes nos questionários quanto a leitura de alguns temas voltado para a Educação Sexual. Dos quais 90,9% (10) docentes dos Anos Finais e 90,6% (29) do Ensino Médio referiram ter lido assuntos relacionados ao tema em livros e artigos, revista e internet. Estes são materiais didáticos que segundo Moizés e Bueno (2010), Cardoso

e Brito (2012), nos dão suporte para pensarmos a sexualidade e ao mesmo tempo problematizá-la, os quais muitas vezes não são muito bem trabalhados, por falta de preparo pedagógico ou por acomodação dos docentes (MORAN, 2003; ANDRADE; FORASTIERE; EL-HANI, 2001),

Estes materiais didáticos acima referidos, são mecanismos de engrandecimento para o ser humano, fortalece a cidadania, as relações interpessoais, a autoestima, a autoconfiança, estimula o diálogo, o desenvolvimento de atividades educativas, organizam a prática docente (HOFMANN, 1991; LUCKESI, 2002) e orientam suas próprias transformações (BARDI; CAMPOS, 2004; STEARNS, 2010; BONFIM, 2012).

Quanto à percepção docente relacionada à homossexualidade, foi uma abordagem realizada na questão 9, em que 18,2% (02) que lecionam nos Anos Finais e 34,4% (11) no Ensino Médio, responderam ser uma predisposição genética e ainda para 45,4% (05) e 40,6% (13) de outros docentes que atuam nas respectivas séries pesquisadas, referiram que é uma opção de vida. Alguns docentes 36,4% (04) que lecionam nos Anos Finais responderam que não sabe a percepção exata relacionada à homossexualidade e no Ensino Médio os dados percentuais coletados foram um pouco mais expressivos 21,9% (07), quanto a esse conhecimento.

Para Santos (2012) e Fiorini (2016), esta é uma discussão ainda contraditória por não se saber se é algo relacionado a questões biológicas, comportamentais, sociais para que se possa chegar a uma verdadeira causa e comprovação científica para a homossexualidade. É um tema bastante discrepante segundo Vianna (2012), que necessita ser constantemente avaliado e reavaliado do ponto de vista pedagógico na escola e psicológico na família. Uma vez que gera bastante preconceito e tabus, de ordem social, cultural e intelectual.

As leis atuais tentam combater a homofobia com os recursos que possui. Mas a sociedade em geral muitas vezes cala para não prejudicar com a orientação sexual de seus filhos, contribuindo cada vez mais com o silêncio, o preconceito e com a desinformação relacionada aos direitos e deveres dessa população (SANTOS, 2012; SEVERO, 2013; FERRARI e CASTRO, 2013).

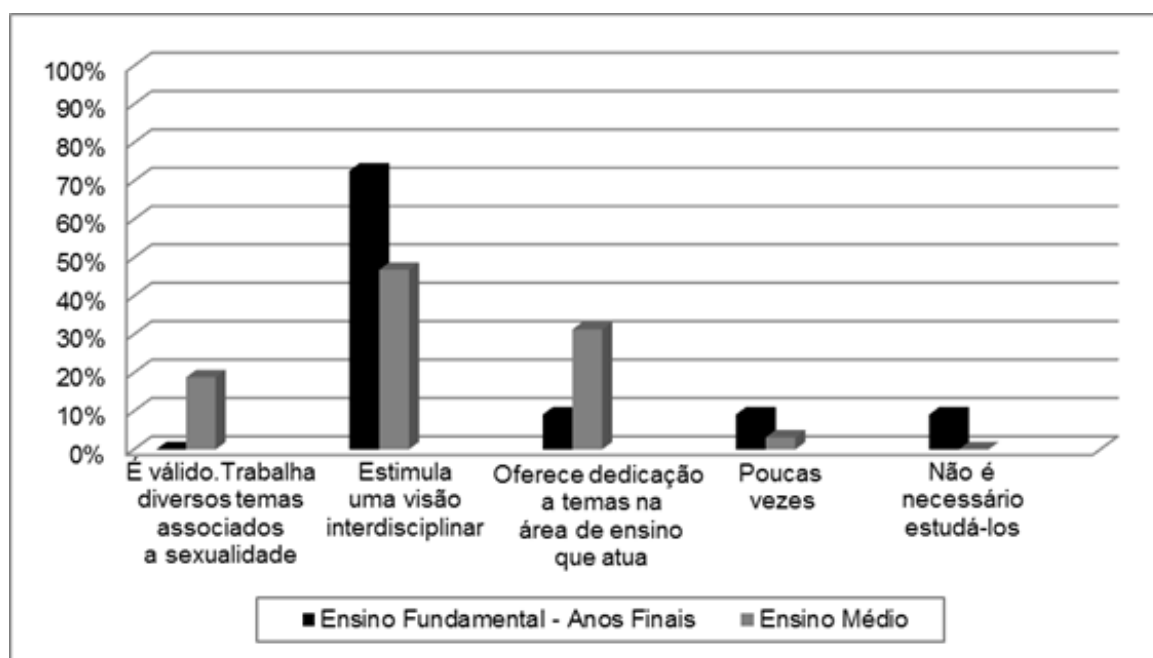
Bonfim (2012, p. 39), concorda com os autores acima e ainda se subscreve afirmando que “a

sociedade quando estabelece representações sociais do que é ser homem e do que é ser mulher (heterossexual, homossexual, bissexual), sustenta preconceitos e desigualdades que precisam urgentemente ser superados”. O que nos leva a pensar que esse tema voltado para a homossexualidade de acordo com as idéias de Brasil (1998a, p. 309), necessita de “uma compreensão ampla da realidade, reflexão e desenvolvimento do pensamento crítico e, portanto, exigem maior preparo dos educadores”. Dessa forma para ambos os autores citados neste parágrafo, passará a desmistificar crenças, tabus, preconceitos ligados a homossexualidade, passando a trabalhar ainda mais para Brasil (1998a, p. 309), “com conhecimento e informação que visam à promoção do bem-estar e da saúde” dessa população em estudo.

De acordo com esse mega estudo acerca da Educação Sexual adentrado numa ótica sociointeracionista, afetiva, cultural, econômica, política e histórica vivenciada a partir do chão da escola, os docentes foram questionados na questão 10, para saber se o estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) é uma necessidade docente (gráfico 4.3.3). Mais da metade 72,7% (08) dos docentes pesquisados nos Anos Finais e 46,8% (15) no Ensino Médio afirmaram que foca na interdisciplinaridade e ainda outros 18,8% (06), desse Ensino Médio, também referiram que é válido estudar os PCN's por trabalhar vários temas ligados a sexualidade. Entrando assim, em concordância com os estudos de Lima e Azevedo (2013, p. 138), ao referirem que este documento norteia a ação pedagógica com procedimentos interdisciplinar de excelência, munido de “uma abordagem epistemológica dos objetos de conhecimento”. Constrói de acordo com Fazenda (1994), um comportamento diferenciado com os estudantes e elege formas distintas em trabalhar técnicas e condutas de ensino de forma atualizada.

Ainda para a mesma autora no parágrafo acima e para Brasil (1998a), a interdisciplinaridade questiona a segmentação do conhecimento. Sua prática exige do professor um saber plural e ao mesmo tempo os impulsos a reagir diante de novos paradigmas, dos fenômenos e práticas educacionais, para que este conhecimento segundo Tardif (2007) se articule com a arte de educar.

Gráfico 4.3.3 – Dedicção ao estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais



Fonte: Dados coletados pelo autor

Com relação aos dados percentuais pesquisados de acordo com alguns dos docentes respondentes nesta mesma questão expresso no gráfico acima, 9,1% (01) dos Anos Finais e 31,1% (10) do Ensino Médio, afirmaram que só usaram o documento para a área de ensino que atua e ainda para outros 9,1% (01) e 3,1% (01) na ordem de ensino que aparecem nessa pesquisa, também afirmaram que esporadicamente ou não acha necessário seu estudo. O que leva a perceber nessa pesquisa o desinteresse docente não de forma generalizada, mas particularmente percebe-se que alguns professores ainda não se permitiram evoluir epistemologicamente nesses estudos para seu engrandecimento pessoal e profissional (BRASIL, 1998a; QUIRINO, 2014).

De acordo com Furlanetto et al. (2018, p.1), desde o surgimento dos PCN's, criado pela Lei de diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), até os dias atuais, muitas instituições escolares do país, pouco vivenciam orientações fornecidas por este documento, devido uma grande resistência dos professores em trabalharem de forma transversalizadas os seus temas propostos tanto para o Ensino

Fundamental como para o Ensino Médio. Pois “a necessidade de avançar no seu debate e investir em capacitação docente com vistas a transformar padrões sexuais discriminatórios e promover uma cultura de prevenção em saúde no ambiente escolar” se faz necessário hoje e sempre (FURLANETTO et al., 2018, p. 1).

Com base nos relatos dos autores supracitados, Brasil (2008, p.6) refere com relação ao ensino de Biologia nos PCNEM, por exemplo, que:

Apresentam um diálogo que não aprofunda suficientemente suas principais questões junto aos professores; o texto perde-se em exercícios de reflexão que são pouco efetivos quando aplicados em sala de aula. Embora o documento traga orientações gerais sobre os princípios norteadores da prática didática, faltam, na verdade, sugestões e propostas ao professor do “como fazer”.

Palma (2015) e Andrade; Forastieri; El-Han (2001), ao estudarem os PCN’s e PCNEM voltados para a sexualidade percebem que para o Ensino Fundamental mesmo com os vários entraves discriminatórios em trabalhar essa temática, existe um norte com perspectivas em que reconhece diferenças e opções sexuais, apresentando assim, uma visão mais filosófica, socioafetiva e para Bonfin (2012) e Meneses (2014) principalmente biológica-médica. Apresentando dessa forma segundo Andrade; Forastieri e El-Han (2001), uma ótica menos pragmática quanto à diversidade para a sexualidade humana.

Em concordância com os autores no parágrafo anterior, Brasil (2008), refere que este documento ajuda o corpo docente a trabalhar com um nível idiossincrático entre os vários grupos de estudantes, facilitando o desenvolvimento dos projetos escolares, entre eles o PPP (Projeto Político Pedagógico), auxiliando assim a prática docente no Ensino Fundamental nos Anos Finais de forma interdisciplinar para a sexualidade. Enquanto para os docentes do Ensino Médio ainda segundo Andrade; Forastieri; El-han (2001) não há uma diretriz específica, com normas e procedimentos que norteie suas ações juntamente a seus projetos pedagógicos, necessitando-se recorrer sempre que possível aos

PCN's do Ensino fundamental, para melhor norteá-los com o trabalho de Educação Sexual na escola.

Duas outras abordagens de destaque foram feitas como na questão 11, que se prontificou a identificar de que forma a família reage como mediadora da Educação Sexual do filho e na questão 12 a contribuição das tecnologias de informação e comunicação para essa educação. Assim na questão onze houve uma concordância bem aproximada em termos percentuais quando os docentes, 36,4%(04) dos Anos Finais e 34,3% (11) do Ensino Médio, responderam que a Educação Sexual era de acordo com os valores que os pais acreditavam. 63,6% (07) dos Anos Finais e 65,7 (11) do Ensino Médio afirmaram que era apática, reprimida e que são pais pouco interessados na educação de seus filhos devido ao relacionamento sem diálogo.

Na opinião de alguns autores a Educação Sexual aos olhos da família ainda é muito tímida, reprimida, silenciosa, por acharem que conversas sobre sexo e sexualidade podem levar os filhos a uma iniciação sexual antes do tempo (TRINDADE; BRUNS, 1999; BONFIM, 2012; PALMA et al., 2015). E que descontextualizando essa realidade, Guimarães (2003), esclarece que a educação acima referida é para que o adolescente cresça intelectualmente e comece a tomar decisões mais equilibradas e reflexivas quanto ao discernimento das ações e atitudes para decidirem qual é o momento certo de sua iniciação sexual.

Sousa et al. (2006), juntamente com Ramiro e Matos (2008), acrescentam a esse contexto que sem essa Educação, que é munida de orientação e diálogo para a família, irá expor esses jovens ao desconforto emocional, pessoal e social, insegurança, limita suas escolhas, sua autonomia, seu conhecimento e o seu saber, gerando apatia, sofrimento psíquico e social. Santos e Rúbio (2013), concordam com Sousa et al. (2006), Ramiro e Matos (2008), e ainda acrescentam a este discurso que cabe aos pais refletirem suas ações, seus conceitos, seus valores, suas crenças para que comecem a emancipar esses pensamentos castradores e se possível, busquem ajuda junto aos professores na escola, para que possam educar seus filhos para uma sexualidade libertadora e de excelência.

Partindo para a questão do papel da tecnologia na Educação Sexual percebeu-se um bom entendimento da pergunta pelos docentes e que as responderam de forma clara e precisa, quando 9,1%

(01) dos Anos Finais e 15,6% (05) do Ensino Médio, afirmaram que não contribui para essa educação, uma vez que trata o sexo de maneira vulgar. Enquanto 9,1% (01) e 18,8% (06) da mesma população pesquisada, as quais se aproximaram bastante com os percentuais anteriores relatados, responderam que as pessoas ao fazerem uso de tecnologias, como, por exemplo, a internet, confundem liberdade com libertinagem sexual.

Estes resultados vão de encontro com estudos de alguns autores ao afirmarem que essas tecnologias, estimulam o aparecimento de um novo modelo de conduta humana para as novas gerações, erotizando-as precocemente e ao mesmo tempo gerando um conjunto de questões socioculturais negativas ligadas à sexualidade (BONFIM, 2012; REIS e MAIA, 2012). Enquanto que para 81,8% (09) dos docentes respondentes dos Anos Finais e 65,6% (21) do Ensino Médio, relataram que muitas vezes essas tecnologias informam e formam com pouco interesse e quando os faz contribui dando discernimento de escolha.

Nesse sentido Cardoso e Brito (2012), referem que os docentes precisam estar atentos quanto a essas escolhas, alertando-se para a sua passividade em só receber informações já processadas e se alertar com o que os incita e a manifestar suas opiniões e reflexões de temas relacionados à sexualidade sem deixar se levar por falsas impressões tecnológicas. O segredo está em saber fazer o uso de “métodos interdisciplinares” segundo Vilaça (2016, p. 33), como um dos primeiros princípios práticos “para o exercício da docência orientada para a ação” pedagógica.

Para as autoras supracitadas, deixar de oferecer “ao educando acesso aos meios de comunicação e informação não contribui para a construção de atitudes reflexivas; caso contrário contribuirá para o processo de exclusão social e cultural” (CARDOSO; BRITO, 2012, p.55). Assim Ianni (1999, p. 14), complementa o sentido deste discurso nesse parágrafo, expondo com maestria o seu pensamento, referindo que “os meios de comunicação vão moldando os padrões morais, éticos e estéticos, ou seja, os modos de pensar, de agir e sentir, de acordo com os interesses da sociedade histórica vigente”. E mais ainda Cortelazzo (2018, p.202), reforça as palavras dessa autora evidenciando que “o uso da tecnologia é um novo campo de possibilidades que poderá trazer soluções inovadoras para as salas de

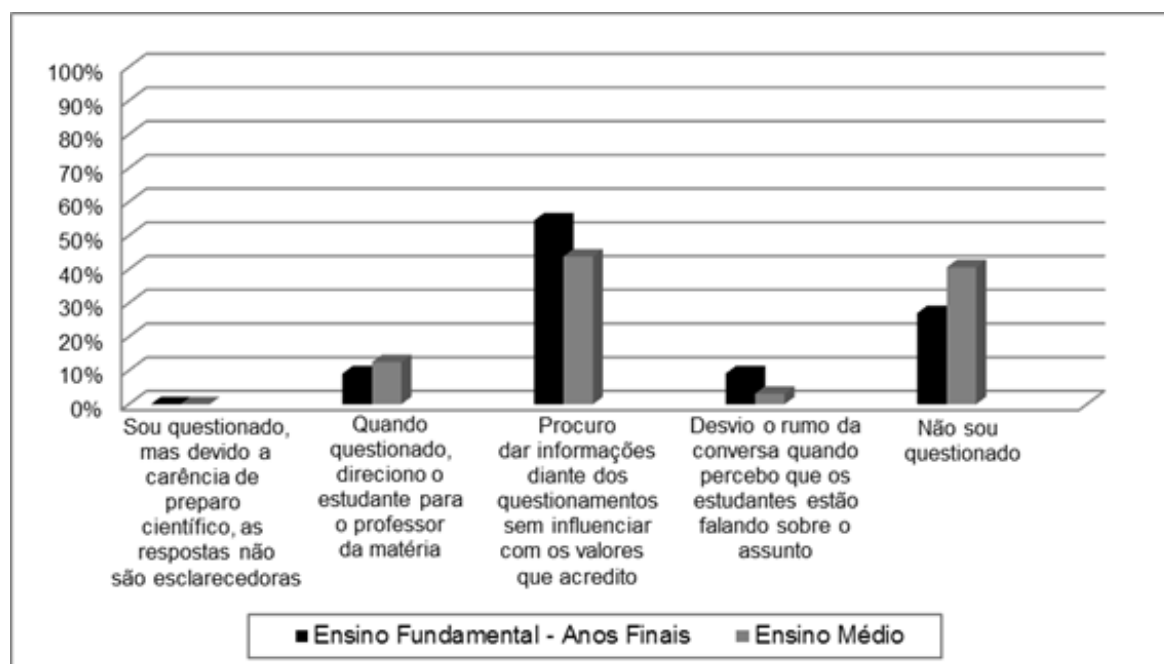
aula e auxiliar na quebra do atual paradigma do ensino” proporcionando cada vez mais a abertura de novos horizontes voltados para a construção e reconstrução do conhecimento.

Outro aspecto de extrema importância que gerou bastante inquietação na elaboração da questão 13, para a busca de informações concernente a esse estudo nessa tese, foi a do questionamento para o professor quanto à ausência de aulas sobre sexo e sexualidade. Percebeu-se que de todos os docentes respondentes nas duas instituições de ensino, 54,5 (06) para os dos Anos Finais e 43,8% (14) para os do Ensino Médio, relataram que quando são questionados sobre sexo e sexualidade, se possível respondem sem influenciar com seus valores.

Para 9,1% (01) docentes dos Anos Finais e 12,5% (04) do Ensino Médio, que muitas vezes por não terem preparo filosófico, social, cultural e científico (ANDRADE; FORASTIERE; EL-HANI, 2001), suficientes para lidarem com essa situação problema, direcionam os estudantes para o professor da matéria, no caso o de Ciências ou o de Biologia. Que para Quirino (2012); Aquino e Martelli (2012); Severo (2013), este é um discurso enfadonho biologista/higienista/preventivo frente ao universo de possibilidades que se tem para si trabalharem temas relacionados à sexualidade.

Foi observado também nesta pesquisa que houve um só professor respondente em cada escola pesquisada nesse estudo, onde ao serem questionados sobre aulas relativas a sexo e sexualidade, alegaram nos questionários que procuravam despertar nos estudantes o interesse por outros assuntos e que ainda para 27,3% (03) dos docentes dos Anos Finais e 40,6% (13) do Ensino Médio, responderam que não são questionados sobre as referidas aulas (Gráfico 4.3.4). Um “paradoxo entre pensar e o agir, o saber e o fazer” segundo Quirino (2012) e que para Brasil (2008), ou mudamos a nossa prática pedagógica diante do quadro atual Brasileiro educacional, “pouco valorizada pela sociedade e mal remunera” (ALVES e PINTO, 2011, p. 632), ou nos tornaremos docentes obsoletos para sempre a serviço da acomodação.

Gráfico 4.3.4 – Questionamento ao docente pela ausência de aulas sobre sexo e sexualidade



Fonte: Dados coletados pelo autor

Segundo alguns autores estudados esta é uma realidade da maioria das escolas brasileiras, uma problemática permeada pela ausência da transversalidade dos conteúdos em Educação Sexual trabalhados pelas disciplinas (FAZENDA, 1994; BRASIL, 1998a; BONFIM, 2012; FURLANETTO, 2018). Trabalhar atitudes interdisciplinares de acordo com Fazenda (1994 apud LIMA e AZEVEDO, 2013, p. 130), é uma missão de todos os docentes, “é um ir além do simples trabalho em conjunto, seria necessário mudar hábitos, métodos e recursos, talvez por isso, haja resistência de professores quanto ao trabalho interdisciplinar”.

Quanto às iniciativas primordiais para ser trabalhada a Educação Sexual nas escolas em evidência nessa pesquisa na questão 14 (gráfico, 4.3.5), uma delas que apresentou um percentual de 27,3% (03) pelos docentes dos Anos Finais e bastante expressiva 53,1 % (17) pelos docentes do Ensino Médio, foi a que referiu incluir o trabalho dessa Educação no projeto educativo, que segundo Mayer

et al. (2013) e Quirino (2014), esta é uma grande estratégia para as diversas áreas de ensino, tendo em vista a aprendizagem significativa diante do tema que se queira desenvolver com o corpo discente de uma instituição escolar. E que ainda na visão de Mayer et al. (2013, p. 19), o ensino por meio de projetos,

Além de consolidar a aprendizagem, contribui para a formação de hábitos e atitudes e para a aquisição de princípios, conceitos ou estratégias que podem ser generalizados para situações alheias à vida escolar. Projetos permitem ao professor ampliar técnicas ativas de ensino, desenvolver capacidades pessoais e profissionais e a estimular os estudantes a uma maior apropriação dos conhecimentos envolvidos (MAYER et al., 2013, p.19)

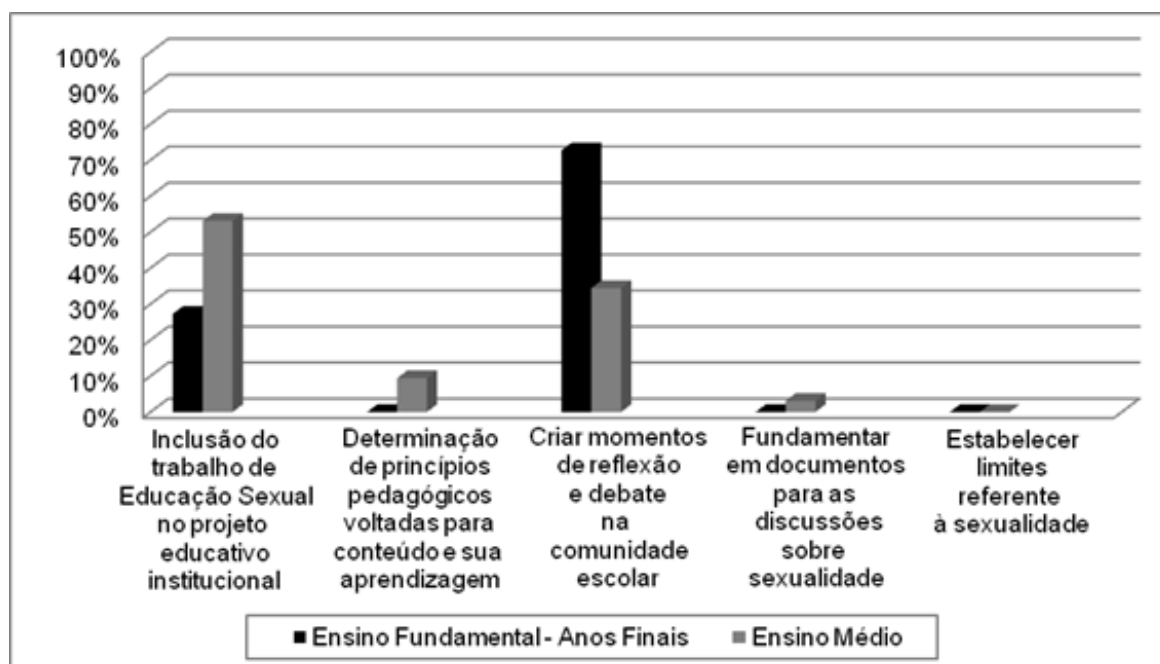
Outros respondentes também do Ensino Médio 9,4% (03) sugeriram a determinação de princípios pedagógicos voltados para conteúdos e sua aprendizagem e 3,1% (01) professor, alertou ao responder nos questionamentos, que iniciar um trabalho nesse campo é necessário fundamentar-se em documentos para que, por exemplo, possa ser discutida sexualidade. A qual deve ser estudada realmente segundo Bonfim (2012, p. 30), “em todas as suas vertentes históricas, filosóficas, políticas, psicológicas, entre outras. Por isso, nossa luta por uma educação afetivo-sexual crítica e emancipatória”.

Diante deste contexto é sugestivo nortear-se nos objetivos similar aos dos PCN's relacionado à orientação sexual para os dois ensinos neste estudo (ANDRADE; FORASTIERE; EL-HANI, 2001 e FURLANETTO, 2018), ao afirmar que e deve “promover reflexões e discussões de técnicos, professores, equipes pedagógicas, bem como de pais e responsáveis, com finalidade de sistematizar a ação pedagógica da escola no trato de questão da sexualidade” (BRASIL, 1998a, p. 287).

Em complemento ao raciocínio dos autores anteriores Brasil (2008), denota também que no projeto voltado para essa educação seja elaborado com vista associada aos aspectos tecnológicos (Cortelazzo, 2018), e também para Furlanetto (2018), sócio-culturais, econômico, políticos, em prol de uma regionalidade em que o cidadão esteja inserido, valorizando dessa forma sua história de vida, trazendo melhores possibilidades de ensino oferecidas pelos docentes e de aprendizagem com mais

significado para os estudantes em sala de aula. Estimulando assim, de acordo com Hofmann (1991) e Luckesi (2002), cada vez mais a construção de habilidades e competências a cada situação didática de determinado conteúdo em que se esteja vivenciando.

Gráfico 4.3.5 – Iniciativas primordiais para ser trabalhado à Educação Sexual na escola



Fonte: Dados coletados pelo autor

Outro aspecto importante concernente ainda nesta questão, que mereceu também destaque no gráfico acima, foi quando os professores 72,7% (08) dos Anos Finais e 34,4% (11) do Ensino Médio, relataram que criar momentos de reflexão e debate na comunidade escolar é muito importante, uma vez que de acordo também com os PCN's, “a participação da comunidade na escola tem como objetivo situar as pessoas como participantes da sociedade – cidadãos – desde o primeiro dia de sua escolaridade” (BRASIL, 1998, p.10). Dessa forma todos se integram compartilhando o que sabem, confrontando o conhecimento popular e o científico com muito diálogo e tolerância em busca de troca de experiências, de vivências extramuros, em busca de melhorias e de ações focadas únicas e

exclusivamente no desenvolvimento de ensinagens e aprendizagens mais evoluídas para uma melhor reificação do mundo em que vivem os estudantes (BEZERRA et al. 2010; FREIRE, 2019; JARDIM; BRÊTAS, 2006).

Figueiró (2007); Bonfim (2012); Severo (2013) e Quirino (2014) concordam com os autores elucidados acima, fomentando que este é um desafio ao ser trabalhado em prol do desenvolvimento da práxis pedagógica de uma sexualidade responsável que estimula o exercício da cidadania e a construção de uma Educação Sexual fundamentada na tomada de decisões a partir de seus princípios e concepções entre escola e comunidade para que possam refletir, significar e ressignificar segundo Bezerra (2009, p.1), essa “integração necessária”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A fundamentação teórica utilizada neste estudo associada aos questionamentos analisado referente aos pais, discentes e docentes da Escola Municipal Cônego Eugênio Vilanova no Ensino Fundamental dos Anos Finais e da Escola Estadual Aarão Lins de Andrade no Ensino Médio, nos proporcionou uma ótica conclusiva de que uma verdadeira Educação Sexual inclusiva em suas práticas pedagógicas atuais são de grande necessidade a ser vivenciada e de que os resultados obtidos nesta pesquisa sirvam para nortear outros estudos que venham a acontecer para que possamos ter uma dimensão sócio científica, política e cultural cada vez maior voltada para esse campo de estudo que aqui defendemos nesse tipo de educação, a qual seja cada vez mais desnudada e emancipada nas escolas deste estudo e de todo o Brasil.

Os PCN's voltados para a Educação Sexual necessitam nortear a ação didática do corpo docente das escolas pesquisadas neste estudo, em benefício de uma clientela cheia de dúvidas e incertezas com relação ao sexo e a sua sexualidade. Onde foi possível perceber neste mesmo documento voltado para o Ensino Fundamental nos Anos Finais relacionado à Educação Sexual ou mais restritamente como refere de Orientação Sexual, a necessidade que desenvolva uma educação para sexualidade mais norteadada em princípios históricos e socioculturais além dos biólogos e higienistas que mais detém, e principalmente para os do Ensino Médio pela falta de uma especificidade para essa educação a ser vivenciada com os adolescentes.

Sabemos que estes documentos norteiam a prática pedagógica com bastante fundamentação. Estes despertaram e ainda desperta na educação brasileira a busca de um norte consonante frente às diferentes realidades socioculturais em que a nação brasileira vive inserida. Ele ainda é e será para o Ensino de Ciências, Biologia e de muitas outras disciplinas um dos grandes norteadores inegáveis para que possamos trabalhar nas escolas uma Educação Sexual mais expressiva, libertadora e segundo Severo (2013) menos mercantilizada.

A sexualidade está presente em todos os momentos de nossas vidas, em todo o nosso ciclo vital e “quem dera a humanidade pudesse compreender a beleza e a potencialidade inerentes a ela e o quanto podemos viver plena, intensa e profundamente esse aspecto tão essencial da vida” (BON-

FIM, 2012, p.133). Na escola a sexualidade deve ser trabalhada com o objetivo de informar, orientar e formar o cidadão de acordo com parâmetros que norteiem a sua prática sexual e a sua sexualidade de forma emancipatória, justa e verdadeira. Pautada na ética, na moral e nos bons costumes em prol de uma perspectiva presente e futura, relacionada à promoção de saúde e prevenção de doenças biológicas, sociais e afetivas que venham ocorrer como reflexo de uma vivência pessoal cheia de incertezas, dúvidas, angústias, baixa autoestima, inquietações, desequilíbrio emocional, conflitos sociais, familiares, religioso, político e econômico.

A prática disciplinar é uma ação pedagógica que está cada vez mais enfadonha e ainda muito solidificada, engessada e bem difundida entre docentes das várias áreas do conhecimento, dificultando serem trabalhados assuntos relacionados a sexo e sexualidade no cotidiano destas instituições escolares em estudo. Pouco se percebe a integração entre as disciplinas no seu currículo. Mudança de hábito, da ação técnica e didática, de recursos e metodologia de ensino, é urgente, acerca do mundo globalizado em que os conhecimentos e os respectivos saberes estão em constante transformação.

Quando realizadas algumas práticas pedagógicas em sala de aula, relacionada à sexualidade nos dois estabelecimentos de ensino pesquisado, tem um sentido biológico e preventivo, uma vez que, são trabalhados assuntos voltados para questões anátomo-fisiológica dos sistemas reprodutores pelos docentes da disciplina de Ciências e Biologia. Ao serem realizadas esporadicamente algumas palestras por agentes de saúde ou por enfermeiras, elas são de natureza preventiva. São importantes, mas ainda não está se vivenciando uma Educação Sexual voltada para uma sexualidade vinculada a sua dimensão filosófica, sociológica, cultural, política, econômica e, sobretudo afetiva.

Criar espaços de discussão para conversas entre docentes e estudantes e estudante com estudantes relacionadas a mitos, tabus e preconceitos, ajuda a diminuir dúvidas relacionadas a conteúdos ligados a sexo, sexualidade, relações de gênero, gravidez precoce e não planejada e sobre as IST's. Nestes termos ajuda a promover saúde e a prevenir doenças, aumenta a autoconfiança e a auto-estima, além de contribuir para a construção de valores estéticos, morais, políticos e conseqüentemente segundo Mayer et al. (2013, p.19), da “autodisciplina e o desenvolvimento de autonomia e automoni-

toramento”.

A família tem papel primordial na Educação Sexual de seus filhos, a qual muitas vezes se omite nessa formação, achando que essa função é dever da escola, onde os professores devem ser os principais responsáveis pela educação para a sexualidade dos estudantes. A co-participação dos pais juntamente com a escola contribui para que o estudante se sinta mais seguro para discutir temas relacionados à Educação Sexual com seus familiares, ajudando assim no seu processo de desenvolvimento sócio afetivo e para a sua formação integral humana.

A chamada escolar aos pais e/ou familiares até este recinto para reuniões periódicas durante o ano letivo ou até para eventuais particularidades sobre alguns estudantes é de fundamental importância. Onde a população de pais pesquisada neste estudo se preocupa quanto à necessidade dessas reuniões para que possam ser trabalhados nesses encontros assuntos relacionados à Educação Sexual para ajudar a minimizar conflitos deste para com os estudantes, com os professores e com a escola em geral. Proporciona diálogo, troca de idéias, escuta pedagógica e gera um olhar diferenciado mais compreensivo por todos os envolvidos nesse processo educativo.

A necessidade de cursos de formação continuada é de fundamental importância para suprir algumas dificuldades dos docentes ao trabalharem temas em sala de aula acerca de questionamentos dos estudantes relacionados a sexo e sexualidade humana. O esclarecimento das dúvidas e a obtenção de respostas acerca das investigações discentes é uma atividade necessária da escola, uma vez que, este é um ambiente onde o diálogo e a troca de informações é uma constante que contribui para a construção e mediação do conhecimento.

Estas e muitas outras são as dificuldades em trabalhar a Educação Sexual nestes estabelecimentos de ensino. Onde professores com pouca qualificação por falta de informação e formação continuada ficam impossibilitados de desenvolver sua prática pedagógica voltada para esse tipo de educação e como reflexo deste desprepara o alvo principal a ser atingido são os discentes, que com todas as suas dificuldades em esclarecerem suas dúvidas muitas vezes permanecem no silêncio, haja vista, sexualidade também se desenvolve nas ínfimas repressões apáticas do cotidiano em que vivem

estas pessoas.

No entanto, ainda vivemos sob o mito da democracia sexual, o que exige do trabalho docente constante renovação, sendo preciso superar o modelo biomédico/científico na sexualidade, considerando suas dimensões histórica, social, cultural e política, cuja transversalidade das ações deve ser a meta a ser alcançada nos diversos campos do saber (QUIRINO, 2014, p. 154).

Trabalhar o currículo escolar, projetos pedagógicos junto a metodologias ativas e ter um material didático de excelência ajuda o desenvolvimento de habilidades investigativas, a resolver situações-problemas em diferentes ocasiões em que a escola esteja envolvida, principalmente quando se trata de uma educação reflexiva e cidadã no cotidiano escolar voltada para a sexualidade. Sendo estas ideias aqui pronunciadas de suma importância para que os estudantes de forma contextualizada e significativa segundo Brasil (2000a, p. 12-13), possam :

Desenvolver a capacidade de comunicação, de questionar processos naturais e tecnológicos, identificando regularidades, apresentando interpretações e prevendo evoluções. Desenvolver o raciocínio e a capacidade de aprender. Compreender e utilizar a ciência, como elemento de interpretação e intervenção, e a tecnologia como conhecimento sistemático de sentido prático (BRASIL, 2000a, p. 12-13)

Todas essas visões holísticas desses processos educacionais contribuem assim para uma Educação Sexual emancipatória é antes de tudo uma educação pautada em valores, que compartilha conhecimentos e liberta para que cada estudante possa refletir e fazer uso de suas informações de acordo com aquilo que ele acredita acerca dos valores construídos ou com os que ele possui. O ser humano é educado para se libertar, podendo ser mentor da sua mola propulsora criadora da felicidade individual e coletiva.

(...) a emancipação ou intervenção emancipatória só é possível no mundo de homens igualmente livres e emancipados, capazes de trocas gratificantes e significativas, de homens e mulheres que compreendem a dinamicidade do seu ser, e só se empenham e se reconhecem nos outros, na alteridade, na amplitude da vivência coletiva e ampliada (NUNES, 1996, p. 228 apud BONFIM, 2012, p. 30).

Nosso pensar e repensar relacionado à Educação Sexual na escola motiva nossas emoções e sentimentos a luz da sexualidade. Está leva os pais, o corpo discente e docente a discernir atitudes lógicas pautadas em ideais de vida ligados a valores éticos e morais de acordo com as relações interpessoais estabelecidas.

Leva-nos a um processo investigativo cada vez mais compensador ao decifrar os desafios gerados pelo sexo e na sexualidade e destes com os processos e objetivos pedagógicos.

Nas duas escolas pesquisadas foi possível perceber que mesmo em nível de ensino e aprendizagem em ascensão com relação à escala hierárquica dos saberes da clientela estudada não foge a regra de que o conhecimento voltado para a Educação sexual é quase o mesmo. As dúvidas e expectativas de aprendizagem com relação a essa educação ainda são gritantes em serem trabalhadas diante a diversidade de opções sexuais em que estão inseridos os adolescente na escola.

Por esta razão com toda a sua magnitude, esta é um tipo de educação que estimula o debate, a reflexão e a sua contextualização no ideário do cotidiano escolar em que estão inseridos todos os seus atores e as disciplinas pelas quais transcende. Traz melhorias para o ensino de Ciências e de Biologia, proporcionando também um olhar diferenciado relacionado ao nosso ser e a nossa sexualidade, livre de preconceitos e tabus comprometida com uma melhor qualidade de vida escolar, familiar e social com excelência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALTMANN, H.. Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-587, 2001.

ALTMANN, H. Orientação sexual em uma escola: recortes de corpos e de gênero. Cad.Pagu.,Campinas,n.21,2003.Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332003000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 jan 2019.

ANDRADE, C. P.; FORASTIERI, V.; EL-HANI, C. N.. Como os livros didáticos de Ciências e Biologia abordam a questão da Orientação Sexual? Atas do III ENPEC – Encontro... 2001 - NUTES. UFRJ. BR. Disponível em: <<http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/iiiienpec/Atas%20em%20html/o36.htm>>. Acesso em: 16/07/2019.

ARAÚJO, T. W.;CALAZANS, Gabriela. Prevenção das DST/Aids em adolescentes e jovens: brochuras de referências para os profissionais de saúde. São Paulo: Secretaria da Saúde/Coordenação Estadual de DST/AIDS,2007. Disponível em:<http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissionaldasaude/homepage//cartilhas_para_prevencao_de_dstaids_em_jovens_.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

ALVES, T.; PINTO, J. M. de R.. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. Cadernos de Pesquisa, v.41, n.143, p. 606-639 maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a14v41n143.pdf>>. Acesso em: 23/07/2019.

ALMEIDA, Anecy de Fátima Faustino; HARDY, Ellen. Vulnerabilidade de gênero para paternidade em homens adolescentes. Revista Saúde Pública, v. 41, n.4, p. 565-572, 2007.

ALMEIDA, Ana Carla Campos Hidalgo de. CENTA, Maria de Lourdes. A família e a educação sexual dos filhos: implicações para a enfermagem. Acta paul. enferm. [online]. 2009, vol. 22, n.1 p.71-76. Disponível em:<<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21002009000100012>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

AQUINO, C; MARTELLI, A. C. Escola e educação sexual: uma relação necessária. IX ANPED-SUL.Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul. 2012. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Genero,_Sexualidade_e_Educacao/Trabalho/12_40_16_1105-7444-1-PB.pdf>. Acesso em: 19/01/2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 07/11/2018.

BRASIL. MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília: MEC/SEMTEC. 2000. Disponível em: <http://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID471/v13_n1_a2018.pdf>. Acesso em: 24/06/2019.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. – 11. Ed. – Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2014. 337 p. – (Série legislação; n. 113). Disponível em: <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../estatuto_crianca_11ed.pdf?>. Acesso em 25/10/2018.

BRASIL. MEC/Secretaria de Educação Básica. Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília: MEC/SEB. 2006 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_02_internet.pdf>. Acesso em: 24/06/2019.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade, cultura e orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais 5ª a 8ª séries. Temas transversais – orientação sexual. v. 10.5. 1998a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientação.pdf>>. Acesso em 26 dez. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais 5ª a 8ª séries. Temas transversais – Pluralidade cultural. v. 10.2. 1998b. p.117. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientação.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica/Ministério da Educação. Passo a Passo PSE: Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersectorialidade. 2011.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>>. Acesso em: 18/07/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial, SEPIR/PR; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, SPM/PR. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: MEC/SPM, 2009, p. 23. Disponível em:<<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015510.pdf>>. Acesso em 30/11/018.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília:MEC/SEMTEC, 1999.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. Ciências Naturais. Brasília: MEC/SEF, 1998c. 138p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf>>. Acesso em: 04/08/2019.

BRASIL. Secretaria de Educação _Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Bases Legais. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>>. Acesso em: 26/04/2019.

BRASIL. Secretaria de Educação _Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias Brasília: MEC, 2000a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/195-secretarias112877938/seb-educacao-basica-2007048997/12598-publicacoes-sp-265002211>>. Acesso em: 07/08/2019.

BRASIL, Marcio Moreira. SEXUALIDADE, ADOLESCÊNCIA & ESCOLA: implicações n@ internet e a orientação sexual. 2014. Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares. Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: <<http://www.ds-pace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/.../PDF%20%20Mácio%20Moreia%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 16/02/2019.

BORBA, J. B. Uma breve retrospectiva do Ensino de Biologia no Brasil. 2013. Monografia de Conclusão de Curso - Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Modalidade de Ensino a Distância. Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Disponível em:

<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4689/1/MD_EDUMTE_I_2012_12.pdf>. Acesso em: 05/08/2019.

BARNABÉ, G. B.; SPADETO, L. M. B.; BRAMBILLA, N. A. E.; CÔCCO, R. C.; ZEANELATO, V. B.; Reuniões de pais: parceria entre escola e família. IN: Proposta Pedagógica da Rede Municipal de Ensino Da Venda Nova do Imigrante – Traçando caminhos, construindo possibilidades. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Espírito Santo, 2016. 21 p.. Disponível em: <<http://c2sisweb.tecnologia.ws/SisWeb/Repositorio/Arquivos/0/01acbbb23.pdf>>. Acesso em: 22/06/2019.

BEZERRA, Z. F.; SENA, F. A.; DANTAS, O. M. dos S.; CAVALCANTE, A. R.. NAKAYAMA, L.. Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária. Educar, Curitiba, n. 37, p. 279-291, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n37/a16n37.pdf>>. Acesso em: 26/07/2019.

BARDI, J.; CAMPOS, L. M. L.. Produção de materiais didáticos para temas de orientação sexual nas séries iniciais do ensino fundamental. Licenciatura em Ciências Biológicas. Trabalho de conclusão de curso. UNESP. São Paulo, dez. 2004. Disponível em:<<http://www.unesp.br/prograd/PDFNE2004/artigos/eixo10/producaodemateriaisdidaticos.pdf>>. Acesso em: 30/12/2018.

BRANDÃO, E. R.; HEILBORN, M. L.. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. Cad. Saúde Pública. v. 22, n. 7, p. 1421-1430. Jul. 2006.

BORGES, A.L.V.; NICHIIATA, L.Y.I.; SCHOR, N. Conversando sobre sexo: a rede Sociofamiliar como base de promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes. Rev. latino am. enfermagem. Ribeirão Preto, v.14, n.3, p.422- 427, maio-jun. 2006.

BARROS, S. da C. de B.; QUADRADO, R. P.; RIBEIRO, P. R. C. Sexualidade no Currículo Escolar: Disciplinaridade ou Transversalidade? VII EMPEC – Encontro Nacional de Pesquisa em Educação e Ciências. Florianópolis. 2000. Disponível em:<<http://posgrad.fae.ufmg.br/posgrad/viiempec/pdfs/879.pdf>>. Acesso em: 08/09/2018.

BONFIM, C. R. de S. Educação Sexual e Formação de Professores de Ciências Biológicas: contradições, limites e possibilidades. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

BONFIM, C. R. de S. Desnudando a educação sexual. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. Sexualidade(s) e infância(s): a sexualidade como tema transversal. São Paulo: Moderna; Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

CRUZEIRO, A. L. S. et al. Comportamento sexual de risco: fatores associados ao número de parceiros sexuais e ao uso de preservativo em adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*. v. 15, Suppl. 1, p. 1149-1158. 2010.

CÉSAR, M. R. de A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. *Educar*. Curitiba, n. 35, p. 37-51, Editora UFPR. 2009.

CARDOSO, Alcina Maria de Sousa; BRITO, Marisa M. Farinelli Lima. A educação afetivo-sexual na infância e na adolescência: um diálogo entre educadores. Belo Horizonte: Lê, 2012.

COLETO, Maytê Gouvêa. A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO SEXUAL E A FORMAÇÃO NECESSÁRIA AOS EDUCADORES SEGUNDO O TEMA TRANSVERSAL “ORIENTAÇÃO SEXUAL”. II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL – II SIES. Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares. Maringá – PR, 29, 29 e 30 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2011/292.pdf>>. Acesso em: 17/02/2019.

CONCEIÇÃO, I. S. C. Educação sexual: In: VITIELLO, Nelson et al. *Adolescência hoje*. São Paulo: Roca, 1988. p. 71-76.

CORTELAZZO, A. L.; FIALA, D. A. de S.; PIVA JUNIOR, D.; PANISSON, L.; RODRIGUES, M. R. J. B..Metodologias Ativas e Personalizadas de Aprendizagem. Para refinar seu cardápio Metodológico. In: . Metodologias Ativas e Personalizadas de Aprendizagem. Rio de Janeiro:Alta Books, 2018, cap.6, p. 91-114.

CORTELAZZO, A. L.; FIALA, D. A. de S.; PIVA JUNIOR, D.; PANISSON, L.; RODRIGUES, M. R. J. B..Metodologias Ativas e Personalizadas de Aprendizagem. Para refinar seu cardápio metodológico. In: . Inovação em sala de aula apoiada pela tecnologia. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018, cap. 10, p. 187- 203.

CORTELLA, MARIO SERGIO. Nós e a Escola: Agonias e Alegrias .Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

DINIS, N.; LUZ, A. A.. Educação Sexual na perspectiva histórico-cultural. Educar. n. 30, p. 77-87. 2007.

DUARTE, V. A Educação Sexual e o Adolescente: Um novo olhar Frente ao Desafio. 2012. Trabalho de conclusão de curso em educação. Universidade Estadual de Londrina, Londrina. Disponível em: <<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/VANESSA%20DUARTE.pdf>>. Acesso em: 02/02/2018.

DURÉ, R. C.; ANDRADE, M. J. D. de; ABÍLIO, F. J. P.. Ensino de Biologia e contextualização do conteúdo: quais temas o aluno de Ensino Médio relacionada com o seu cotidiano?. Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, Experiências em Ensino de Ciências, v.13, n.1, 2018. Disponível em:<http://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID471/v13_n1_a2018.pdf>. Acesso em: 07/07/2019.

DEMARTINI, G. R.; SILVA, A. F. G. Articulação Entre Paulo Freire e Herbert Marcuse: Educação Sexual Emancipatória em uma escola estadual do município de Sorocaba – SP. Revista e-Currículo. Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo – PUC, São Paulo, v.14, n.01, p. 56 – 81 jan./mar.2016. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/26333>>. Acesso em 12/08/2016.

FIGUEIRÓ, M. N. D.Educação Sexual: como ensinar no espaço da escola. Linhas, v.7. n.1. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1323/1132>>. Acesso em: 17/01/2018.

FIORINI, J. S. EDUCAÇÃO SEXUAL NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: currículo e práticas de uma escola pública da cidade de Marília-SP. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília – São Paulo.

FURLANI, Jimena. Mulheres só fazem amor com homens? A educação sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Pró-Posições, v.9, n.2, supl. 56, maio/ago, 2008.

FAZENDA, I. A.. Interdisciplinaridade: História, Teoria e Pesquisa. São Paulo: Papyrus, 1994.

FERRARI, A.; CASTRO, R. P. de. “Quem está preparado para isso?”... Reflexões sobre a formação docente para as homossexualidades. Práxis Educativa, Ponta Grossa: PR; v. 8; n. 1, p. 259- 317; jan./ jun. 2013.

FELTRIN, S; GIL, B. N. K.Educação sexual e contracepção de adolescentes das áreas rural e urbana: estudo comparativo. Rev. Ciên. Saúde, v. 15, n.1/2, p. 237-45, 1996.

FELIX, F. A.; NAVARRO, E. C. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS: NOVOS SABERES EDUCACIONAIS E A POSTURA DO PROFESSOR. Revista Eletrônica Interdisciplinar. v.2, n.2, 2009. Disponível em:<www.univar.edu.br/revista/downloads/habilidades.pdf>. Acesso em: 28/02/2018.

FERNET, M. ; BOUCHER, P. K.; BLAIS, M; OTIS, J; PAPOINTE, N; SAMSON, J. Educação sexual em famílias afetadas pelo HIV. Revista oficial do núcleo de estudos da saúde do adolescente / UERJ. Vol. 12, nº 3 – jul/ set – 2015. Disponível em:<www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=527>. Acesso em: 20/01/2018.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 11ª ed. Rio de Janeiro: Gral, 1993.

FREITAS, O. Equipamentos e materiais didáticos. Profucionário. Curso Técnico de formação para os Funcionários de Educação. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 132p. Disponível em:<portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/profunc/equip_mat_dit.pdf>. Acesso em: 22/02/2018.

FURLANETTO, M. F.; LAUERMANN, F.; COSTA, C. B. da; MARIN, A. H.; Educação Sexual em Escolas Brasileiras: revisão sistemática da literatura. Cadernos de Pesquisa, v.48, n.168, p.550-571 abr./jun. 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v48n168/1980-5314-cp-48-168-550.pdf>>. Acesso em: 07/07/2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 67ª ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2019.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, A. M. A. N.; VIEIRA, M.J.; PALMEIRAS, J. A. Informações dos Adolescentes sobre Métodos Anticoncepcionais. Revista Latina-Americana de Enfermagem, v. 11, n. 3, p. 293-298, 2003.

GRUPO GESTOR ESTADUAL DO PROJETO SAÚDE E PREVENÇÃO NAS ESCOLAS ESTADUAIS NO RIO DE JANEIRO – GGE – RJ/SPE. Saúde e Prevenção nas Escolas, atitude para curtir a vida. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://spe-gge-rj.blogspot.com/2010/cronologia-de-acoes-sobre-educacao.html>> Acesso em: 27 dez. 2018.

GUIMARÃES, Ariane Noermberg; RACHADEL, Cleverson Luiz. Conversando sobre sexualidade: exercitando novos espaços de diálogo na escola. Universidade do Oeste de Santa Catarina: IV Colóquio Internacional de Educação. Educação, diversidade e ação pedagógica. I Seminário de estratégias e ações MULTIDISCIPLINARES. 22 a 24 de setembro, 2014. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/coloquiointernacional/article/view/5191>>. Acesso em 01/06/2019.

HALL, S. A Centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo. Educação e realidade. Porto Alegre: UFRGS, v.22, n.22, p. 15-46. 1997.

HEIDRICH, Gustavo. A escola da família. Revista gestão escolar. Edição 003, AGOSTO/SETEMBRO 2009. Disponível em <<http://gestaoescolar.org.br/comunidade/escola-familia-493363.shtml>> Acesso em 27 de maio de 2019.

HOFMANN, J. M. L.. Avaliação Mediadora: Uma Relação Dialógica na Construção do Conhecimento. Porto Alegre, 1991. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_22_p051-059_c.pdf>. Acesso em: 05/01/2018.

IANNI, S. "O príncipe eletrônico". Perspectivas, Revista de Ciências Sociais, v. 2. São Paulo: Unesp. 1999.

JARDIM, D. P; BRÊTAS, J. R. S. Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira – SP. Revista Brasileira de Enfermagem. vol. 59. n. 2. Brasília mar/abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003471672006000200007> Acesso em: 19/01/2018.

KRASILCHIK, M. Prática de Ensino de Biologia. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

LIMA, K. E. C.; VASCONCELOS, S. D.; Análise da metodologia de ensino de Ciências nas escolas da rede municipal do Recife. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. vol. 14. nº 52. Rio de Janeiro jul/set. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362006000300008> Acesso em: 05/01/2018.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMA, A. C. S.; AZEVEDO, C. B.; A Interdisciplinaridade e o Ensino de História: um Diálogo Possível. Revista Educação e Linguagens, Campo Mourão, v. 2, n. 3, jul./dez. 2013.

LIMA, J. O.; ANDRADE, M. N.; DAMASCENO, R. J. A.. A Resistência do professor diante das Novas Tecnologias. Brasil Escola – PUCRS. 2017. Disponível em: <http://www.pucrs.br/ciencias/viali/doutorado/ptic/aulas/aula_1/Lima_Jeane_Oliveira.pdf>. Acesso em: 06/04/2019.

LOPES, Cristiano Lopes; VAS, Braz Batista. O USO PEDAGÓGICO DOS GRUPOS DO WHATSAPP NO ENSINO DE HISTÓRIA. CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA. UFG – Regional Jataí, 27 a 29 de setembro de 2016, JATAÍ – GOIÁS. Disponível em: <http://www.congressohistoriajatai.org/2016/resources/anais/6/1469840371_ARQUI_VO_trabalhoparasubmissao2222Cristiano.pdf>. Acesso em: 06/04/2019.

LONGHINI, Iara Mora. Diferentes contextos do ensino de biologia no Brasil de 1970 a 2010. Educação e Fronteiras, Dourados, v. 2, n. 6, p. p.56-72, dez. 2012. ISSN 2237-258X. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/1801>>. Acesso em: 05/08/19.

MAIA, A.C.B. Orientação sexual na escola. In: RIBEIRO, P.R.M.Sexualidade e educação: Aproximações necessárias. São Paulo: Arte & Ciência, 2004, p.153-179.

MOSÉ, V. A escola e os desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. 336 p.

MOIZÉS, J. S.; BUENO, S. M. V.. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. Revista da escola de enfermagem da USP. Vol. 44, nº 1. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n1/a29v44n1.pdf>>.Acesso em: 30/12/2017.

MOITA L. L. P.. Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado de letras, 2002.

MULLER, L. Educação sexual em 8 lições: com orientar da infância à adolescência: um guia para professores e pais. 1 ed. São Paulo: Academia do Livro, 2013.

MENESES, Marta. Educação sexual: hoje. 3ª ed. Olinda: Livro rápido, 2011. 144p.

MEC. Ministério da Educação e Cultura. Sinopse do Professor da Educação Básica, em 2009. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Brasília: Inep, 2009.

MAYER, M.; BEZERRA, M. J. A.; OLIVEIRA, R. P. A.; SANTANA, R. F. C. A.; SILVA, S. T. S.; CABRAL, S. A. S.. PARÂMETROS para a Educação Básica do Estado de Pernambuco. Parâmetros na Sala de Aula. Biologia. Ensino Médio. UNDIME- PE (União Nacional das Diretrizes Municipais de Educação) Secretaria de Educação – Pernambuco, 2013.

MORIN, E. Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. 2ª. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MORAN, J. M. Gestão inovadora da escola com tecnologias. In: VIEIRA, A. (org.). Gestão educacional e tecnologia. São Paulo: Avercamp, 2003, p. 151-164.

MALDONATO M. T.. Vida em família: conversas entre pais e jovens. 4a ed. São Paulo: Saraiva; 1996.

MEYER, D. E. E., Klein, C., & Andrade, S. S. Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade: Implicações educativas. Educação em Revista - Belo Horizonte, 46, 219-239. 2007.

MENEGAZZO, R. C. S.. ARAÚJO, D. S. de.; PRZYBYSZ, M.. Intervenções metodológicas para auxiliar educandos a compreender a adolescência e a sexualidade. REVISTA CIÊNCIAS & IDEIAS, vol. 5, n.2. mai /out - 2014. Disponível em: <<https://revistascientificas.ifrj.edu.br/revista/index.php/reci/article/view/320>> acesso em: 14/07/2019.

MELO, A. C. de; MELO, A. C. de; A prática pedagógica sob a perspectiva transpertenente da Orientação Sexual e Educação Sexual nas escolas. Congresso Nacional de Educação, III CONEDU. Editora Realize. Natal/ RN, 2016. Disponível em:<http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA11_ID1525_27032016222327.pdf>. Acesso em: 02/08/2019.

MOLINA, A. M. R.; SANTOS, W. B. Educação Sexual e Currículo/Biologia: Desafios à Prática Docente. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. 03, p. 1149-1163, jul./set., 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/viewFile/9530/7524>>. Acesso em: 04/08/2019.

OLIARI, F. A. S.; TENROLLER, R. M. T.; ROQUETTE, R. F. e NEZ, E. Refletindo sobre a identidade e a formação do professor da educação superior. *Revista eletrônica online unisepe. Educação em foco*. 5ª ed. mar. 2012. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/educacao_foco/artigos/ano2012/refletindo_sobre_identidade.pdf>. Acesso em: 14/01/2018.

OLIVEIRA, D. C.; GOMES, A. M. T.; PONTES, A. P. M.; SALGADO, L. P. P. Atitudes, sentimentos e imagens na representação social da sexualidade entre adolescentes. *Revista de Enfermagem*, v. 13, n. 4, p. 817-23, 2009.

POZO, J. I. *Aprendices y maestros*. Madrid; Alianza Psicología, 2008.

PAIVA, V.; ARANHA, F.; BASTOS, F. Opiniões e atitudes em relação à sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005. *Revista Saúde Pública*, v. 42, suppl. 1, p. 54-64, 2008.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. *O Uso da Tecnologia no Ensino de Línguas Estrangeiras: breve retrospectiva histórica - UFMG/CNPq/FAPEMIG*, 2008. Disponível em: <<https://www.verameznes.com/techist.pdf>>. Acesso em 06/04/2019.

PRADO, V. M. do.; RIBEIRO, A. I. M.; FAZANO, L. C.. Materiais audiovisuais didáticos e educação sexual na escola: uma pesquisa nos acervos videográficos do Ministério da Educação e Cultura e Ministério da Saúde do Governo Brasileiro. São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP, *Colloquium Humanarum, Presidente Prudente*, v. 8, n. 1, p. 35-40, jan/jun 2011. Disponível em: <<http://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/download/581/862/>>. Acesso em: 07/07/2019.

PALMA, Y. A.; PIASON, A. da S.; MANSO, A. G.; STREY, M. N.; Parâmetros Curriculares Nacionais: Um Estudo sobre Orientação Sexual, Gênero e Escola no Brasil. *Trends in Psychology / Temas em Psicologia – 2015*, Vol. 23, nº 3, 727- 738. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/5137/513751492016.pdf>>. Acesso em: 18/07/2019.

PEREIRA, G. R.; BAHIA, A. G. M. F. Direito fundamental à educação, diversidade e homofobia na escola: desafios e construção de um ambiente de aprendizagem livre, plural e democrático. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 51-71, jan/abr. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440602011000100005> Acesso em 11 de out. 2017.

QUIRINO, G. S.. *Prática docente em sexualidade e educação sexual no espaço escolar*. 1ª ed.. Curitiba: Appris, 2012.

QUEEN, M. Como a escola deve falar de sexo?. *Educação sexual na escola – Educar para crescer*. Abril mídia. 2013. Disponível em: <educarparacrescer.abril.com.br/.../educacao-sexual-406667.shtml>. Acesso em: 22/01/2018.

RAMIRO, I; MATOS, M. G. Percepções de professores portugueses sobre educação sexual. *Revista de Saúde Pública*, v. 42, n. 4, p. 684-692, 2008.

REIS, G. V.; RIBEIRO, P. R. M. A orientação sexual na escola e os Parâmetros Curriculares Nacionais. In: RIBEIRO, P.R.M. *Sexualidade e educação sexual: Apontamentos para uma reflexão*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2002, p.81-96.

ROSENAU, N. R.; SILVA, R. T. S; MACEDO, A. C.; HARACEMIV, S. C.. As tecnologias de Comunicação Digital como Recurso Pedagógico na Escola. *EDUCERE – XIII Congresso Nacional de Educação. Formação de Professores: contextos, sentidos e práticas. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSSE; VI Seminário Internacional sobre Profissionalização Docente - SIPD/CÁTEDRA UNESCO*. Paraná, 28 a 30 de agos. de 2017. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24126_12788.pdf>. Acesso em: 16/02/2019.

REIS, V. L; MAIA, A. C. B.. Educação Sexual na Escola com a Participação da Família e o uso de Novas Tecnologia da Educação: Um Levantamento Bibliográfico. *Cadernos de Educação [FaE]PPGE[UFPel. Pelotas [41]: 188-207, jan/fev/abr. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/2099>>. Acesso em: 03/01/2018.*

RUFINO, C. B. et al. Educação sexual na prática pedagógica de professores da rede básica de ensino. *Revista Eletrônica de Enfermagem*. 2013 Out/dez; 15 (4): 983- 991. Disponível em: <<https://www.fen.>

ufg.br/fen_revista/v15/n4/pdf/v15n4a16.pdf>. Acesso em: 05/01/2018.

SILVA, I.O.; SIQUEIRA, V.H.F.; ROCHA, G.W.F. Educação sexual e gravidez de adolescentes: significados construídos por docentes do curso de formação de professores em uma escola pública do Rio de Janeiro, Brasil. Rev. Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, 2009. Disponível em: <http://www.saum.uvigo.es/reec/volumenes/volumen8/ART12_Vol8_N1.pdf>. Acesso em 29 dez. 2018.

SILVA, R. "Uma responsabilidade da escola?". In: RIBEIRO, M. Educação Sexual: Novas idéias, novas conquistas. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1993.

STEARNS, Peter N. História da sexualidade. São Paulo: Contexto, 2010.

SUPLICY, M. Sexo para adolescentes: orientação para educadores. São Paulo: FTD, 1988.

SILVA, Tomaz Tadeu "Sociologia da Educação e Pedagogia Crítica em Tempos Pós- Modernos". In: COSTA, M. V.(org.) Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós- Modernos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993

SOUZA, Maria Ester do Prado. FAMÍLIA/ESCOLA: A IMPORTÂNCIA DESSA RELAÇÃO NO DESEMPENHO ESCOLAR. Santo Antônio da Platina – Paraná 2009. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/17648.pdf>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

SEVERO, Rafael Adriano de Oliveira. Gênero e Sexualidade: Grupos de Discussão como Possibilidade Formativa. São Paulo: Paco Editorial: 2013.

SEVERO, Rafael Adriano de Oliveira. GÊNERO E SEXUALIDADE: o itinerário de um grupo de discussão como possibilidade formativa. 2011. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Belo Horizonte, 2011.

SCHELEY, T. R.; SILVA, C. R. P. e CAMPOS, L. M. L.. A motivação para aprender Biologia: o que revelam os alunos do ensino médio. Revista de Ensino de Biologia da Associação Brasileira de Ensino de Biologia, v. 7, p. 4965-4974, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/135430>>. Acesso em: 06/07/2019.

SANTOS, I. A. dos; RUBIO, J. A. de A. S.. A Orientação Sexual nos anos iniciais de Ensino Fundamental: Possibilidades e Desafios. Revista Eletrônica: Saberes da Educação; vol.4,nº1, 2013. Disponível em: <<http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdf/v4-n1-2013/Inaia.pdf>>. Acesso em: 12/01/2018.

SILVA, F. M.; REGIS, M. L. S. R.; MIRANDA, J. R.. REFLEXÕES SOBRE A SEXUALIDADE E O USO DO WHATSAPP. III CONEDU – CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Paraíba, 2011. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_M DI_SA11_ID5439_16062016184313.pdf>. Acesso em: 17/02/2019.

SANTOS, V. dos. Homossexualismo no ambiente escolar. Revista Eletrônica: LENPES – PIBID de Ciências Sociais – UEL; Edição nº. 2; vol. 1; jul-dez. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/lenpespibid/pages/arquivos/2%20Edicao/VANESSA%20SANTOS%20-%20ORIENT.%20CESAR.pdf>>. Acesso em: 12/01/2018.

SANTOS, C. A. C; NOGUEIRA, K. T. Gravidez na adolescência: falta de informação?. Revista oficial do núcleo de estudos da saúde do adolescente / UERJ. Vol.6. n.1. Jan/mar. 2009. Disponível em: <http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=42>. Acesso em: 20/01/2018.

SANTOS, D. B. C.; ARAÚJO, D. C.. Sexualidade e Gêneros: questões introdutórias. In: Caderno temático sobre Sexualidade. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidade. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – PR, 2009. 216 p. Disponível em:<www.pibid.ufpr.br/pibid_new/uploads/edfisica2011/.../caderno_ngds.pdf>. Acesso em: 22/12/2017.

SOUZA, S. L. de S.; COAN, C. M.. Abordagem da Sexualidade Humana em Livros Didáticos de Biologia. In: III Simpósio Internacional de Educação Sexual, Corpos, Identidade de Gênero e Heteronormatividade no espaço escolar, 3, 24 a 26 de abril de 2013. Maringá-PR. Anais... Maringá: Simpósio Internacional de Educação Sexual, ISSN 2236-1995. Disponível em: <http://www.sies.uem.br/anais/pdf/educacao_sexual_escolar/4-17.pdf>. Acesso em: 15/07/2019.

SANTOS, C.; BRUNS, M.A.T. A. Educação Sexual pede espaço: Novos horizontes para a práxis pedagógica. São Paulo: Ômega Editora, 2000.

SOUSA, L. B., FERNANDES, J. F. P., BARROSO, M. G. T. Sexualidade na adolescência: análise da influência de fatores culturais presentes no contexto familiar. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 19, n. 4, p. 408-413, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ape/v19n4/v19n4a07.pdf>>. Acesso em 19/01/2018.

SCHMITT, Miguel Ângelo. A PRÁTICA REFLEXIVA COMO ELEMENTO TRANSFORMADOR DO COTIDIANO EDUCATIVO: REFLEXÕES PRELIMINARES. X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE. I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO – SIRSSE. PONTIFÍCEA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ – CURITIBA, 7 a 10 de Nov. 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/6071_3239.pdf>. Acesso em: 17/02/2019.

TRINDADE, E.; BRUNS, M. A. T. Adolescentes e paternidade, um estudo fenomenológico. Ribeirão Preto: Holos, 1999.

TEIXEIRA, E. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TARDIF, M. Saberes docentes e formação profissional. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VILELA, M. H.. Sexualidade na Educação. Direto ao Ponto. As principais dúvidas sobre Educação Sexual. Blogs de Nova Escola, 18/12/2014. Revista Nova Escola. Fundação Victor Civita. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/blogs/educacao-sexual/>>. Acesso em: 02/02/2019.

VIANNA, Cláudia; RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, Júlio Groppa.(Org.) Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas. 3 ed. São Paulo: Summus, 1998. 93-106 p.

VALLE, L. E. L. R.; MATTOS, M. J. V. M. (org.). Adolescência: as contradições da idade. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

VIEIRA, L. M; SAES, S. O.; DÓRIA, A. A. B.; GOLDBERG, T. B. L.; Reflexões sobre a anticoncepção na adolescência no Brasil. *Rev. Bras. Matern. Infant. Recife*. vol.6, n.1, p.135-140, jan/mar. 2006. Disponível em: <<http://redece.org/reflexoes.pdf>>. Acesso em: 22/01/2016.

VITIELLO, N. Reprodução e Sexualidade: um manual para educadores. São Paulo: CEICH, 1994.

VITIELLO, N. Sexualidade- quem educa o educador – um manual para jovens pais e educadores. São Paulo: IGLU, 1997.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. Pro-Posições, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a09v23n2>>. Acesso em: 02/08/2019.

VILELA, W. V. “Num país tropical, do sexo que se faz ao sexo do qual se fala”. In: GALVÃO, L. e DIAS, J. (orgs). Saúde sexual e reprodutiva no Brasil: Dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec, p. 310-323

VILAÇA, Teresa. InterAção no núcleo da promoção de sexualidades saudáveis: competência para a ação e uso de tecnologias de informação e comunicação na escola. Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, n. 34, p. 28-57, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/52083/1/2016-Vilaca.pdf>>. Acesso em: 22/07/2019.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: O corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Gracira Lopes Louro. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

WEREBE, M. J. G. Sexualidade, política, educação. São Paulo: Autores associados. 1998.

Anexo



Nome: _____ Idade: _____ anos

Sexo: masculino feminino

Escolaridade: escolarizado não escolarizado

Local em que reside: sítio cidade

QUESTIONÁRIO PARA PAIS

1) Qual o local que seu filho(a) deve receber Educação Sexual?

a na família e na escola.

b só na escola.

c só na família.

d só com os colegas.

2) Seu filho(a) recebe Educação Sexual na escola que estuda?

a muitas vezes.

b poucas vezes.

c uma vez.

d nenhum vez.

3) Em reuniões de pais oferecidas pela escola é discutido Educação Sexual ?

a em todas as reuniões.

b não.

c () as vezes.

d () não acho necessário.

4) Quando tem dificuldade de falar com seus filhos sobre prevenção de gravidez, uso de pílula, do jeito deles de serem e de conviverem com as outras pessoas, o que procura fazer?

a () mando que ele conversem assuntos com os colegas.

b () mando conversarem com os familiares mais próximos, como tios ou primos mais experientes.

c () mando aprenderem esses assuntos na escola.

d () não tenho interesse que os filhos conversem e se informem desses assuntos.

5) Para que existe reunião de pais na escola?

a () troca de informações, saber do ensino, da aprendizagem, do comportamento do estudante e do andamento das atividades escolares.

b () só saber da frequência do estudante.

c () ser cobrado pelo comportamento do estudante.

d () não é preciso reuniões. Os pais já sabem do comportamento do estudante que têm.

6) O que pode mudar na vida do estudante quando passa a conhecer e ter Educação Sexual?

a () convive melhor com todos e aprende melhor as matérias.

b () passa a frequentar mais a escola.

c () faz o estudante ficar mais tímido sem esclarecer dúvidas.

d () fica mais agressivo e com baixa frequência na escola.

Nome: _____ Idade anos _____

Sexo: masculino () Feminino ()

Escolaridade: Ensino Fundamental – Anos Finais: () 6º ano () 7º ano () 8º ano () 9º ano

Ensino Médio: () 1º ano () 2º ano () 3º ano

Local em que reside: () sítio () cidade

QUESTIONÁRIO PARA DISCENTES

1) A Educação Sexual deve ser vivenciada em que local?

a () só na escola.

b () só na família.

c () na escola e na família.

d () na rua com os colegas.

2) A escola que você estuda oferece Educação Sexual?

a () uma vez.

b () poucas vezes.

c () muitas vezes.

d () nunca.

3) Qual a série mais indicada na escola para oferecer Educação Sexual?

a () a partir do 8º ano.

b () em todos os anos, 6º ao 9º ano.

c () só no ensino médio.

d () todas as séries dos anos finais e também no ensino médio.

4) Que tipo de prevenção é mais indicada para uma gravidez e as infecções sexualmente transmissíveis (IST's) na sua idade?.

a () fazer uso da pílula anticoncepcional.

b () usar camisinha (preservativo).

c () usando métodos naturais como tirar o pênis da vagina quando for gozar.

d () nenhuma forma segura.

5) Conversa com seus pais e familiares sobre sexo e sexualidade?

a () sim, conversei com os meus pais e familiares só quando preciso.

b () sim, conversei com meus pais e familiares em qualquer momento.

c () só consigo conversar com irmão(ã), tio(a), primo(a).

d () não consigo conversar com meus pais e familiares sobre Educação Sexual.

6) Já foram trabalhadas na escola, aulas referentes a temas sobre Educação Sexual como sexualidade, preconceitos, virgindade, gravidez na adolescência, homossexualidade, uso de camisinha (preservativo), diferenças sexuais entre homens e mulheres?

a () sim, só nas aulas de ciências ou de biologia.

b () sim, em qualquer matéria: português, arte, inglês, história, geografia, matemática, educação física, sociologia, filosofia, física, química, ciências, biologia.

c () os professores conversam pouco sobre o assunto.

d () nunca.

7) Já se interessou em fazer leituras sobre sexualidade?

a () livros e revistas.

b () internet.

c () livros, revistas e internet.

d () nunca.

8) Que contribuição pode trazer a internet e as novas tecnologias como o celular, o computador para

a sua Educação Sexual?

- a () mais informações, esclarecendo dúvidas e na superação de desafios.
- b () só ajuda a passar o tempo quando não tenho o que fazer.
- c () deixa o estudante desinteressado para aprender os conhecimentos fornecidos pela escola.
- d () nenhuma contribuição.

9) O que você compreende sobre homossexualidade?

- a () é a união entre pessoas de sexo diferentes.
- b () é a união entre pessoas do mesmo sexo que se gostam.
- c () são pessoas que vivem sozinhas.
- d () não sei informar.

10) Em sala de aula qual dos seguintes temas sobre sexualidade considera mais importante para ser trabalhado?

- a () sistema reprodutor masculino e feminino.
- b () métodos contraceptivos como: uso de camisinha, uso da pílula para não engravidar.
- c () infecções sexualmente transmissíveis (IST's) como por exemplo a AIDS/HIV.
- d () dúvidas sobre vida sexual.

11) Assuntos relacionados a Educação Sexual deve ser melhor desenvolvido pela sua escola de que forma?

- a () sugerir aos professores conversarem mais sobre o assunto independente da disciplina.
- b () a gestão escolar oferecer recursos materiais e equipamentos didáticos para os professores planejarem suas aulas sobre Educação Sexual.
- c () trabalhar projetos educacionais sobre esse tipo de assunto.
- d () os estudantes já são informados sobre esse tipo de trabalho na escola, não há necessidade de

realizá-lo.

Nome Idade anos

Sexo: masculino feminino

Formação: Graduação Especialização Mestrado Doutorado

Tempo de docência: até 5 anos 5 a 10 anos 10 a 15 anos mais de 15 anos

Docente do Ensino Fundamental – Anos Finais Docente do Ensino Médio

Área de conhecimento que atua:

Linguagens e Códigos e suas Tecnologias Ciências Humanas e suas Tecnologias

Ciências da Natureza, Exatas e suas Tecnologias

QUESTIONÁRIO PARA DOCENTES

1) Qual é a importância de trabalhar a Educação Sexual na escola?

a desconstrói tabus, preconceitos, contribui para minimizar diferenças entre gêneros e educação.

b estimula o desenvolvimento das competências e habilidades pedagógicas do docente

c respeita a diversidade de valores, crenças e comportamentos referente a sexualidade.

d contribui para a construção do ensino e aprendizagem em qualquer área do conhecimento.

e não contribui para melhorar a qualidade de vida dos estudante.

2) Em que local o estudante adolescente deve receber Educação Sexual?

a na escola.

b nem na família ou na escola, mas entre os colegas de rua.

c na família e na escola.

d apenas com sua família.

3) Quais são as dificuldades de trabalhar a Educação Sexual na escola pelo docente?

a () gestão pouco democrática.

b () currículo fragmentado.

c () material didático insuficiente.

d () insegurança.

e () dúvidas sobre o tema

4) De que forma a sexualidade humana é vista por você professor?

a () é uma forma de se expressar e agir no meio em que se vive.

b () um comportamento que envolve o corpo físico e o emocional.

c () é exclusivo aos heterossexuais.

d () independe da opção sexual.

e () só ocorre em uma época da vida.

5) Em qual(is) anos finais do ensino fundamental e médio deve ser mais evidenciada a Educação Sexual?

a () no 6º ano e 7º ano

b () no 8º e 9º ano.

c () no ensino médio.

d () em todos os anos finais e no ensino médio.

6) Quais atividades pedagógicas já trabalhou em sua escola relacionada à Educação Sexual ?

a () aula expositiva, vídeos, teatro.

b () debates, textos.

c () só palestras.

d () dependendo da turma, trabalho.

e () não, não é minha disciplina.

7) Já realizou curso de formação sobre Educação Sexual ?

a () na graduação.

b () na especialização.

c () em formação continuada.

d () cursos

e () nunca participei.

8) Já fez alguma leitura de alguns temas voltado para a educação sexual?

a () livros e artigos

b () revista.

c () internet.

d () em todos anteriores.

e () não.

9) Qual a sua ótica pedagógica relacionada a homossexualidade?

a () predisposição genética.

b () opção de vida.

c () patologia psíquica.

d () não sabe.

10) Estudar os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) é uma necessidade docente ?

a () é válido, por trabalhar vários temas ligados a sexualidade.

b () foca na interdisciplinaridade.

c () é importante, mas só usei temas da minha área de ensino.

d () poucas vezes estudei.

e () não é necessário estudá-los.

11) De que forma a família reage como mediadora da Educação sexual do filho?

a () apática e reprimida.

b () muito tímida.

c () relacionamento sem diálogo.

d () educam os filhos de acordo com os valores que acreditam.

e () pais pouco interessados na educação do filho.

12) As tecnologias de informação e comunicação contribuem para a Educação Sexual?

a () só contribui para estimular o sexo sem afeto.

b () não contribui. Vulgariza e banaliza o sexo.

c () ao fazer uso delas as pessoas confundem liberdade com libertinagem sexual.

d () muitas vezes informam e formam com pouco interesse midiático.

e) () Contribui dando discernimento de escolha.

13) Já foi questionado pela ausência de aulas sobre sexo e sexualidade?

a () sou questionado, mas devido a carência de preparo científico, as respostas não são esclarecedoras.

b () ao ser questionado, direciono o estudante para o professor da matéria.

c () procuro dar informações sem influenciar com os valores que acredito.

d () procuro despertar nos estudantes o interesse por outros assuntos quando estão falando sobre o assunto.

e () não sou questionado.

14) São iniciativas primordiais para ser trabalhado a Educação Sexual na escola.

a () projeto educativo voltado para essa educação.

b () determinação de princípios pedagógicos voltados para conteúdo e sua aprendizagem.

c () criar momentos de reflexão e debate na comunidade escolar.

d () fundamentar-se em documentos para discussões sobre sexualidade.

e () estabelecer limites referente à sexualidade.

Política e Escopo da Coleção de livros Humanas em Perspectiva



A Humanas em Perspectiva (HP) é uma coleção de livros publicados anualmente destinado a pesquisadores das áreas das ciências humanas. Nosso objetivo é servir de espaço para divulgação de produção acadêmica temática sobre essas áreas, permitindo o livre acesso e divulgação dos escritos dos autores. O nosso público-alvo para receber as produções são pós-doutores, doutores, mestres e estudantes de pós-graduação. Dessa maneira os autores devem possuir alguma titulação citada ou cursar algum curso de pós-graduação. Além disso, a Coleção aceitará a participação em coautoria.

A nossa política de submissão receberá artigos científicos com no mínimo de 5.000 e máximo de 8.000 palavras e resenhas críticas com no mínimo de 5 e máximo de 8 páginas. A HP irá receber também resumos expandidos entre 2.500 a 3.000 caracteres, acompanhado de título em inglês, abstract e keywords.

O recebimento dos trabalhos se dará pelo fluxo contínuo, sendo publicado por ano 10 volumes dessa coleção. Os trabalhos podem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

A nossa política de avaliação destina-se a seguir os critérios da novidade, discussão fundamentada e revestida de relevante valor teórico - prático, sempre dando preferência ao recebimento de artigos com pesquisas empíricas, não rejeitando as outras abordagens metodológicas.

Dessa forma os artigos serão analisados através do mérito (em que se discutirá se o trabalho se adequa as propostas da coleção) e da formatação (que corresponde a uma avaliação do português e da língua estrangeira utilizada).

O tempo de análise de cada trabalho será em torno de dois meses após o depósito em nosso site. O processo de avaliação do artigo se dá inicialmente na submissão de artigos sem a menção do(s) autor(es) e/ou coautor(es) em nenhum momento durante a fase de submissão eletrônica. A menção dos dados é feita apenas ao sistema que deixa em oculto o (s) nome(s) do(s) autor(es) ou coautor(es) aos avaliadores, com o objetivo de viabilizar a imparcialidade da avaliação. A escolha do avaliador(a) é feita pelo editor de acordo com a área de formação na graduação e pós-graduação do(a) professor(a) avaliador(a) com a temática a ser abordada pelo(s) autor(es) e/ou coautor(es) do artigo avaliado. Terminada a avaliação sem menção do(s) nome(s) do(s) autor(es) e/ou coautor(es) é enviado pelo(a) avaliador(a) uma carta de aceite, aceite com alteração ou rejeição do artigo enviado a depender do parecer do(a) avaliador(a). A etapa posterior é a elaboração da carta pelo editor com o respectivo parecer do(a) avaliador(a) para o(s) autor(es) e/ou coautor(es). Por fim, se o trabalho for aceito ou aceito com sugestões de modificações, o(s) autor(es) e/ou coautor(es) são comunicados dos respectivos prazos e acréscimo de seu(s) dados(s) bem como qualificação acadêmica.

A nossa coleção de livros também se dedica a publicação de uma obra completa referente a monografias, dissertações ou teses de doutorado.

O público terá acesso livre imediato ao conteúdo das obras, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Índice Remissivo



A

Aulas

página 65

página 74

página 92

página 104

E

Ensino

página 91

página 94

página 100

página 125

Escolar

página 83

página 107

página 110

página 122

P

Pais

página 85

página 89

página 128

página 129

S

Sexo

página 79

página 80

página 82

página 93



Desse modo, em tempos que a produção científica requer cada vez mais qualidade e amplitude de abertura para diversos leitores se apropriarem dos estudos acadêmicos, criamos essa seção com o objetivo de metodologicamente democratizar o estudo, pesquisa e ensino na área da ciências humanas. Esse novo ebook produzido pelo pesquisador José Barbosa de Sousa Junior discute como a educação sexual pode refletir o cotidiano dos alunos no contexto da sala de aula, permitindo que se possa adentrar a conjuntura social que envolve o aluno.